

Relatório de Gestão 2013



Conselho
Federal de
Psicologia





Relatório de Gestão 2013



Nominata do Plenário

Gestão 2011-2013

Diretoria

Alúzio Lopes de Brito – Presidente

Humberto Cota Verona – Presidente licenciado

Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira

Deise Maria do Nascimento – Secretária

Conselheiras efetivas

Ana Luiza de Souza Castro – Secretária Região Sul

Clara Goldman Ribemboim – Secretária Região Nordeste

Flávia Cristina Silveira Lemos – Secretária Região Norte

Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro – Secretária Região Centro-Oeste

Marilene Proença Rebello de Souza – Secretária Região Sudeste

Conselheiros suplentes

Celso Francisco Tondin

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Marilda Castelar

Roseli Goffman

Sandra Maria Francisco de Amorim

Tânia Suely Azevedo Brasileiro

Psicólogas convidadas

Angela Maria Pires Caniato

Márcia Mansur Saadallah

SUMÁRIO

1. POLÍTICAS	7	1.14 CONCURSOS	45
1.1 SAÚDE	8	1.15 ELEIÇÕES 2013	46
1.1.1 LUTA ANTIMANICOMIAL	8	1.16 PRÊMIOS	47
1.1.2 ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	10	1.17 AVANÇOS DEMOCRÁTICOS	50
1.1.3 SAÚDE+10	14	1.18 LAICIDADE	50
1.1.4 ATO MÉDICO	15	1.19 COMUNICAÇÃO	51
1.1.5 MAIS MÉDICOS	19	1.20 DIA DA(O) PSICÓLOGA(O)	53
1.1.6 AUTISMO	19	1.21 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE PSICOLOGIA	53
1.1.7 ACUPUNTURA	19	1.22 CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP)	54
1.1.8 PLANOS DE SAÚDE	20	1.23 PROCESSOS DE TRANSIÇÃO	56
1.1.9 HIV	21	1.24 FIQUE LEGAL	57
1.1.10 OBESIDADE	21	1.25 CONDIÇÕES DE TRABALHO	57
1.1.11 SUICÍDIO	21		
1.1.12 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE	22	2. EVENTOS	58
1.2 DIREITOS HUMANOS	22	2.1 8º CONPSI E VII SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	59
1.2.1 QUESTÕES DA TERRA	24	2.2 VIII CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA	60
1.2.2 QUESTÕES INDÍGENAS	24	2.3 TRANSMISSÕES ONLINE	63
1.3 EMERGÊNCIAS E DESASTRES	25		
1.4 EDUCAÇÃO	27	3. ORIENTAÇÕES E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	64
1.5 CRIANÇA E ADOLESCENTE	30	3.1 PROCESSOS ÉTICOS	65
1.6 DIVERSIDADE SEXUAL	34	3.2 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	65
1.7 RELAÇÕES INTERNACIONAIS	37	3.2.1 GT AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E DIREITOS HUMANOS	67
1.7.1 PSI-PLP	37	3.2.2 VI CONGRESSO DO IBAP	67
1.7.2 ULAPSI	38	3.2.3 SATEPSI	67
1.7.3 ALFEPSI	39	3.2.4 TESTE NEUPSILIN	67
1.8 NOVOS CRPS	39	3.3 CADASTRAMENTO DE SITES	68
1.9 PEPSIC	40		
1.10 MULHER	40		
1.11 ASSISTÊNCIA SOCIAL	41		
1.12 QUESTÃO RACIAL	43		
1.13 PL DAS30 HORAS	45		

3.4 TÍTULO DE ESPECIALISTA	68	6. REUNIÕES	87
3.4.1 CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO CREDENCIADOS E REcredENCIADOS PELO CFP EM 2013	68	6.1 REUNIÕES	88
3.5 RESOLUÇÕES PUBLICADAS EM 2013	69	6.1.1 PLENÁRIAS	88
4. PRODUÇÃO DIGITAL	71	6.1.2 REUNIÕES DE DIRETORIA	88
1. WEBSITES E HOTSITES (CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO)	72	6.1.3 ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS (APAF)	89
2. SISTEMAS (CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO)	72	6.1.4 REUNIÕES DE PRESIDENTES	89
2.1 SISTEMAS DE INSCRIÇÃO	72	6.1.5 REUNIÕES DE TESOUREIROS	90
2.2 SISTEMAS DE MANIFESTO	73	6.1.6 REUNIÕES TELEFÔNICAS	90
2.3 SISTEMAS INTERNOS	73	6.1.7 DOCUMENTOS OFICIAIS PRODUZIDOS	90
3. ANUIDADE	74	6.2 REPRESENTAÇÕES	91
4. PROJETO BVS-PSI	74	6.3 CONFERÊNCIAS	95
5. PROCESSO ELETRÔNICO E VOTAÇÃO	74	6.4 ATIVIDADES DO XV PLENÁRIO	95
6. RECADASTRAMENTO	74	7. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	108
7. CADASTRO NACIONAL	74	7.1 ASSESSORIA DE IMPRENSA	109
8. PLACAS	75	7.2 ARTIGOS PUBLICADOS	113
9. PLANTAS	75	7.3 PUBLICAÇÕES	114
10. LOGOTIPOS	75	7.4 NOTAS E MANIFESTOS	119
11. EDITORIAL	75	7.5 SITES	121
12. CONVITES	75	7.5.1 SITES EM FASE DE PRODUÇÃO	121
13. FAIXAS	75	7.6 PÁGINAS DE TRANSMISSÃO	121
14. PAPELARIA	75	7.7 REDES SOCIAIS	121
15. NEWSLETTER	75	8. ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	127
16. CERTIFICADOS (CRIAÇÃO)	76	9. ASSESSORIA PARLAMENTAR	129
17. CUSTOMIZAÇÃO DE INTERFACE DE SISTEMAS DE INSCRIÇÃO	76	10. COORDENAÇÃO JURÍDICA	133
18. ACOMPANHAMENTOS	77	11. OUVIDORIA	135
19. BANNERS	77	APRESENTAÇÃO	136
20. PROJETOS MINISTÉRIO DA SAÚDE	77	MISSÃO DA OUVIDORIA	136
5. BVS-PSI E BVS ULAPSI	78	DADOS LEVANTADOS PELA OUVIDORIA DO CFP	136
CTC	79	CFP E CRPS	136
EVENTOS E ATIVIDADES	80	PROJETOS DA OUVIDORIA	139
REBAP	80	AVALIAÇÃO	139
BASE DE VÍDEOS	80	12. CORPO FUNCIONAL DO CFP	142
ACESSOS À BVS-PSI MEDIDOS PELO GOOGLE ANALYTICS	81		

1. POLÍTICAS



1.1 SAÚDE

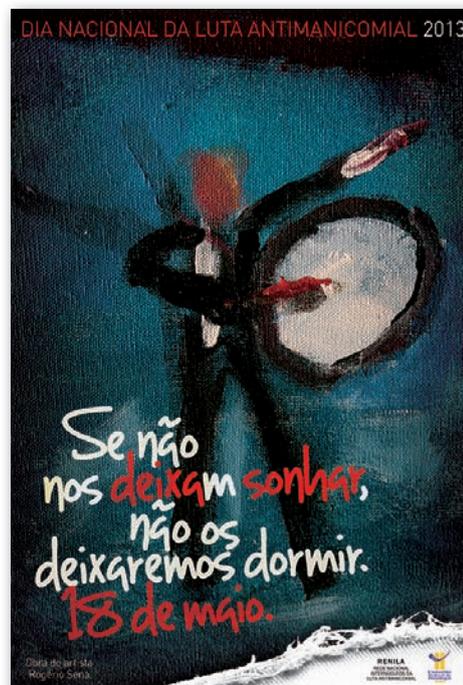
1.1.1 LUTA ANTIMANICOMIAL

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) noticiou, no início deste ano, a assinatura do termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público, a Secretaria de Estado de Saúde e dos Direitos Humanos e as prefeituras de Salto de Pirapora, Piedade e Sorocaba (SP) para acabar com os hospitais psiquiátricos da região. A questão de mortes e tratamentos de pacientes nos hospitais psiquiátricos é um tema que este conselho vem denunciando há algum tempo, em diversos lugares do Brasil.

No Dia Nacional da Luta Antimanicomial, comemorado em 18 de maio, o CFP lançou a campanha “Se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir”. Para a autarquia, é necessário reafirmar os valores e princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira no que diz respeito aos ideais de ampliação da esfera pública e de transformação social que motivaram essa importante conquista da sociedade brasileira. Representantes dos Conselhos Regionais que participavam da Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças (Apaf) se reuniram, na manhã do dia 18, no movimento do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, no Parque da Cidade, em Brasília.

Em 25 de abril, o CFP esteve presente na reunião da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, que trouxe a proposta de criação de um Grupo de Trabalho (GT) para discutir sobre saúde mental e políticas públicas.

O GT é composto por parlamentares e conta com um grupo de apoio com representantes de diferentes entidades, como Conselho Federal de Psicologia; Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos; Ministério da Saúde; Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB); Associação Brasileira de Saúde Coletiva



Representantes dos Conselhos Federal e Regionais participaram do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em Brasília.

CFP se reuniu com Ministério da Saúde para discutir participação do Conselho no 10 Encontro Nacional da Rede de Atenção Psicossocial (Raps)

(Abrasco); Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme); Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila); Conselho Federal de Serviço Social; entre outros.

O CFP esteve presente, ainda, no I Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, realizado entre os dias 5 e 7 de setembro, em São Paulo (SP).

Além de participar de duas mesas, lançou a publicação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), sobre referências para atuação das(os) psicólogas(os) nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). O Fórum – organizado pela Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme) – teve a intenção de promover mais diálogos e a livre circulação de propostas e ideias sobre os direitos humanos e a saúde mental. Além disso, mostrou a implicação das duas áreas sobre temas diversos, como a política de drogas, a democratização da comunicação e a luta antimanicomial.

Defender a saúde mental, tanto no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto na Saúde Suplementar, tem sido uma das bandeiras da autarquia nos últimos anos. Desde 2008, quando assumiu uma cadeira na Comissão Intersectorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde (Cism/CNS), a autarquia tem destacado a importância do trabalho multiprofissional, de base territorial e comunitária e com destaque para a importância do protagonismo dos usuários. Este ano, o CFP assumiu a coordenação dos trabalhos da Cism.

Em 24 de outubro, a diretoria do CFP se reuniu com representantes do Ministério da Saúde para discutir a participação da autarquia no 1º Encontro Nacional da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), evento realizado entre os dias 4 e 6 de dezembro, em Pinhais, região metropolitana de Curitiba. O encontro teve como objetivo discutir a rede de atenção psicossocial voltada para uma sociedade sem manicômios, reforçando a luta Antimanicomial e um cuidado que produza direitos. O intuito é que os diálogos e articulações concretizados por instituições, estados e municípios promovam a expansão e sustentabilidade da rede de atenção 24 horas, atenção à crise, diálogo com a atenção primária, supervisão clínico institucional. Durante os três dias do evento foram oferecidos mais de 20 cursos, além das 10 miniconferências e programação cultural.



1.1.2 ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

No início do ano, o CFP posicionou-se sobre a expansão da política de internação de usuários de drogas. Na ocasião, reforçou a posição contrária em relação ao uso da internação compulsória como medida emergencial para tratamento de usuários e apontou que a política pública de saúde já desenvolveu dispositivos clínicos e assistenciais, como a redução de danos, os consultórios de rua, os Centros de Atenção Psicossociais Álcool e Drogas (Caps-AD) e outros recursos menos invasivos e violentos, que têm mostrado resultados importantes na abordagem e no cuidado com os usuários, respeitando sua autonomia e liberdade.

Na época, representantes das entidades que compõem a Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos (FNDDH), entre elas o CFP, reuniram-se para tratar das questões referentes à internação compulsória de usuários de crack em São Paulo. A Frente também decidiu fazer um seminário nacional em abril para traçar um planejamento estratégico, discutir as urgências e, a partir disso, construir um plano de ações.

O CFP elaborou parecer contrário ao Projeto de Lei (PL) nº 7.663/10, que altera a política de drogas brasileira, e enviou carta aos líderes das bancadas na Câmara dos Deputados, no dia 25 de março. Além disso, entregou ao ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Paulo Vannuchi, o parecer contrário ao PL. O projeto – de autoria do deputado Osmar Terra (PMDB/RS) assegura, em seu texto, a possibilidade de internações forçadas.

No dia 2 de abril, o CFP participou de audiência pública da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, que analisou o dispositivo.

Ainda sobre o tema, o CFP produziu, em 22 de abril, nota conjunta sobre verba destinada às Comunidades Terapêuticas (CTs). Várias entidades, preocupadas com a alocação de recursos públicos em Comunidades Terapêuticas, fundamentada na possibilidade de aprovação do Projeto de Lei nº 7.663/2010, argumentaram que esse PL reúne graves e sérios equívocos no que diz respeito às políticas públicas para drogas. Dentre eles, destacamos a alusão ao preconceito e à exclusão social de grupos marginalizados socialmente, além de não trazer em seus dispositivos, nenhuma proposta terapêutica de tratamento.

Em 30 de abril, o CFP divulgou parecer sobre vários contextos da questão das drogas contidos no



CFP participou de audiência pública da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados

PL, que foi entregue aos parlamentares que estavam na audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, realizada em 2 de abril, na Câmara dos Deputados. O documento enfatiza que a aprovação do dispositivo potencializará os efeitos perversos das abordagens tradicionais na área, aumentando o número de prisões e o tempo de privação da liberdade.

Ainda em abril, o presidente do CFP reuniu-se, em Cabo Verde, com João Goulão, diretor do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, que lidera a nova estratégia nacional de combate à toxicod dependência de Portugal, para discutir possíveis formas de enfrentamento da questão.

Para debater de forma democrática novas políticas sobre álcool e outras drogas, que não contenham o viés repressor, como as propostas atuais, que defendem e priorizam a internação forçada de dependentes químicos, o CFP promoveu, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), o Congresso Internacional sobre Drogas (CID), que reuniu mais de 700 pessoas, entre os dias 3 e 5 de maio, em Brasília. Embora tenha recebido apoio financeiro de várias instituições públicas e privadas, o CID foi um evento autônomo, que reuniu cientistas, profissionais da área e movimentos sociais.

A Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos: pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política sobre Drogas, diante das declarações da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, relativas à posição do governo sobre o Projeto de Lei nº 7.663/2010, denunciou, em 7 de maio, a ministra como a principal articuladora e patrocinadora das internações involuntárias – como recolhimento social – e do financiamento público das Comunidades Terapêuticas (CTs), atendendo a motivações pessoais, eleitoreiras, religiosas e fundamentalistas.

Ainda sobre o PL, o CFP apoiou, em 17 de maio, a Carta em Defesa da Razão e da Vida, contrária ao projeto. Em 21 de maio, divulgou que o deputado Ivan Valente (PSOL/SP) fez um pronunciamento na Câmara dos Deputados em maio, criticando o dispositivo que, segundo ele, corre o risco de retroceder a Política Antidrogas no Brasil. O CFP mobilizou a categoria para enviar manifestos aos parlamentares, pedindo a não aprovação do PL.

Em 24 de maio, anunciou que envidaria esforços para que a internação forçada fosse o último recurso para tratamento de dependentes químicos e não a principal alternativa para resolver o problema. O item foi um dos pontos polêmicos aprovados no texto-base do PL nº 7.663/2010, em 22 de maio, pelo plenário da Câmara dos Deputados.

A política integral frente ao problema mundial das drogas e o fortalecimen-



Durante reunião do Conad, CFP entregou carta ao ministro da Justiça criticando a omissão nos debates sobre drogas no Brasil

to do Sistema Interamericano de Direitos Humanos foi discutida na 43ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que ocorreu entre 4 e 6 de junho, em Antígua, na Guatemala. O CFP esteve representado no encontro.

As reuniões debateram novas estratégias de repressão ao tráfico de drogas na região e discutiu um recente relatório da OEA sobre a política de drogas nas Américas, o qual defende uma “abordagem flexível” e sugere que a legalização da maconha seja considerada. Ao todo, participaram representantes de 35 nações e 28 chanceleres dos países-membros da organização.

No dia 11 de junho, o CFP entregou ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, uma carta criticando a omissão do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) nos debates envolvendo o tema no Brasil. O documento foi lido durante a reunião do Conad, realizada em Brasília. Representantes de diversas entidades concordaram com as alegações do CFP.

No dia 19 de junho, o presidente da autarquia, Humberto Verona, esteve com a presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Ana Rita (PT-ES) para apresentar a posição do CFP em relação ao PL nº 7663/2010, que foi aprovado na Câmara e enviado ao Senado para revisão, onde recebeu nova numeração: PLC nº 37 de 2013. Na oportunidade, também foram realizadas reuniões com os senadores Eduardo Suplicy (PT/SP), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e Lídice da Mata (PSB/BA).

No dia 28 do mesmo mês, a autarquia divulgou nota pública assinada por diversas entidades contra a urgência na tramitação do PLC nº 37/13 que altera a Lei de Drogas.

Diversas entidades, entre elas o Conselho Federal de Psicologia, solicitaram, por meio de carta à presidente Dilma Rousseff, uma audiência para apresentar questionamentos à política nacional de drogas e, em especial, aos projetos de lei PLC nº 37/2013, que reformula o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, e o PLS nº 111/2010, que altera a Lei de Drogas, para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado. A reunião ocorreu no dia 11 de julho, no Palácio do Planalto, e foi realizada entre representantes da Assessoria Especial da Secretaria Geral da Presidência da República, Oreny Francisco da Silva e Delcimar Martins, e instituições da saúde.

A alteração da política de drogas brasileira também foi tema do debate sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as Condições de Atenção aos Usuários, realizado no dia 10 de setembro, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. O encontro contou com a presença de psicólogos, parlamentares, representantes do governo e movimentos sociais envolvidos com o tema.



**Psicologia levou contribuições
ao debate na CCJ**

A discussão girou em torno do Projeto de Lei nº 37/2013, que prevê, entre outros aspectos, aumento da pena para o tráfico, internação involuntária de usuários e benefícios para instituições privadas que acolherem dependentes químicos em recuperação. Há mais de três anos em discussão no Congresso Nacional, o projeto é marcado por muitas divergências.

Para dar cumprimento às deliberações da Apaf sobre as políticas do Sistema Conselhos sobre Álcool e Outras Drogas, o CFP, em parceria com os Conselhos Regionais 03, 04, 05, 06, 08, 09 e 15, realizaram cinco reuniões telefônicas no ano de 2013. Nessas ocasiões, decidiu-se propor, na Assembleia, que o GT permaneça com a tarefa de construir um instrumento de orientação para a fiscalização de instituições que realizam internação forçada.

A Apaf de maio de 2013 decidiu manter o debate sobre a descriminalização das drogas, em diálogo com o Ministério da Saúde.

No dia 16 de outubro, o CFP disponibilizou para consulta pública o Documento de Referências Técnicas para Atuação de psicólogos(os) em Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas, durante debate online sobre o tema. O evento foi transmitido ao vivo pelo site do CFP e atingiu 2 mil pontos conectados em todo o Brasil.

Para os palestrantes presentes no debate, o problema das drogas no Brasil, especialmente o uso do crack, precisa de soluções que vão além do tratamento, como o acesso à informação, promoção da cidadania, bem como ações de educação e cultura – instrumentos capazes de alterar o comportamento de risco. As postagens do debate online no Facebook do CFP foram visualizadas por mais de 15 mil pessoas. Os debatedores receberam cerca de 70 perguntas enviadas por internautas de todo o Brasil.



Debate contou com a participação de especialistas da comissão responsável pela elaboração do documento

Série Drogas e Cidadania

Em março deste ano, o CFP divulgou o sexto e último vídeo da série Drogas e Cidadania, chamado Gentrificação: Cidades Segregadas. O vídeo aborda a história e problemas das cidades, passando pela crítica à cracolândia e descrição da gentrificação, apresentando os conceitos de reforma urbana e, especialmente, o direito à cidade. Com mais essa reflexão, o CFP teve como intenção estimular e oferecer subsídios para o debate coletivo não só na perspectiva da saúde, mas sob todos os aspectos que fazem a vida nas cidades brasileiras.

Em agosto de 2013, surgiu a proposta de atualização do site temático do CFP, Drogas e Cidadania. Até novembro, o site estava sendo reformulado, com espaço para novas áreas no menu, atualizações de conteúdos e com um leiaute mais moderno.

Além dessa ação, o CFP também propõe estratégias de fortalecimento na área, que incluem:

- Ampliar o diálogo com a categoria e a população sobre o tema;
- Maior acompanhamento dos projetos de lei sobre o tema;
- Ações estratégicas no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad).

1.1.3 SAÚDE+10

O CFP participou de um grande ato do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, popularmente conhecido por Saúde+10. A marcha, que contou com o apoio de mais de 70 entidades, entre elas este Conselho, foi realizada no dia 10 de abril, na Esplanada dos Ministérios.

A principal meta do Saúde+10 era a coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular que, ao ser aprovado, assegura o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública brasileira.



Instalação em frente ao Congresso Nacional chamou atenção para o crescimento de práticas de intolerância no país

Instalação em frente ao Congresso Nacional chamou atenção para o crescimento de práticas de intolerância no país

Sob os gritos de “Ô Dilma, vê se me escuta, queremos 10% da receita bruta” e “Saúde sim, ato médico não!”, profissionais da saúde manifestaram-se, no dia 10 de julho, durante ato simbólico em defesa da saúde pública, no 29º Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Organizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e coordenado pelo Mo-

Movimento Saúde+10 entregou ao presidente da Câmara mais de 1,8 milhão de assinaturas pedindo 10% do PIB para a saúde



CFP esteve presente no ato do Saúde+10, em Brasília

Ainda no dia 10 de abril, o CFP manifestou-se, em frente do Congresso Nacional, contra a intolerância em relação ao tema das drogas do Brasil. A frase “Intolerância Não” foi uma atividade da marcha do movimento Saúde+10, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e reuniu cerca de mil pessoas. A instalação foi feita pelo artista plástico Siron Franco, que pensou nas letras em proporções monumentais para chamar atenção para o crescimento de práticas de intolerância no país.



vimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, Saúde+10, o ato marcou o Dia Nacional de Mobilização pela Coleta de Assinaturas.

O Movimento entregou, no dia 5 de agosto, ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), projeto de lei de iniciativa popular com as mais de 1,8 milhão de assinaturas coletadas, onde passou a tramitar como Projeto de Lei Complementar nº 321 de 2013.

1.1.4 ATO MÉDICO

As articulações pela não aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 268/2002, conhecido como Ato Médico, começaram ainda em janeiro, com reuniões da Frente de Conselhos Profissionais da Área da Saúde (FCFAS), nas quais o CFP esteve presente.

No dia 27 de janeiro, o CFP publicou o vídeo Saúde – um ato de todos, o qual explica o porquê do PL ser prejudicial à saúde da população brasileira.

Em 7 de fevereiro, foi postado no Facebook o link de envio de manifestos aos senadores pela não aprovação do PL, incentivando a ampla participação da categoria na luta contra o Ato Médico.

No dia 14 de junho, o CFP disponibilizou o [histórico](#) da tramitação do PL do Ato Médico e as ações do Conselho Federal de Psicologia pela não aprovação da matéria. Nesse mesmo dia, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu integrantes dos Conselhos Federais de Psicologia, Fonaudiologia, Serviço Social e Enfermagem.

Com a campanha “Sim à Saúde! Não ao Ato Médico!”, promovida no dia 14 de junho, o CFP mobilizou a categoria para lutar contra a aprovação do dispositivo. Foi criado um sistema de envio de mensagens aos senadores dos estados, e incentivada a divulgação dos vídeos e mensagens do CFP nas redes sociais.

Em 17 de junho, o CFP manifestou-se publicamente contra a aprovação do PL do Ato Médico.

Na noite de terça-feira, dia 18 de junho, o PL do Ato Médico foi colocado na pauta pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, que antecipou a ordem do dia e aplicou um duro golpe nos profissionais de saúde com a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268/2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina, conhecido como Ato Médico.

O Conselho Federal de Psicologia manifestou-se, de maneira ainda mais incisiva, por meio da campanha lançada para a presidente Dilma Rousseff vetar o artigo que atribui ao médico a função do diagnóstico nosológico e da prescrição terapêutica, áreas nas quais não possui habilitação.

Na quarta-feira, 26 de junho, divulgou a lista com as manifestações nacionais em várias capitais do Brasil, pedindo o veto do Ato Médico à presidente Dilma. Em mais um dia de protestos contra o projeto, profissionais da saúde e estudantes caminharam pacificamente, em 27 de junho, do Museu Nacional da República em direção à Praça dos Três Poderes, em frente ao Palá-



CFP foi às ruas e manifestou-se publicamente contra a aprovação do PL do Ato Médico, em Brasília



Reunião solicitou veto parcial ao Ato Médico

Paralelamente à mobilização, a diretoria do Conselho Federal de Psicologia, juntamente com federações de profissionais e conselhos de movimentos em defesa da saúde, reuniu-se com o ministro da Secretaria Geral da presidência, Gilberto Carvalho, e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para solicitar o veto parcial ao PL do Ato Médico à presidente Dilma Rousseff. A delegação foi composta por aproximadamente 30 profissionais.

No dia 28 de junho, o CFP elaborou uma nota ponto a ponto sobre as consequências da aprovação do PL do Ato Médico para usuários e profissionais, alertando que o PL nº 268/2002 trazia um conceito de doença no qual todas as necessidades de saúde estariam sob o guarda-chuva do diagnóstico nosológico privativo do médico, porque atendem à definição de grupo identificável de sinais e sintomas e alterações psicopatológicas. As consequências disso seriam desastrosas para os usuários dos serviços de saúde.

Representantes das profissões da área reuniram-se, na tarde do dia 3 de julho, com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e questionaram para onde seria conduzida a política da área. Na ocasião, foram reforçados os argumentos contrários à aprovação do Ato Médico.

Sob os gritos de “Se a Dilma não vetar, a saúde vai parar!”, cerca de 400 representantes de 13 categorias da saúde contrárias à aprovação do projeto, entre elas a Psicologia, protestaram em Brasília, no dia 4 de julho e, em coro, pediram que a presidente Dilma Rousseff vetasse o Ato Médico. A data ficou conhecida como “Dia Unificado de Luta pela Saúde”. Os manifestantes caminharam do Museu da República em direção ao Palácio do Planalto, onde solicitaram reunião com a presidente. A Psicologia, em conjunto com o Serviço Social, a Optometria, a Nutrição, a Fonoaudiologia e outras categorias, foi às ruas mostrar os prejuízos que a aprovação do PL vai causar à saúde pública do país.

Na quarta-feira, 10 de julho, a presidenta Dilma Rousseff, vetou parte do Projeto de Lei que, ao regulamentar a Medicina, interferiria nas atividades das outras categorias da Saúde. O CFP saudou

o veto do Planalto. Os manifestantes pediram o veto do inciso 1º, do art. 4º, do PL, que estabelece o diagnóstico de doenças e a prescrição terapêutica como atividades privativas dos médicos, alegando que o dispositivo, da forma que está, diminui a autonomia das demais profissões da saúde. A passeata reuniu cerca de 100 pessoas, entre representantes da Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem, Optometria, Serviço Social e estudantes.

Paralelamente à mobilização, a diretoria do Conselho Federal de Psicologia, juntamente com



Em julho, cerca de 400 representantes da área da saúde caminharam em Brasília, pedindo aprovação do Ato Médico com os vetos presidenciais

a decisão da presidenta e comemorou o fato de os vetos valorizarem o trabalho multiprofissional na Saúde e, em especial, no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa foi uma vitória do esforço de mobilização das e dos profissionais da Psicologia que, ao lado das diversas profissões de Saúde, mantiveram aceso por 11 anos o debate sobre o tema.

A Frente de Conselhos Profissionais da Área de Saúde, que tem o Conselho Federal de Psicologia como integrante, reuniu-se em 17 de julho para discutir estratégias com vistas a garantir a efetividade do veto parcial da presidente Dilma Rousseff.

A matéria, que agora é a Lei nº 12.482/2013, estava no Congresso Nacional para que os vetos fossem apreciados pelos parlamentares.

Nos dias 23 e 24 de julho, o CFP participou de reuniões para discutir e definir estratégias para a manutenção do veto ao PL do Ato Médico, pelo Congresso Nacional.

Entidades profissionais, sindicais e movimento social ligados à saúde promoveram um Ato Nacional no dia 6 de agosto, em Brasília, com concentração em frente à Biblioteca Nacional rumo ao Congresso Nacional. Eles pediam a manutenção do veto presidencial. As palavras de ordem “Congresso, presta atenção! Manter o veto é saúde pra nação” e “Dilma vetou, a saúde gostou” deram o tom da manifestação que reuniu mais de mil pessoas.

O CFP também criou uma ferramenta de envio de manifesto aos parlamentares em defesa do veto.

Profissionais da saúde reuniram-se na sexta-feira, 16 de agosto, com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, para expor argumentos e solicitar a manutenção dos vetos presidenciais. O CFP esteve presente na reunião.

Representantes do Fórum dos Conselhos das Profissões da Área da Saúde (FCPAS) e do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas) reuniram-se na

segunda-feira, 19 de agosto, durante coletiva de imprensa no Salão Verde da Câmara dos Deputados, com o objetivo de esclarecer à sociedade os argumentos favoráveis à manutenção dos vetos presidenciais à Lei nº 12.834/13, conhecida por Ato Médico.

A assessoria de comunicação do CFP fez um plantão online no dia da votação dos vetos à Lei do Ato Médico no Congresso Nacional. Entrevistas, vídeos e notas foram publicados no site do CFP e nas redes sociais da autarquia até a votação do projeto, no dia 21 de agosto.



Profissionais da saúde caminharam pacificamente, em 27 de junho, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília



Profissionais da saúde promoveram Ato Nacional no dia 6 de agosto, em Brasília, pedindo a manutenção do veto presidencial ao Ato Médico

O dia 20 de agosto de 2013 vai ficar na memória, marcado pela vitória das 13 profissões da Saúde, após a manutenção, pelo Congresso Nacional, dos vetos presidenciais à Lei nº 12.482/2013, Lei do Ato Médico.

Durante todo o dia, manifestantes de diferentes categorias lotaram os corredores e o Salão Verde da Câmara dos Deputados. Em frente ao Congresso, uma instalação produzida pelo Conselho Federal de Psicologia continha a frase “Mantenham os Vetos”.

Na reta final, foi fundamental a participação dos Conselhos Regionais, do Conselho Nacional de Saúde e dos fóruns profissionais: a Frente dos Conselhos das Profissões da Área da Saúde (FCPAS), o Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas), a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e as entidades nacionais da Psicologia organizadas em torno do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), bem como a presença constante dos estudantes.



Nota do CFP, publicada no dia 21 de agosto, congratulou a vitória da Psicologia e da Saúde com a aprovação do Ato Médico, mantendo os vetos da presidente Dilma Rousseff. Para a autarquia, a decisão dos parlamentares garantiu a autonomia dos 235 mil psicólogas e psicólogos e com os três milhões de profissionais das 13 profissões da Saúde que, por 11 anos, batalharam pela não aprovação de um Projeto de Lei do Ato Médico que interferisse em suas atividades cotidianas. O CFP ressaltou a importância, para o trabalho multiprofissional em Saúde, da manutenção, pelo Congresso Nacional, dos vetos da presidência da República à Lei do Ato Médico. Essa é uma vitória do esforço coletivo que teve atuação marcante da Psicologia.

No mesmo tempo em que foi aprovada a lei do Ato Médico, foi enviado pelo governo ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 6.126/2013, um PL alternativo do Ato Médico.

O CFP mantém mobilização contra esse PL. Na tentativa de impedir a aprovação da matéria, a Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde, que inclui o CFP, tem se reunido para discutir o tema. O projeto apresentado ao Congresso faz um adendo à legislação, regulamentando a atividade dos médicos. A matéria tramita na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados.



Presidente do Senado recebe os profissionais da saúde



CFP fez uma instalação em frente ao Congresso Nacional pedindo manutenção dos vetos e autonomia das profissões da saúde no Ato Médico

1.1.5 MAIS MÉDICOS

O Conselho Federal de Psicologia participou, no dia 29 de julho, da audiência pública sobre o Programa Mais Médicos, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na oportunidade, o CFP destacou que o acesso à saúde de qualidade é direito de todas(os) e entende que o Programa Mais Médicos faz parte da garantia de acesso e de implantação do Sistema Único de Saúde.

O CFP posicionou-se novamente sobre o Programa Mais Médicos no dia 22 de agosto. Na nota, ficou ressaltada a luta pela defesa da saúde pública, destacando o fato de não se situar apenas no âmbito das recentes manifestações populares. O CFP citou ainda o esforço para ofertar serviços de saúde que alcancem todos os brasileiros como um empenho de muitos decênios, reforçado, sobretudo, pela Lei nº 8.080, de 1990, que cria o Sistema Único de Saúde.



CFP participou de audiência pública sobre o Programa Mais Médicos, no CNMP, em Brasília

1.1.6 AUTISMO

No dia 2 de abril, o Conselho Federal de Psicologia chamou a atenção de todas(os) as(os) psicólogas(os) para a importância da atenção integral às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e suas famílias. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Dia Mundial da Conscientização do Autismo em 18 de dezembro de 2007 e, desde então, diversas campanhas “azuis” são feitas pela causa.

1.1.7 ACUPUNTURA

O Conselho Federal de Psicologia enviou, em 6 de maio, um recurso especial ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a reformulação da decisão divulgada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidindo que os profissionais da Psicologia não poderiam utilizar a acupuntura como método ou técnica complementar de tratamento. Atualmente, não há lei no Brasil regulamentando a acupuntura e, por isso, sua prática independe da autorização de qualquer conselho profissional. Portanto, o CFP cobrou do STF um posicionamento final sobre o exercício da atividade entre psicólogas(os).

Um manifesto de solidariedade ao CFP foi elaborado pelo Conselho Regional de Acupuntura do Estado do Rio de Janeiro (Craerj), também em maio. O documento, que foi entregue ao presidente do CFP, Humberto Verona, reforçava o posicionamento contrário às tentativas do Colégio

Médico de Acupuntura (CMA) e do Conselho Federal de Medicina (CFM) de estabelecer monopólio sobre a prática da acupuntura.

O Conselho Federal de Psicologia recebeu, no dia 18 de junho, a decisão do STF sobre a Resolução do CFP nº 005/2002. A decisão reconhece que não existe, no Brasil, uma legislação que autorize a prática por determinados profissionais ou que preveja especificamente quem pode atuar na área.

Diante dessa decisão, houve um Recurso Extraordinário, de autoria do CFP, no Supremo Tribunal Federal, em face do Conselho Federal de Medicina. O recurso foi apreciado no dia 15 de agosto de 2013 e a 2ª turma manteve a suspensão do ato normativo, sustentando que apenas lei poderia dispor acerca da acupuntura na prática profissional dos psicólogos. Outro recurso, contra o Colégio Médico de Acupuntura, ainda está pendente de decisão, porém há esse precedente desfavorável à Resolução CFP nº 005/2002.

Além disso, o CFP, em parceria com as outras categoriais profissionais da saúde, tem feito gestão junto ao Senado, onde já tramitam projetos de lei que visam regulamentar o exercício profissional da acupuntura, garantindo que estes incluam a prática para o profissional psicólogo.

1.1.8 PLANOS DE SAÚDE

O Conselho Federal de Psicologia encaminhou, em 21 de junho, à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), uma contribuição para a revisão 2013 do rol de procedimentos obrigatórios a serem cobertos pelas operadoras de planos de saúde a partir de janeiro de 2014. A proposta do CFP indica a ampliação do número de atendimentos em psicoterapia de 12 para 48 sessões anuais. A ANS disponibilizou o documento para consulta pública, na qual as contribuições da população puderam ser enviadas até o dia 7 de julho. No Brasil, o mercado de planos atinge a margem de 20 mil operadoras, responsáveis por atender um quarto da população brasileira. Em outubro de 2013, o CFP apresentou à Câmara Técnica de Contratualização e defendeu a proposta de ampliação do controle social da ANS por meio da instauração do Conselho Nacional de Saúde Suplementar com representação paritária.

O CFP integra o Grupo de Trabalho de revisão do rol de procedimentos da ANS.

Durante o Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), em Brasília, foi realizada reunião com o Secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães e Fernanda Nicácio, da área técnica de saúde mental, álcool e outras drogas do Ministério da Saúde, para debater a Saúde Mental na Saúde Suplementar. Na ocasião, foi apresentada a publicação A regulação dos serviços de saúde mental no Brasil: Inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar.

O principal encaminhamento da audiência foi a promessa do agendamento de uma reunião com o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, da qual vão participar o CFP, o

Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (Cepedisa), a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde. A pauta vai ser debater a inserção da saúde mental na saúde suplementar, entre outros assuntos.

1.1.9 HIV

No dia 5 de julho, o CFP divulgou uma nota técnica sobre teste rápido para diagnóstico de HIV. Como conclusões, o CFP apontou no documento que, sendo a testagem um processo multiprofissional o aconselhamento de qualidade, é fundamental para maior compreensão do HIV/AIDS, além de defender o uso do teste rápido para facilitar o diagnóstico e apontar algumas orientações para a correta aplicação do teste.

1.1.10 OBESIDADE

A Psicologia foi inserida nas ações para tratamento da obesidade nas unidades de saúde. A informação foi divulgada na Portaria nº 424, de 19 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 28 de junho, pelo Ministério da Saúde (MS). O dispositivo redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento de sobrepeso como linha de cuidado prioritário da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

1.1.11 SUICÍDIO

O suicídio é um problema social e de saúde pública, que tira a vida de um milhão de pessoas por ano, em todo o mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Diante da expressividade dos números e da complexidade do fenômeno, além da necessidade de estratégias para combater a ocorrência que, de acordo com a OMS, é evitável, o CFP promoveu debate online “Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia clínica”, no dia 24 de julho.

O sucesso foi tamanho que, na semana da(o) psicóloga(o), o Conselho Federal de Psicologia realizou mais uma vez debate online sobre o tema, dessa vez, nomeado “Suicídio: o luto dos sobreviventes”, no dia 21 de agosto. O debate atingiu 3.787 pontos



Debate sobre suicídio abordou o tema como uma questão de saúde pública e desafio para a Psicologia clínica

Segundo debate online sobre suicídio alcançou mais de 3 mil pontos conectados em todo Brasil



conectados, ao vivo, e 350 perguntas foram enviadas aos palestrantes. Após a realização deste segundo debate sobre o tema, o CFP providenciou a transcrição do material para lançar uma publicação com referências técnicas para os profissionais da Psicologia.

1.1.12 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

No dia 26 de julho, o jornal O Globo publicou matéria criticando a atuação do Conselho Nacional de Saúde com argumentos sobre sua falta de autonomia e aparelhamento político por parte do governo. O CFP publicou nota de repúdio à matéria, com argumentos favoráveis à atuação do CNS.

No dia 11 de outubro, o CFP esteve presente na Oficina de Comunicação e Informação, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde, em Brasília. O objetivo do encontro foi traçar um planejamento estratégico para os próximos 25 anos do Sistema Único de Saúde, por meio de uma agenda nacional que envolva governo, sociedade, entidades e movimentos sociais ligados ao tema.

1.2 DIREITOS HUMANOS

O CFP criticou, no dia 7 de março, a eleição do novo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados a portas fechadas. Com faixas, apitos e máscaras, os manifestantes criticaram a indicação do deputado Marco Feliciano (PSC/SP) para assumir o cargo. Conselheiras do CFP criticaram ainda a proibição da participação dos movimentos sociais, com o argumento de ser um grande retrocesso na luta à implementação dos direitos humanos no Brasil.



CFP e entidades ligadas aos DH lotaram o auditório Nereu Ramos no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos

No dia 20 de março, o CFP e entidades ligadas aos Direitos Humanos lotaram o auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, onde aconteceu o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos. A iniciativa foi uma resposta de parlamentares insatisfeitos com a indicação do deputado Marco Feliciano (PSC/SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Casa.

O Conselho Federal de Psicologia posicionou em vários pontos do local, faixas com as inscrições: “Direitos Humanos: Respeito às Minorias”; e “Direitos Humanos: retrocessos NÃO!”.

Também em de 20 de março, o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) aprovou, por unanimidade, a subscrição da nota da Plataforma Dhesca. Organizações cobraram posicionamento público da Secretaria de Direitos Humanos e do governo federal com relação à presença de um racista, sexista e homofóbico na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara.

O CFP reconheceu, em 22 de março, a iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, de criação de 702 vagas em clínicas especializadas para tratamento psicológico gratuito de vítimas da ditadura militar e atingidos por atos de exceção.

No Dia Mundial em Apoio às Vítimas de Tortura, 26 de junho, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República realizou mutirão de prevenção e combate à tortura em locais de privação de liberdade em 14 unidades da federação. O Conselho Federal de Psicologia, por meio de sua participação no Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional/SDH/PR e da articulação da Comissão Nacional e das Comissões Regionais de Direitos Humanos, auxiliou na mobilização da ação. Foram inspecionados presídios, penitenciárias, hospitais psiquiátricos e instituições socioeducativas.

O Plenário do Senado aprovou, em votação simbólica, no dia 11 de julho, projeto de lei da Câmara que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou, na sexta-feira, 2 de agosto, sem vetos, o Projeto de Lei Complementar nº 11/2013, agora Lei nº 12.847, que cria um Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT) com o objetivo de enfrentar e combater esse crime em locais de privação de liberdade onde pessoas são detidas sob a custódia do Estado. A sanção foi publicada no Diário Oficial da União, em 5 de agosto.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia comprometida com a garantia dos direitos humanos do povo brasileiro manifestou publicamente seu repúdio, em 29 de agosto, ao assassinato do líder quilombola Teodoro Lator de Lima, conhecido como Senhor Lator, executado no dia 19 de agosto, em Belém, capital paraense.

Durante a atuação da Comissão da Verdade sobre a Ditadura Civil Militar de 1964, o CFP chamou a categoria dos psicólogos – via os CRPs – a dar seus depoimentos de participação na luta por direitos humanos nesse período de barbárie social no Brasil. No livro sobre esses depoimentos – que está em editoração – participam conselheiros do CFP e CRPs.

1.2.1 QUESTÕES DA TERRA

No dia 27 de fevereiro, foi realizado o debate online “A questão da terra: os indignados e a contemporaneidade”, que apresentou o documento de referência do Crepop Propostas da Atuação da Psicologia no Campo das Políticas Públicas Relativas à Questão da Terra.

Pensar nas vulnerabilidades das populações ligadas às questões da terra foi um dos desafios lançados às psicólogas e psicólogos durante o debate online, que foi transmitido ao vivo e alcançou 278 pontos conectados.



Especialistas debatem questões da terra

1.2.2 QUESTÕES INDÍGENAS

Em janeiro, o CFP, por meio de sua Comissão Nacional de Direitos Humanos, acompanhou a desocupação do Museu do Índio, que fica ao lado do estádio do Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro, e se posicionou contrariamente às estratégias higienistas que estão sendo recorrentes no país por conta dos grandes eventos esportivos.

O CFP noticiou, em fevereiro, o assassinato de um jovem indígena em Mato Grosso do Sul, da etnia Guarani Kaiowá. Na ocasião, reafirmou a necessidade de garantir a demarcação de terras dessa população.

Nos dias 9 e 10 de março, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP (CNDH) se reuniu em Brasília para discutir as relações entre a Psicologia e os povos indígenas. O objetivo da reunião da CNDH foi trazer a questão indígena como pauta para a Psicologia brasileira, com a partilha de experiências e ações institucionais dos CRPs relacionadas à temática indígena.

Durante a reunião, os participantes também propuseram a participação efetiva da Psicologia na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que ocorreu entre os dias 02 e 06 de dezembro, e a realização de encontros regionais, preparatórios para a Conferência Indígena.



CFP participa da mesa de abertura do I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos, no MS

Profissionais de Psicologia, estudantes e acadêmicos de todo o Brasil reuniram-se em Dourados (MS), entre os dias 7 e 9 de agosto, para discutir o papel da profissão nas questões indígenas do país. O I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos, marcado pela diversidade, contou com mais de mil psicólogos(os) durante os três dias e reuniu 61 palestrantes. A organização foi do Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso do Sul (CRP-14) e teve o apoio do Conselho Federal de

Psicologia. O evento foi antecedido, no dia 7, pelo II Seminário de Saúde Mental Indígena, que também contou com a organização do CRP-MS.

A cartilha elaborada durante o encontro foi entregue à comissão organizadora da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena e foi amplamente distribuída no decorrer do evento como contribuição da Psicologia para o tema.

As etapas distritais da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena começaram no dia 24 de julho. Os processos serviram de preparação para a etapa nacional, que aconteceu entre 02 e 06 de dezembro, em Brasília. O objetivo foi estabelecer diretrizes para ações de saúde e a formulação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. O CFP esteve presente e participou com a representação de delegadas e delegados.

O evento teve como eixos temáticos a “Atenção Integral e Diferenciada nas Três Esferas de Governo”; “O Controle Social e a Gestão Participativa”; “Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional”; e “Saneamento e Edificações da Saúde Indígena”.

1.3 EMERGÊNCIAS E DESASTRES

O CFP e o Movimento Nacional dos Atingidos por Desastres (Monades) se uniram, no início do ano, para definir o protagonismo dos atingidos e políticas preventivas para a área como ações prioritárias para 2013.

O início do ano foi marcado pela tragédia que ocorreu em Santa Maria (RS), com o incêndio na boate Kiss. O CFP, juntamente com a Associação Brasileira de Psicologia em Emergências e Desastres (Abraped), o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e a Subsede de Santa Maria, mobilizou equipes com mais de 200 psicólogas(os) diuturnamente para acompanharem de perto a situação e atenderem os parentes das vítimas com plantões na Subsede Centro-Oeste, em Santa Maria.

O CFP e Abrapede entregaram nota de solidariedade ao presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), Adherbal Alves Ferreira, em 25 de março.

Em 7 de março, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres (Abrapede) e o Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (Monades) reuniram-se com o governo federal para a ampliação da atuação de psicólogas(os) em situações de emergências e desastres.

Oficina do projeto Pluviômetros nas Comunidades reuniu representantes governamentais, não governamentais e movimentos sociais



O CFP, a Abrapede e o Monades foram convidados a participar de uma reunião realizada com vistas à implantação do Projeto Pluviômetros nas Comunidades, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O objetivo foi realizar a prevenção em locais de risco durante o período de chuvas, permitindo uma resposta ágil, a fim de evitar eventos extremos como deslizamentos e desbarrancamentos.

Cerca de 40 representantes de órgãos governamentais, não governamentais e movimentos sociais estiveram reunidos, em 6 de abril, durante a oficina do projeto Pluviômetros nas Comunidades, na sede do Conselho Federal de Psicologia. Durante dois dias, os participantes delinearam ações que buscam ampliar a percepção das populações vulneráveis à ocorrência de desastres naturais e quais medidas devem ser adotadas em situações de crise.

O secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (Seped/MCTI), Carlos Nobre, recebeu, em 7 de maio, um documento com recomendações para subsidiar a elaboração do plano de trabalho para implantação do projeto “Pluviômetros nas Comunidades”. O documento foi elaborado por cerca de 40 representantes de órgãos governamentais, não governamentais e movimentos sociais durante o segundo dia da oficina do projeto.

No dia 8 de maio, o CFP divulgou nota técnica sobre atuação de psicólogas(os) em situações de emergências e desastres, relacionadas com a política de defesa civil.

A Articulação Nacional para o Controle Social da Política de Proteção e Defesa Civil promoveu, nos dias 23 e 24 de setembro, no Plenário 3 da Câmara dos Deputados, em Brasília, um ciclo de debates sobre o tema. O objetivo da iniciativa, que contou com o apoio do Conselho Federal de Psicologia, foi aproximar a sociedade do debate sobre a Política Pública de Proteção e Defesa Civil, que deve ser pautada, em suas proposições legais e ações governamentais, pelo controle social. Na ocasião, o CFP elaborou material de divulgação do evento e logotipo da Articulação Nacional para o Controle Social da Política de Proteção Defesa Civil.



Ciclo de debates termina com resultados positivos

Os trabalhos foram abertos pelo Seminário Nacional sobre a Participação da Sociedade na Política de Proteção e Defesa Civil. O encontro contou com mesas de debates sobre o fortalecimento da participação social na Política de Proteção e Defesa Civil e formas de organização da sociedade na Proteção e Defesa Civil. A necessidade do envolvimento da população nos debates sobre emergências e desastres foi enfatizada por todos os debatedores durante o evento.

No último dia do Ciclo de Debates, o se-

cretário nacional de Defesa Civil, Humberto Viana, comprometeu-se a rever a participação da sociedade civil na representação do Conselho Nacional de Defesa Civil e na comissão organizadora da 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil, que acontecerá em maio de 2014. O resultado foi positivo. O CFP foi convidado para integrar a Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil convocada para ser realizada nos dias 27 a 30 de maio de 2014.

1.4 EDUCAÇÃO

Durante a II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em setembro de 2012, foi celebrado entre a União - Ministério da Educação e Conselho Federal de Psicologia - CFP, o Memorando de Entendimento, visando à conjugação de esforços e à troca de experiências e conhecimentos para o enfrentamento da violência e do preconceito na escola.

Em fevereiro, violência e preconceito nas escolas foi tema de reunião entre o ministério da Educação, o CFP e a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (Abep), além de membros de movimentos sociais. O objetivo foi debater a amplitude da pesquisa do CFP, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), para auxiliar no combate a esse tipo de ocorrência nas instituições de ensino do Brasil. A pesquisa possui um campo amplo de avaliação que envolverá toda forma de violência e preconceito nas escolas urbanas e rurais, desde as de natureza étnico-racial, de gênero, aspectos culturais, até aquelas em que haja discriminação por questões culturais ou religiosas.

No dia 05 de junho, foi realizado o Seminário de Lançamento do Projeto de Pesquisa: Violência e Preconceito na Escola, momento em que foi assinado o Termo de Cooperação entre a Universidade Federal de Mato Grosso, o Conselho Federal de Psicologia e as Universidades Federais do Amazonas, do Pará, de Pernambuco, da Bahia, de Mato Grosso do Sul, do Rio de Janeiro, de Uberlândia, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.



A equipe gestora acadêmica da pesquisa está representada pelos membros do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), do qual o Conselho Federal de Psicologia faz parte, e

O presidente do CFP, Humberto Verona, assina Termo de Cooperação pela redução da violência e preconceito nas escolas



Em fevereiro, CFP se reuniu com MEC e Abep para auxiliar no combate a violência nas instituições de ensino do Brasil



CFP participou, em abril, de audiência pública no Senado para discutir o PL nº 3.688/2000

que envolva o conjunto dos atores da comunidade escolar (profissionais da educação, estudantes e pais) e que dê visibilidade à voz dos alunos.

A previsão é de que a pesquisa seja finalizada no segundo semestre de 2014.

O CFP participou, em 3 de abril, de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal para discutir o Projeto de Lei da Câmara PLC nº 3.512/2008, que propõe a regulamentação do exercício da Psicopedagogia. Na ocasião, foi apresentado um parecer conjunto do CFP, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) com argumentos contrários à aprovação do PL.

O CFP lançou, durante debate online em 17 de abril, a publicação do Crepop Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica. O documento, produzido por uma comissão de especialistas, foi apresentado durante as falas das debatedoras, que traçaram um panorama da inserção da Psicologia na educação básica e apontaram os desafios que a categoria ainda precisa enfrentar no campo.

O CFP e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) se reuniram, em 23 de maio, com a deputada federal Keiko Ota (PSB/SP) com intuito de fornecer subsídios para a aprovação do Projeto de Lei nº 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. O encontro ocorreu na sede do CFP, em Brasília.

O CFP participou da Comissão Especial de Reformulação do Ensino Médio da Câmara dos

Deputados. O objetivo foi apresentar uma proposta de alteração da legislação atual sobre o ensino médio, por



CFP e CFESS se reuniram, em maio, com a deputada Keiko Ota para fornecer subsídios ao PL nº 3.688/2000

meio de debates sobre os deveres do Estado em relação à criação de políticas nessa área.

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados (CE-CD) realizou, em 13 de junho, audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.688/2000. O CFP esteve presente na mesa. Além do CFP, estiveram presentes o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), a Associação Brasileira de Psicologia Escolar (Abrapee), e a Secretaria de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Professores (Sinpro/DF)



Em junho, o CFP participou de mais uma audiência pública para discutir o PL nº 3.688/2000 na Câmara dos Deputados

O CFP estava presente na reunião da Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados, que cancelou novamente a votação do Projeto de Lei nº 3.688/2000. A sessão estava prevista para começar às 10h da quarta-feira, 19 de junho, e, após o ocorrido, estudantes, assistentes sociais e psicólogos(os) fizeram uma marcha dentro da Casa. Houve reação entre os manifestantes e a segurança impediu parte do público que assistiria à audiência de entrar no prédio para protestar.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Educação, com alterações fruto do acordo com a bancada governista, em seguida, encaminhado para apreciação na última Comissão, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Em 5 de julho, o CFP participou da “Conferência Livre Nacional de Educação em Respeito à Diversidade Sexual” – uma das etapas preparatórias para a II Conferência Nacional de Educação (Conae) – que será realizada em 2014, também com a participação do CFP.

O Projeto de Lei nº 3.688/2000 foi aprovado por unanimidade no dia 10 de julho pela Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados. Na semana anterior, houve um impasse durante a votação na CE por conta do empate de dez votos a favor e dez contra o projeto.

Com o tema “Desenvolvimento Humano e Solidariedade”, a cidade de João Pessoa (PB) recebeu o IX Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento (CBPD). O evento, promovido pela Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD), uma das entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), aconteceu entre os dias 19 e 22 de novembro, no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O XI Congresso Psicologia Escolar e Educacional (Conpe) começou em 14 de agosto e contou com a participação do Conselho Federal de Psicologia na abertura. O evento, que teve como tema





Em outubro, o CFP continuou acompanhando a votação do PL nº 3.688/2000, juntamente com o CFESS, participando de visitas à Câmara

o compromisso ético-político com a educação, terminou no sábado (17), em Uberlândia (MG). O CFP esteve presente em mesas de debates e relançou a publicação Referências para Atuação do Psicólogo na Educação, do Crepop.

O CFP participou do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) – “Desafios Contemporâneos para a Formação em Psicologia”, entre os dias 5 e 7 de setembro, em Curitiba (PR). A autarquia participou de três mesas durante o encontro: “Formação e Direitos Humanos”, “Estágio e serviço-escola” e “Os desafios da formação para as políticas públicas”.

Nesse evento, foi lançado o livreto Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à Discussão sobre a Formação da(o) Psicóloga(o), elaborado por conselheiros do GT Formação e convidados ad hoc. Esse documento foi apresentado/discutido em uma das mesas redondas do encontro.

O documento vai ser encaminhado aos CRPs para colaborar com as preocupações sobre a dimensão ético-política da formação da(o) psicóloga(o).

O CFP e o Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso do Sul (CRP-14) manifestaram-se sobre situação ocorrida na cidade de Paranaíba (MS), em que um professor de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi ameaçado pelo prefeito do município. A nota foi publicada no dia 4 de setembro.

Um importante passo para a tramitação do projeto de lei 3688/2000 foi dado no dia 18 de setembro. O deputado Fábio Trad (PMDB/MS), relator do Projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), manifestou parecer favorável ao projeto durante reunião com representantes do Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social.

1.5 CRIANÇA E ADOLESCENTE

As pautas ligadas às crianças e adolescentes são permanentes no Sistema Conselhos de Psicologia e as ações e interlocuções ocorrem de diversas formas e em diferentes espaços.

Como representante legítimo da sociedade civil, o Conselho Federal de Psicologia possui assento titular no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), participa do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e compõe a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), dentre outras instâncias de controle social.



CFP questionou, no início de fevereiro, o PL nº 267/11, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em trâmite na Câmara

O CFP questionou, no início de fevereiro, o Projeto de Lei nº 267/11, que acrescenta um artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante. O PL recebeu parecer favorável da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação. O projeto seria votado na Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados, mas foi retirado de pauta em razão de divergências entre os membros da comissão. O CFP entendeu o PL como um retrocesso, porque judicializa atos que poderiam ser geridos pela escola na relação entre a comunidade, a família e os próprios estudantes, por meio de uma gestão pedagógica democrática, com intervenção da Psicologia social e institucional.

Em 14 de maio, o CFP informou a suspensão nacional da Resolução CFP nº 10/10, que institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência na Rede de Proteção. O CFP esclareceu que, ao editar a resolução, buscou proteger a criança e o adolescente de uma possível revitimização, razão pela qual regulamentou a escuta psicológica de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência, preconizando uma rede de proteção às vítimas ou, testemunhas de violência. O ato normativo foi questionado judicialmente em vários estados, por supostamente haver um vício formal, ou seja, somente lei poderia prever tal limitação. Desse modo, especialmente no estado do Ceará, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contrária ao CFP e ao Conselho Federal de Assistência Social a fim de suspender, respectivamente, a Resolução CFP nº 10/10 e a Resolução CFESS nº 554/2009 em todo território nacional.

Em comemoração ao dia 18 de maio, Dia Nacional do Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Conselho lançou o site temático sobre crianças e adolescentes, no intuito de facilitar o acesso dos profissionais e outros interessados no tema e na atuação com essa população aos relatórios, vídeos, notas e publicações do Sistema Conselhos de Psicologia



sobre o assunto. O objetivo foi continuar na luta pela promoção, defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, por entender que são indissociáveis as dimensões éticas, técnicas, teóricas e políticas da profissão. Mais informações podem ser obtidas em: <http://criancaeadolescente.cfp.org.br/>. Na oportunidade, o CFP reiterou a campanha nacional com o slogan “Compromissos da Psicologia: Prevenir, Identificar, Acolher, Cuidar e Não Revitimizar!”.

Ainda em maio, o CFP participou da Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social para “Apresentação e debate da Agenda Propositiva para Crianças e Adolescentes em 2013”. Nessa pauta, as contribuições do CFP foram destacadas pelos participantes, governo e sociedade civil.

Entre maio e junho, o CFP participou de muitas manifestações também contra a redução da maioria penal e publicou nota sobre o tema. O assunto vem sendo discutido pelo Congresso Nacional há mais de duas décadas. Ao todo, 22 diferentes propostas de Emenda à Constituição Federal (PEC) foram apresentadas na Câmara dos Deputados e Senado Federal. O CFP manifestou-se publicamente no sentido de que qualquer proposta que modifique o sistema constitucional que reconhece prioridade e proteção especial a crianças e adolescentes é inconstitucional. Disse ainda, em relação à minoridade penal, que admitir que jovens com mais de 16 anos recebam as mesmas penas que se aplicam aos adultos, implica desconsiderar a situação peculiar de desenvolvimento em que se encontram, agride o princípio da racionalidade constitucional, uma vez que retira o tratamento garantido aos jovens pelo ECA. Argumentos de ordem psicossocial, pautados na ciência e na profissão, são as mais relevantes contribuições da Psicologia nesse campo.

A elaboração de uma nota técnica sobre as medidas socioeducativas e o ato em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente foram destaques durante a 218ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), realizada em Brasília, entre 4 e 7 de Junho. O documento apresentado apoiou a nota pública do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA/DF), que contestou o Projeto de Lei nº 1.185/2012 da Câmara Legislativa – que autoriza o porte de arma aos Atendentes de Reintegração Social e Agentes Sociais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal.

No dia 12 de junho, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, o CFP novamente veio a público explicitar sua posição em defesa da garantia dos direitos de crianças e adolescentes e pedir que haja um esforço de todos os segmentos sociais, especialmente psicólogas e psicólogos brasileiras(os), para que seja erradicado o trabalho infantil no país. Na mesma data, reiterou a posição política que a sociedade brasileira deve lutar veementemente para que as políticas de proteção integral e de prioridade absoluta estabelecidas na Constituição Federal, materializadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e em outros documentos de direitos nacionais e internacionais sejam cumpridas e implementadas.

A eficácia da redução da maioria penal, maturidade e desenvolvimento do adolescente foi objeto de debate, no dia 17 de junho, da terceira e última série de audiências públicas sobre o tema na CCJ do Senado Federal. Especialistas apontaram retrocessos da proposta de alteração do Código Penal, que pretende punir jovens a partir dos 16 anos em casos de crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura, terrorismo ou reincidência na prática de lesão corporal grave e roubo qualificado. Os debates contaram com a presença do CFP.

Ainda sobre a temática da maioria penal, o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) divulgou, em 23 de Julho, uma moção de repúdio à tentativa de redução da idade para responsabilização penal e o CFP reiterou sua posição contrária.

A fim de defender o direito à educação de crianças e adolescentes, o CFP publicou uma nota de repúdio a todas as formas de exclusão escolar e defende uma educação pública e de qualidade para todos e todas, acreditando que a educação possível e necessária ao desenvolvimento saudável é aquela projetada para a emancipação das crianças e adolescentes, que permita que eles/elas possam se reconhecer como sujeitos de direitos, de desejos e de conhecimento.

O CFP também se manifestou publicamente, em 8 de agosto, sobre proposta de responsabilização progressiva relacionada à prática de ato infracional. Desde a promulgação da Constituição de 1988, a partir de seus artigos 227 e 228, e com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, um novo panorama se abriu no plano legal e na esfera de democratização do país para as crianças e os adolescentes brasileiros(as) e a defesa do CFP tem sido no sentido de materialização das garantias de direitos vigentes.

Para reivindicar a implantação efetiva do ECA e uma política de garantia de direitos, o CFP convidou a todas(os) psicólogas(os) a participarem da mobilização nacional com o tema “Vamos fazer valer os direitos da criança e do adolescente – Não à redução da maioria penal e aumento do tempo de internação”, organizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), com apoio do Fórum Nacional DCA, no dia 14 de agosto, no Congresso Nacional, em Brasília.

Sistematizando vários argumentos de diferentes autores, o CFP publicou a cartilha Socioeducação não se faz com prisão, amplamente divulgada.

A Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República entrou em contato com o Conselho Federal de Psicologia para discutir a atuação dos profissionais no âmbito da aplicação da Convenção de Haia de 1980, que trata sobre o sequestro civil de crianças e adolescentes. Em agosto, o CFP participou da reunião com a Acaf/SDH e do I Seminário SDH-DPU sobre Subtração Internacional de Crianças.

O CFP foi convidado e participou de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, organizada pela Comissão de Direitos Humanos. O tema em pauta foi “Escuta, no âmbito jurídico, da Criança e Adolescente vítima de Violência”.



CFP participa de seminário na Câmara dos Deputados

Ainda em agosto, o CFP reuniu-se com o Coordenador da Área Técnica da Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, Roberto Tykanori, no Ministério da Saúde, a fim de discutir a atenção à saúde mental de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Uma conquista na área foi alcançada em setembro: foi aprovado no dia 18, na Comissão de Ciên-

cia, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTI) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 5.921/01, que proíbe a publicidade e a propaganda para a venda de produtos infantis. O texto aprovado, apresentado pelo deputado Sandro Alex (PPS/PR), modifica o atual art. 37 do Código de Defesa do Consumidor, considerando abusiva “a publicidade que seja capaz de induzir a criança a desrespeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família e que estimule o consumo excessivo”.

Nos dias 4 e 5 de novembro, o CFP participou do Seminário Nacional Comissão Especial de Medidas Socioeducativas na Câmara dos Deputados. O evento encerrou a etapa da Comissão Especial que visa dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.197, de 2002 do Senado Federal para permitir a aplicação de medidas socioeducativas aos infratores que atingirem a maioria penal. O Conselho Federal de Psicologia esteve presente na mesa.

No final de novembro, o CFP esteve presente em seminário realizado com o tema “Articular ações para ampliar os reflexos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: o papel da universidade”. O evento, que ocorreu em Brasília, teve o intuito de promover a revisão, compreensão e compartilhamento de iniciativas em prol da promoção do valor aos direitos humanos.

1.6 DIVERSIDADE SEXUAL

O tema da diversidade sexual ganhou bastante destaque em 2013. No início do ano, o Conselho Federal de Psicologia apoiou a iniciativa do Ministério da Saúde de travestis e transexuais terem o nome social impresso no Cartão Nacional de Saúde, no lugar do nome civil. Para o CFP, além de atender uma reivindicação do movimento que o Conselho apoia, a ação contribuiu para promover o respeito à diversidade e diminuir o preconceito e a discriminação.

Em 3 de fevereiro, o Conselho Federal manifestou publicamente seu repúdio às declarações do pastor Silas Malafaia durante um programa de entrevistas exibido pelo SBT. Em sua participação, o pastor evangélico agrediu a perspectiva dos Direitos Humanos a uma cultura de paz e de uma sociedade que contemple a diversidade e o respeito à livre orientação – objetos da atuação da Psicologia, que se pauta na defesa da subjetividade das identidades.

O CFP foi reeleito como membro titular do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT) para o biênio 2013-2014, no segmento de entidades de classe, juntamente com o Conselho Federal de Serviço Social. A entidade suplente do CFP ficou com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A eleição ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2013 e a posse para o novo mandato, no dia 2 de abril.

Em março, o Sistema Conselhos de Psicologia promoveu o seminário “Identidades Trans e Políticas Públicas de Saúde: Contribuições da Psicologia”, em São Paulo. O objetivo do evento foi fomentar a construção de orientações éticas e técnicas para a prática profissional por meio de concepções e práticas com um olhar pautado na afirmação da vida, defesa dos direitos humanos e na promoção da autonomia das pessoas.

Um substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 122/2006, que criminaliza o ódio e a intolerância contra a população LGBT, foi aprovado, em 16 de abril, durante reunião do CNCD/LGBT, do qual o CFP faz parte. O documento propõe até seis anos de prisão para discriminação de afetividade em espaços públicos ou privados de uso coletivo, exceto em templos religiosos. A proposta foi entregue ao senador Paulo Paim (PT/RS), relator do projeto, e para a senadora Ana Rita (PT/ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Ainda em abril, o CFP elaborou parecer contrário ao Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 234/2011, que visava sustar a Resolução CFP nº 001/1999 - que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. A norma orienta profissionais da área a não usarem a mídia para reforçar preconceitos contra os homossexuais nem propor tratamento para curá-los. Um dos argumentos é que a homossexualidade deixou de constar no rol de doenças mentais classificadas pela Organização Mundial da Saúde há mais de 20 anos, portanto não deve ser tratada como patologia.

Na véspera do feriado de 1º de maio, o deputado Marco Feliciano colocou, na pauta de 8 de maio, o PDC nº 234/2011. Em virtude de uma interpretação errônea da Resolução CFP nº 001/99, o CFP esclareceu, em 7 de maio, que a norma não proíbe as(os) psicólogas(os) de atenderem pessoas que queiram reduzir seu sofrimento psíquico causado por sua orientação sexual, seja ela homo ou heterossexual, e nem tampouco, pretende proibir as pessoas de buscarem o atendimento psicológico.

Em 15 de maio, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), reuniu-se com representantes do CNCD/LGBT, no gabinete da presidência da Casa. O grupo, que contava com representantes do CFP, pediu o apoio do parlamentar para uma legislação protetiva relacionada a esse público. Alves concordou que a Câmara encontrava-se “omissa” em relação aos direitos LGBT.

Alguns dias depois, pela terceira vez consecutiva, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM/CD) cancelou a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011, que visava sustar a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 001/1999. A apreciação foi adiada por conta das votações no plenário da Casa.

No final de maio, o CFP informou que a 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro ha-

via negado o pedido do Ministério Público Federal (MPF), no estado do Rio de Janeiro, para que anulasse a Resolução nº 001/99. Mas, em 4 de junho, uma vitória:



Em abril, o CFP elaborou parecer contrário ao PDC nº 234/2011, que visava sustar trechos da Resolução CFP nº 001/99



Deputados Jean Wyllys e Érika Kokay votaram contra o PDC nº 234/11, colocado em pauta no dia 8 de maio na CDHM

a Frente Parlamentar dos Direitos Humanos rejeitou, por unanimidade, em votação simbólica, o Projeto de Decreto legislativo nº 234/2011, do Deputado João Campos (PSDB/GO). O CFP esteve presente na votação.

Foi adiada, mais uma vez, em 11 de junho, a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 234/11. A apreciação estava prevista para 10/6, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, mas foi interrompida por conta da ordem do dia no plenário da Casa.

Em 18 de junho, o PDC nº 234/2011 foi votado e aprovado na CDHM da Câmara dos Deputados, com debate marcado por discussão truculenta e arbitrária, que não levou em conta os anseios da população dentro da “Casa do Povo”. Na ocasião, o CFP veio a público manifestar indignação mediante a aprovação.

A sociedade brasileira mostrou, em 2 de julho, a importância de defender a superação de preconceitos e o direito à livre orientação sexual, quando foi divulgado o resultado de uma de suas demandas, após semanas de manifestações: o arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011. Por conta da pressão social – vinda das ruas, de entidades governamentais e de representantes da sociedade civil – o autor do projeto decidiu retirar de pauta o PDC, decisão posteriormente aprovada pelo plenário da Casa.

O CFP divulgou, em 30 de julho, um vídeo da série produzida pelo Conselho, que trata de diversos aspectos sobre Psicologia e Diversidade Sexual, abordando a necessidade de conviver democraticamente na diferença ou na diversidade. O primeiro vídeo, intitulado Respeito, aborda a temática da visibilidade das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. O segundo, com o título Somos diversos, trata sobre a necessidade de conviver democraticamente na diferença ou na diversidade. O terceiro vídeo, Olhares diversos, contempla as práticas profissionais e traz depoimentos de psicólogas(os) sobre como lidam com questões da sexualidade no cotidiano de seu trabalho, a partir de suas orientações teóricas e metodológicas.

No mesmo dia 30, o CFP disponibilizou para consulta pública uma “Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans”. O documento foi encaminhado a psicólogas(os) que atuam na área, Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e movimentos sociais ligados ao tema. O objetivo da nota era orientar de forma ética e técnica às (aos) psicólogas(os) a respeito do processo transexualizador. É possível, também, utilizar a consulta para apresentar reflexões, abordando o documento na íntegra.

No dia 4 de setembro, foi divulgada pelo CFP uma nota técnica sobre técnica sobre o processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. O documento ressalta a importância de psicólogas(os) em equipes multidisciplinares, necessárias ao acompanhamento de transexuais que busquem os serviços de referência. Nesse sentido, a profissão tem o desafio de garantir a essa população o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde.

1.7 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.7.1 PSI-PLP

O III Seminário da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa ocorreu na cidade de Mindelo, em Cabo Verde, em abril de 2013, durante o I Congresso Nacional de Psicologia. Representantes do CFP estiveram presentes e, na ocasião, foi assinado um convênio multilateral que prevê, dentre outros pontos, a cooperação



técnica e a definição de uma linha de atuação e colaboração para a melhoria constante da profissão de psicóloga(o) nos países que compõem o Seminário dos Países da *Psicologia* nos Países de Língua Portuguesa (Psi-PLP) – Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Portugal – nos níveis científico, de pesquisa, docência, cultural e social.

Além do convênio, Brasil e Portugal assinaram o “Protocolo de Cooperação entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses e o Conselho Federal de Psicologia do Brasil”, que estabeleceu as linhas gerais de intercâmbio e o reconhecimento de profissionais de ambos os países com o objetivo de possibilitar a prestação de serviços de caráter temporário e permanente. Ambos os acordos têm validade de cinco anos.

Durante o III Seminário, foram também criados quatro Grupos de Trabalhos (GTs). Foram definidos os seguintes temas para cada GT, que conta com a presença de pelo menos um representante de cada país:

1º Portal Psi-PLP – Coordenado pelo Brasil, responsável por construir o portal da Psicologia dos países de língua portuguesa que, dentre outras questões, integrará um fórum de debate e partilha de ideias.

2º Curso de Especialização – Também coordenado pelo Brasil, responsável pela elaboração da proposta de curso de especialização em Avaliação Psicológica e Direitos Humanos para os cinco países.

3º Criança e Adolescente, com o subtema Violência – Coordenado por Cabo Verde, visando discutir as práticas profissionais da Psicologia nesse campo, bem como as políticas de enfrenta-

mento. Abordará a violência tanto na perspectiva da vítima quanto do agressor, com ênfase na violência e exploração sexual.

4º Afirmação da Profissão no Mundo da Lusofonia - Coordenado por Portugal, cuja tarefa é desenvolver propostas para afirmação da Psicologia nos países de língua portuguesa.

Ao fim do I Congresso de Psicologia, em 20 de Abril, foi assinada a Declaração do Mindelo, definindo a colaboração relacionada ao exercício da profissão dos psicólogos nesses países; o desenvolvimento da Psicologia enquanto Ciência; bem como levar as intenções deste grupo profissional aos decisores políticos locais.

Ainda em 2013, aconteceu entre os dias 05 a 07 de dezembro o IV Seminário da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa em Angola.

1.7.2 ULAPSI

Em 24 de abril, a União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi) posicionou-se, por meio de nota, a favor do processo de paz que estava se expandindo na Colômbia.

No início de 2013, também foi iniciada a divulgação do V Congresso Latino-Americano de Psicologia da União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi), que será realizado em maio de 2014, na cidade de Antigua, Guatemala. Foram produzidos materiais gráficos – distribuídos em eventos que o CFP participou – e notas para divulgar o congresso. O objetivo é propiciar espaços de reflexão entre diferentes atores sobre as práticas e saberes da Psicologia na América Latina.

Mesas de debates, palestras, oficinas, apresentações de livros e trabalhos, encontros institucionais e atividades culturais serão algumas das atividades que farão parte do evento.

Em julho foi realizado o XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia, de 15 a 19 de Julho, em Brasília. O evento foi realizado pela Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e contou com o apoio do CFP que, durante todo o evento, esteve presente com um estande. Na ocasião, representantes da Sociedade



Interamericana de Psicologia na Argentina e no Paraguai mencionaram a necessidade de estreitar relações e promover o intercâmbio de experiências entre o Brasil e demais países latino-americanos.

CFP participou, em julho, do 34º Congresso Interamericano de Psicologia, realizado em Brasília



Durante o Congresso, o CFP participou, em 18 de julho, de reunião com o presidente da International Union of Psychological Science (IUPsyS, em inglês), Saths Cooper, e representantes da Psicologia do Chile, Argentina, Espanha, México, Paraguai, Guatemala e Brasil. O objetivo do encontro – proposto por Cooper durante o Congresso – foi apresentar um projeto de democratização feito pela IUPsyS, o qual sugere que haja maior representação da Psicologia da América Latina, da África e da Ásia na instituição internacional.

1.7.3 ALFEPSI

Atendendo a preocupação com a formação ético-política da(o) psicóloga(o), o CFP articulou-se com a Asociación Latinoamericana para la Formación y Enseñanza de la Psicología (Alfepesi) por duas vias: a) integrando o Comitê Editorial de la Revista Integración Académica en Psicología – em parceria com o Mestrado da Universidade Estadual de Maringá e b) com a participação em dois de seus congressos a saber:

- I Congreso da Alfepesi – “Por una formación de psicólogos y psicólogas con compromiso social” – 03 a 05 de outubro de 2012 no Panamá e II Congreso da Alfepesi – “Construyendo una Psicología Comprometida con América Latina” – 23 a 26 de outubro de 2013, em Concepción, Chile.

1.8 NOVOS CRPS

Em 26 de março, o CFP divulgou orientações relativas ao desmembramento do Piauí, Maranhão e Tocantins – que passaram a ter seus próprios Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), nomeados CRP-21, CRP-22 e CRP-23. A decisão foi tomada durante a Assembleia das Políticas e das Finanças de dezembro de 2012, que reuniu CRPs de todo o Brasil na sede do Conselho Federal de Psicologia.

Para explicar pontos sobre o processo de desmembramento, além de dúvidas das(os) psicólogas(os) foram realizadas, no final de fevereiro e início de março deste ano, reuniões entre representantes do CFP, CRPs e os profissionais de cada estado. Além disso, foram enviados folders produzidos pelo CFP, à categoria, com orientações sobre o processo.

Foram abordados três pontos principais durante os encontros: a implantação da nova sede, com listagem das tarefas que deveriam ser feitas; a necessidade de mobilização da categoria nos Congressos Regionais da Psicologia (Coreps) para a construção de propostas que pudessem nortear a próxima gestão da região; e dúvidas em relação ao processo eleitoral, com explicações sobre quem poderia participar e como seriam instituídas as chapas regionais.

Entre as diversas vantagens aos profissionais que a instalação dos novos CRP trouxeram, estão o atendimento a demandas locais, a celeridade na solução de problemas e a possibilidade de condições mais favoráveis para orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão no estado.

Em agosto de 2011, foi criado o Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região (CRP-20), de jurisdição nos estados do Acre, Amazônia, Rondônia, Roraima e sede em Manaus.

1.9 PEPSIC

O portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic) está na lista dos melhores acervos eletrônicos do mundo, segundo o Ranking Web of Repositories, ocupando a 35ª posição entre os 127 sites analisados pelo Webometrics, que afere a visibilidade de produção científica e acadêmica disponível na rede.

1.10 MULHER

No início de março, o CFP promoveu um debate online com o tema “Mulher na Mídia: Subjetividade e Cidadania” em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O objetivo foi discutir a presença feminina nos meios de comunicação social e a produção da subjetividade. O debate abordou, por exemplo, os efeitos que a mídia produz em relação ao padrão estético e ético feminino. O evento contou com aproximadamente 2.150 pontos de acessos de internautas durante sua realização.



Debate sobre “Mulher na Mídia: Subjetividade e Cidadania”, realizado em março, teve 2.150 pontos conectados em todo o Brasil

Ainda no Dia Internacional da Mulher, a psicóloga Maria Auxiliadora Arantes, representante do Conselho Federal de Psicologia na Comissão Nacional de Direitos Humanos, foi uma das cinco homenageadas na 67ª Caravana da Anistia, promovida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Nesta edição, a caravana abordou o tema “filhos de perseguidos políticos exilados”.

A data de 28 de maio ficou estabelecida como o “Dia de Combate à Mortalidade Materna e de Luta Pela Saúde da Mulher”. No Brasil, estima-se que sejam realizados mais de um milhão de abortos ilegais todos os anos, colocando em risco a saúde e a vida de várias mulheres. Com objetivo de reduzir o problema, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Conselho Federal de Psicologia e entidades que apoiam a causa solicitaram, por meio de Carta, audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB/RN), para debater a retirada do aborto inseguro no país da esfera criminal.

Em 5 de julho, o CFP publicou nota posicionando-se sobre o parecer do Conselho Federal de Medicina (CFM), que defendia a liberação do aborto em gestações de até 12 semanas, expondo que a posição do CFM demonstrava um grande avanço. Na mesma época, o CFP acompanhou

ainda o estatuto do nascituro e divulgou posicionamento público a respeito, opondo-se ao Estatuto com argumentos de que ele desconsidera direitos básicos da mulher.

Em 18 de julho, a Psicologia acompanhou a aprovação, no Senado Federal, do Projeto de Lei nº 60/99, que estabelece atendimento imediato e multidisciplinar gratuito para o tratamento, do ponto de vista físico e emocional, às vítimas de violência sexual. A proposta foi transformada na Lei Ordinária nº 12.845/2013 e, para o CFP, significa respeito às vítimas de violências sexual, por meio de ações que minimizem o sofrimento, do ponto de vista físico e emocional, com o atendimento imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento dos impactos físicos e emocionais causados pelo estupro.

Em 22 de julho, foi lançada a publicação Quem é a Psicóloga Brasileira – Mulher, Psicologia e Trabalho. O livro foi fruto da primeira fase da pesquisa Efeitos do Feminino no Exercício da Psicologia no Brasil, que entrevistou 1.331 profissionais em todo Brasil, entre maio e junho de 2012. Os resultados da pesquisa, encomendada pelo Conselho Federal de Psicologia ao Instituto Ethos, apontaram que as psicólogas representam 89% da categoria. Neste primeiro livro, foram divulgados os resultados preliminares da fase quantitativa da pesquisa, cujo objetivo era conhecer melhor as relações entre as psicólogas e o trabalho.

A segunda etapa da pesquisa, que teve uma abordagem qualitativa, deu origem à produção do livro Psicologia: Uma Profissão de Muitas e Diferentes Mulheres, previsto para ser lançado na APAF, em 14 de dezembro. Para sua elaboração, foram realizados 18 encontros presenciais com psicólogas em diferentes capitais brasileiras. O referido estudo possibilitou contemplar a diversidade de uma profissão de muitas e diferentes mulheres e, além disso, avançar na análise dos possíveis efeitos dessa hegemonia sobre o exercício da Psicologia no Brasil.

No triênio 2011-2013, o CFP foi empossado no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no qual tem vaga de titular. O Conselho é, atualmente, vinculado à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo. A representação do CFP no Conselho é de extrema relevância, considerando que este representa um espaço fundamental no qual as políticas de promoção da cidadania das mulheres são construídas.

1.11 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com o objetivo de ampliar a articulação entre profissionais da Psicologia e da Assistência Social para construção conjunta de ações e propostas que tenham como meta um atendimento integral, o Crepop lançou, em 21 de março, o documento de referência sobre a Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Creas.

O documento é um recurso para qualificação e orientação da prática profissional da(o) psicóloga(o) nas diferentes ações da Política da Assistência Social. Elaborado por uma comissão de especialistas, historicamente reconhecida por sua competência em promover reflexões, a publicação foca elementos importantes para trabalhos articulados no Creas.

Em 27 de março, a delegação do CFP reuniu-se com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, para discutir a atuação dos profissionais de Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (Suas). Durante o encontro, a ministra recebeu o recém-lançado documento de referência técnica sobre a Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), além de outras publicações do CFP.



Crepop lançou, em março, o documento de referência sobre a Prática de Psicólogos(os) no Creas

Entre 22 e 24 de abril, o CFP esteve presente no XV Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), no Anhembi, em São Paulo. A autarquia participou da mesa

sobre “O Processo de Judicialização da Política de Assistência Social”.



Delegação do CFP reuniu-se, em março, com a ministra do MDS para discutir a atuação dos profissionais de Psicologia no Suas

A atuação da Psicologia no Suas e os desafios para humanizar o atendimento à população na rede pública de Saúde foram temas de discussões durante o II Seminário Psicologia no Suas: contribuições, desafios e percepções. O evento foi transmitido ao vivo no dia 22 de agosto, pelo site do Conselho, e alcançou 1.963 pontos conectados em todo Brasil. O intuito foi ampliar o compromisso da Psicologia na efetivação do Suas, por meio da atuação das(os) psicólogas(os)

na política pública de Assistência Social, possibilitando reflexões sobre os avanços e os desafios para a área.

Os desafios para implementar o Suas também ganharam destaque no II Seminário do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS), que ocorreu nos dias 20 e 21 de setembro, na sede do CFP, em Brasília. A abertura do encontro, que teve como tema “O Trabalho Multiprofissional no Suas”, foi marcada pelo lançamento da Campanha Nacional por Concurso Público e contra a Precarização do Trabalho no Suas.



Debate online sobre Psicologia no Suas alcançou quase 2 mil pontos conectados

O objetivo da campanha é aprimorar a gestão do Suas, por meio da compreensão de que a melhoria das condições de trabalho e do atendimento ao usuário será realizada pelas próprias pessoas que atuam no setor. Para que isso ocorra, torna-se necessária a criação de empregos formais, viabilizados por concursos públicos, por exemplo.

A transmissão online contou com 4.564 pontos conectados em todo Brasil. Cerca de 60 pessoas participaram presencialmente.

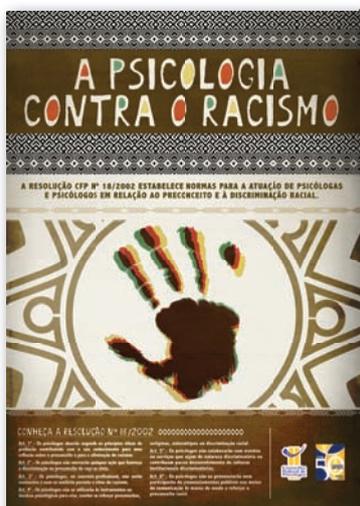
No dia 24 de outubro, na sede do CFP, ocorreu a primeira reunião presencial da comissão de especialistas ad hoc responsável pela elaboração do documento de referências técnicas para as(os) psicólogas(os) que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) do Suas. A publicação será elaborada a partir de uma revisão da última publicação sobre o tema, que foi lançada em 2008.

As principais mudanças terão como base uma pesquisa realizada em 2010, com psicólogas(os) de todo o Brasil, pelo Centro de Referência em Psicologia em Políticas Públicas (Crepop) do CFP, além de normatizações criadas nos últimos anos.



Comissão de especialistas reunida para elaborar o documento de referências técnicas para as(os) psicólogas(os) que atuam nos Cras

1.12 QUESTÃO RACIAL



Cartaz comemorativo destacou a importância da Resolução CFP nº 018/02, que estabelece normas para atuação da Psicologia contra o racismo

O Conselho Federal de Psicologia incorporou o tema do enfrentamento ao racismo e, para tanto, vêm desenvolvendo várias ações no sentido de responder às demandas da categoria e da sociedade. Uma delas foi o site Psicologia e Relações Raciais, lançado em 27 de setembro – disponível em <http://relacoesraciais.cfp.org.br/> –, com notícias, vídeos, legislações e publicações sobre o tema étnico racial.

A plataforma possibilita, ainda, enviar contribuições para o Guia de Referência – Psicologia e Relações Raciais. O guia apresenta as produções bibliográficas sobre relações raciais na Psicologia. São livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de leituras complementares, sites, filmes/documentários e documentos.

O GT sobre o tema, constituído na Apaf de dezembro de 2012 para evidenciar a Resolução CFP nº 018/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, apresentou um documento na Assembleia de maio de 2013, elencando as seguintes ações:

- 1 - Campanha com debate, cartazes e folders dando divulgação à resolução nº 018/2002: A campanha foi iniciada, sendo disponibilizado material no Conpsi e foi feita a ampla divulgação da Resolução na III Conapir, que aconteceu em novembro.
- 2 - Sugerir ao plenário do CFP a publicação de Revista Diálogos com este tema: a proposição é de que a revista saia em 2014.
- 3 - Mapear psicólogas e psicólogos negros, indígenas e quilombolas, como ação afirmativa de identidades. - PESQUISA: A proposição é de que a pesquisa seja feita em 2014.
- 4 - Que os CRPs façam gestão para que a resolução seja cobrada em concursos públicos para psicólogos: Os CRPs estão divulgando a Resolução.
- 5 - Enfrentar diretamente o racismo, nos Processos de Orientação e debate sobre o tema: Será realizada uma Oficina sobre a temática no Encontro de COE e COF que tem previsão de acontecer nos dias 17, 18 e 19 de outubro na sede do CFP.
- 6 - Proposição de políticas públicas, segurança pública e outros setores privados de intervenção em que psicólogos atuem, valorizando a relação étnico-racial.
- 7 - Discussão sobre as relações de trabalho no âmbito das questões étnico-raciais.
- 8 - Dar publicidade às denúncias do racismo.
- 9 - Reafirmar, também, a mesma postura para questões de racismo indígenas e quilombolas.
- 10 - Aderir ao Programa de Combate ao Racismo Institucional da Seppir.

O GT realizou, até o momento, 11 reuniões telefônicas. Neste momento, está construindo um



CFP participou da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

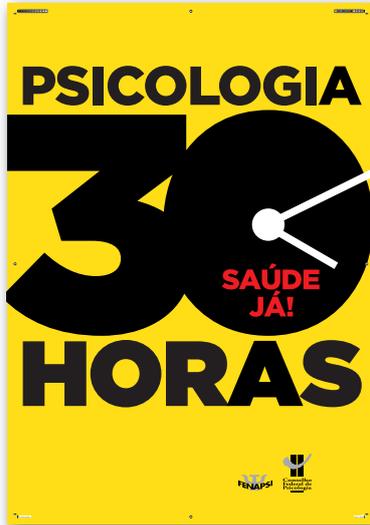
texto norteador para a sociedade em geral sobre a temática. Posteriormente, o texto foi encaminhado aos CRPs para divulgação nas Conferências Estaduais de Promoção e Igualdade Racial. Esse mesmo texto foi encaminhado para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), que aconteceu nos dias 05, 06 e 07 de novembro. A plenária da Conferência estabeleceu 10 temas prioritários para promover políticas de igualdade racial no Brasil, que incluem campanhas e projetos de comunicação e ampliação da participação da população negra no poder público. As propostas serão incluídas no quadro de ações

que vai orientar a atualização do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir).

Foram realizadas também as seguintes ações sobre o tema no decorrer de 2013: a distribuição da Resolução CFP nº 018/2002 em eventos; a produção e ampla divulgação de um cartaz sobre os dez anos da resolução; conquista de uma suplência no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Conpir); apoio à construção do site da ANPSINEP - <http://anpsinep.cfp.org.br/> - na ferramenta de inscrição <http://anpsinep.cfp.org.br/category/psinep/> e na adaptação da nova logo; criação de um folder com a Resolução nº 018/2002 para ampla divulgação e criação de hot site sobre a temática.

O CFP concluiu ainda, em 2013, a elaboração de um documento de referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) em políticas públicas sobre relações raciais, que será lançado em breve.

1.13 PL DAS 30 HORAS



Cartaz chamou atenção da categoria para mobilização em torno do PL das 30 horas

Há cinco anos tramitando no Congresso Nacional, o PL nº 3.338/2008, mais conhecido como PL das 30 horas, é um dos projetos mais esperados pela categoria. A matéria prevê a redução da jornada dos profissionais de Psicologia para, no máximo, 30 horas semanais. O Conselho Federal de Psicologia, junto à Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), tem se mobilizado desde o início para garantir o direito de milhares de psicólogas(os) do país.

Foi realizado, no dia 6 de maio, um debate sobre o PL. O evento ocorreu em João Pessoa (PB) e contou com a presença do relator Manoel Júnior, que apresentou parecer favorável ao projeto. Em 24 de julho, o relator entregou parecer favorável à mesa diretora da CFT. O deputado ia pedir prioridade na votação do PL, em agosto, assim que o Congresso Nacional voltasse do recesso. A expectativa era que a matéria fosse votada na primeira quinze-

na de agosto. O CFP esteve presente para receber o parecer favorável do parlamentar.

No dia 7 de agosto, uma vitória: o PL nº 3.338/2008 foi aprovado por unanimidade na reunião da Comissão de Finanças e Tributação. O próximo passo é a apreciação conclusiva da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) da Casa, na qual foi designado como Relator o deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR), que apresentou parecer favorável à aprovação do Projeto. O próximo passo é a inclusão na pauta da comissão para votação da matéria. Assim que for aprovada, irá para a sanção da presidente Dilma Rousseff.



Em julho, relator Manoel Júnior apresentou parecer favorável ao PL das 30 horas à mesa diretora da CFT. CFP acompanhou o ato

1.14 CONCURSOS

O Conselho Federal de Psicologia enviou, em 15 de março, um ofício para o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e para o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB), requerendo que fossem aceitos os can-

didatos com formação em Psicologia nas vagas de analista de Gestão de Pessoas do último concurso do Serpro.

Os requisitos de acesso para o cargo não consideraram os candidatos com formação em Psicologia para a disputa das vagas. Para o CFP, a formação da(o) psicóloga(o) a(o) capacita para exercer as atribuições gerais e específicas descritas no edital, sem necessidade de pós-graduação.

No dia 15 de abril, foi publicado, no Diário Oficial da União, o edital do V Concurso de Provas e Títulos de Especialista em Psicologia Hospitalar, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia e pela Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH). A prova foi realizada no dia 25 de agosto deste ano, durante o IX Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, que ocorreu em Belo Horizonte (MG). O CFP divulgou, no dia 6 de setembro, o resultado do concurso. No final de setembro, foram divulgados o gabarito e resultado oficiais do V Concurso de Provas e Títulos para Concessão do Título de Especialista em Psicologia Hospitalar. O resultado foi homologado no Diário Oficial da União em 3 de Outubro.

No dia 9 de setembro, o CFP informou em seu site a abertura das inscrições para o VIII Concurso para Concessão do Título de Especialista em Psicologia em todas as especialidades, com exceção de Psicologia Hospitalar (em andamento).

Está em andamento o VIII Concurso de Provas e Títulos para Concessão do Título de Especialista em Psicologia para todas as especialidades (11). A banca organizadora do certame é a Quadrix. As provas foram aplicadas em 14 estados brasileiros no dia 1º de dezembro. O resultado final está previsto para o dia 16 de abril de 2014.

1.15 ELEIÇÕES 2013



Banner das Eleições 2013 para o Sistema Conselhos de Psicologia

O ano de 2013 foi marcado pelas eleições para as novas gestões dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. O CFP disponibilizou ferramentas para que psicólogas e psicólogos atualizassem seus dados e estivessem aptos para votar. A atualização podia ser feita pela internet. Bastava acessar o site <http://cadastro.cfp.org.br/recadastramento> ou a página do respectivo Conselho Regional. Caso houvesse dúvidas ou problemas na realização do cadastro, foram criados o número: 0800 644 0174 e o e-mail: recadastramento@cfp.org.br.

No dia 15 de abril, o CFP lançou o site das eleições 2013 eleicoespsicologia.cfp.org.br. A página trouxe informações de todo o processo eleitoral do Sistema Conselhos para deixar psicólogas(os) informadas(os) sobre como exercer seu direito ao voto. No site, era possível entender o processo eleitoral, aces-

sar o regimento e os demais documentos eleitorais, tais como o requerimento para inscrição de chapa regional e o funcionamento das eleições 2013.

Em 30 de abril, o CFP divulgou o plantão das Comissões Eleitoral Regular e Especial durante o VIII Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que ocorreu de 30 de maio a 2 de junho de 2013, em Brasília. O objetivo era esclarecer possíveis dúvidas das(os) delegadas(os) do CNP sobre o processo eleitoral, bem como receber as inscrições de chapas para a Consulta Nacional, que definiria a próxima gestão do Conselho Federal de Psicologia.

No dia 12 de junho, entrou no ar a nova versão do site das eleições 2013 do Sistema Conselhos de Psicologia, que trouxe a nominata das chapas que iriam concorrer aos 23 Regionais e ao Federal.

A totalização dos votos por internet das eleições para a próxima gestão do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais (CRPs) foi transmitida ao vivo, pelo site do CFP, no dia 27 de agosto. Após a abertura, foi apresentado um gráfico com o percentual dos votos realizados pela internet das chapas nacionais em todo Brasil. A atualização do site foi feita conforme as apurações dos votos enviados por correspondência. A página das eleições contou com um gráfico para acompanhamento da contagem de votos de todos os estados mediante os resultados das chapas regionais. Ao final, foi dado o número total de eleitores que realizaram votações pela internet e via correio.

Foi realizada, ainda, uma cobertura em tempo real das eleições pelas redes sociais e site do CFP, com postagens de informações e fotos sobre a apuração nos regionais.

As Comissões Eleitorais do Sistema Conselhos de Psicologia divulgaram, no dia 5 de setembro, o resultado final dos votos da consulta pública nacional para a gestão 2014-2016 do Conselho Federal de Psicologia. Ao todo, 84.493 psicólogas(os) votaram pela internet e por correspondência.

A votação foi realizada em todo o território nacional. Pela internet, foram contabilizados 66.003 votos, realizados por meio de computadores pessoais e em postos de votação instalados nas zonas eleitorais em cidades situadas a um raio de 50 km da sede, 50 km das subseções e 50 km das seções. Localidades que estavam fora dessas dimensões votaram por correspondência, somando 18.490 votos.

A chapa vencedora no CFP foi a “Fortalecer a Profissão” (número 22), com 27.875 votos. A chapa “Cuidar da Profissão” (número 23) recebeu 25.036 votos, e a chapa “Renovação: Compromisso com a Profissão” (número 21) obteve 19.558 votos. No total, 12.024 psicólogas(os) votaram em branco (3.953) ou nulo (8.071).

1.16 PRÊMIOS

Prêmio Monográfico César Ades: Desafios para o Futuro da Psicologia

A comissão julgadora do Prêmio Monográfico César Ades: Desafios para o Futuro da Psicologia, composta por integrantes designados pelo Plenário do Conselho Federal de Psicologia e coordenada pela conselheira do CFP, Tânia Brasileiro, reuniu-se em 12 de abril, em São Paulo, para definir os melhores trabalhos inscritos no prêmio, conforme os critérios estabelecidos em edital.



Vencedores do Prêmio César Ades recebem homenagens durante o 8º Conpsi, realizado no mês de maio, em Fortaleza

Em 27 de abril, a comissão julgadora escolheu os 14 melhores trabalhos nas categorias psicólogas(os) e estudantes de Psicologia. Ao todo, foram recebidas 112 inscrições de todas as

regiões do Brasil. A cerimônia de entrega dos prêmios aos vencedores foi realizada em maio, durante o 8º Congresso Norte e Nordeste de Psicologia, em Fortaleza (CE).

SUBTEMA 1: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O FUTURO DA PSICOLOGIA

PROFISSIONAL

(1º LUGAR) – MARINA WANDERLEY VILAR DE CARVALHO/SÃO PAULO (SP)

“Interfaces entre Psicologia e Direito: Desafios da Atuação na Defensoria Pública”

(2º LUGAR) – MARIVETE GESSER/FLORIANÓPOLIS (SC)

“Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo”

(3º LUGAR) – ROGÉRIO LERNER/SÃO PAULO (SP)

“A Psicologia na Articulação entre os Âmbitos Coletivo e Psíquico Construção de uma Política Pública em Saúde de Cuidado com o Desenvolvimento”

ESTUDANTE

(1º LUGAR) – ANA CHACEL DE CASTRO/ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (RJ)

“Juventude, Território, Psicologia e Política: Intervenções e Práticas Possíveis”

(2º LUGAR) – ROSANA GOMES REIS/UNIVERSIDADE PARANAENSE (PR)

“As Políticas Públicas e o Campo: e o Psicólogo com isso?”

(3º LUGAR)– VINICIUS FURLAN/ UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA (SP)

“Articulando os Contextos Sócio-Político-Cultural e das Políticas e Projetos Sociais no Seio da Psicologia no Século XXI”

SUBTEMA 2: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SÉCULO XXI

PROFISSIONAL

(1º LUGAR) – ÂNGELO BRANDELLI COSTA/PORTO ALEGRE (RS)

“Diversidade sexual e avaliação psicológica: os direitos humanos em questão”

(2º LUGAR) – VICENTE CASSEPP BORGES/DOURADOS (MS)

“Skinner e o futuro da Psicologia”

(3º LUGAR) – SELENA MESQUITA DE OLIVEIRA TEIXEIRA/TERESINA (PI)

“Retratos de autópsias psicossociais sobre suicídio de idosos em Teresina”

ESTUDANTE

(1º LUGAR) – CAMILLA FÉLIX BARBOSA DE OLIVEIRA/ UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (RJ)

“Judicialização da vida na contemporaneidade”

(2º LUGAR) – PAULA MÁRCIA DE LIMA/ FACULDADE DE AMERICANA (SP)

“A psicoterapia sócio-histórica”

(3º LUGAR) – HERNANI PEREIRA DOS SANTOS/ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (PR)

“Cientificismo como obstáculo à compreensão ético-política da psicologia: limites, problemas e alternativas”

SUBTEMA 3: A PSICOLOGIA LATINO-AMERICANA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

PROFISSIONAL

(1º LUGAR) – NÃO HOUE CLASSIFICAÇÃO

(2º LUGAR) – NÃO HOUE CLASSIFICAÇÃO

(3º LUGAR) – NÃO HOUE CLASSIFICAÇÃO

ESTUDANTE

(1º LUGAR) – CAMILLA VERAS PESSOA/UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (BA)

“Psicologia latino-americana: desafios e possibilidades”

(2º LUGAR) – CLAUDIA GOMES DA CRUZ/FALDADE SANTÍSSIMO SACRAMENTO (BA)

“Agentes de limpeza pública: um estudo da relação prazer/sofrimento no ambiente laboral”

(3º LUGAR) – NÃO HOUE CLASSIFICAÇÃO



Prêmio de Psicologia e Direitos Humanos: Ditadura Civil-Militar e Repercussão sobre a Psicologia como Ciência e Profissão

Em 23 de abril, o CFP abriu inscrições para o Prêmio de Psicologia e Direitos Humanos: Ditadura Civil-Militar e Repercussão sobre a Psicologia como Ciência e Profissão. A iniciativa teve o propósito de estimular nos estudantes e psicólogos(os) a produção de artigos a respeito do regime autoritário vivido pelos brasileiros entre 1964 e 1985. A expectativa era de que os

Cartaz de lançamento do Prêmio Psicologia e Direitos Humanos

artigos fossem elaborados com objetivo de resgatar a história para que esse tipo de violação não se repetisse.

As inscrições para o Prêmio de Psicologia e Direitos Humanos: Ditadura Civil-Militar e Repercussão sobre a Psicologia como Ciência e Profissão foram até 20 de julho, posteriormente prorrogadas para 20 de agosto. Os três melhores trabalhos nas categorias profissional e estudante receberam R\$ 5 mil, R\$ 4 mil e R\$ 3 mil, respectivamente.

Ao todo, foram recebidos 52 artigos. A comissão julgadora, formada por profissionais da Psicologia e com experiência no tema, avaliou os trabalhos e escolheu três vencedores para a categoria profissional e três para a estudante. Conheça as (os) vencedores:

Categoria Profissional:

1º lugar: Fernando Lacerda Júnior e Domenico Uhng Hur. GO

2º lugar: Luis Eduardo França Jardim. SP

3º lugar: Carla Nátyad Castelo Branco Costa Dantas e Ana Maria Batista Correia. PI

Categoria Estudante:

1º lugar: Lumena de Aleluia Santos. BA

2º lugar: Fabíola Figueiredo da Silva. SP

3º lugar: Vinicius Furlan. SP

1.17 AVANÇOS DEMOCRÁTICOS

Em 26 de abril, o CFP informou a tramitação do PL nº 4.364/2012, que altera a Lei nº 5.766/1971 (cria o Conselho Federal de Psicologia – CFP – e os Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs). Atualmente, o PL está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, sob relatoria do médico e deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP), aguardando seu parecer. O projeto será examinado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, segue para o Senado Federal para revisão. Se não sofrer alteração, vai à sanção da presidente da República. Havendo alteração, retorna à Câmara para debater e aprovar as modificações.

1.18 LAICIDADE

Tendo em vista os riscos à garantia de uma vida digna e sem discriminação para todos(as) os(as) brasileiros(as), apresentados pelo chamado fundamentalismo religioso, o CFP e outros parceiros elaboraram, em 19 de junho, um manifesto sobre o Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL).

Buscando contribuir para que as decisões sobre a legislação, políticas e serviços públicos sejam baseadas em evidências e não em crenças religiosas de qualquer natureza, o MEEL foi criado para somar-se aos esforços nacionais em prol da garantia da laicidade do Estado brasileiro e dos direitos humanos. O lançamento ocorreu durante a audiência pública “Efe-



Em junho, CFP participou de lançamento do Movimento Estratégico pelo Estado Laico, criado para garantir a laicidade no Brasil

50 entidades ligadas aos Direitos Humanos de todo Brasil participaram do seminário “Fundamentalismo, Modelo de Desenvolvimento e Direitos Humanos”. O evento ocorreu na sede do CFP, em Brasília, e abordou a necessidade de traçar estratégias para frear o endurecimento de decisões políticas e morais, pautadas por pensamentos religiosos que criminalizem e culpem indivíduos.

As entidades que compõem o MEEL realizaram reunião no dia 23 de setembro, na sede do CFP, para aprofundar as ações para concepção e planejamento da laicidade no Brasil. No encontro, foi definida a realização de um Seminário para construção metodológica do Estado Laico, no Rio de Janeiro. A intenção era formar uma rede de organizações, bem como planejar e reconhecer ações conjuntas pelas entidades do MEEL, entre elas a ampliação da participação das entidades no movimento, por meio da produção de campanhas e projetos de lei de iniciativa popular, artigos e divulgações das ações do MEEL na imprensa e nas redes sociais.

tivação dos Direitos Humanos no Brasil e os 10 anos das Relatorias Nacionais em Direitos Humanos”, que reuniu, em Brasília, relatores das mais diversas áreas para falar sobre o que avançou e o que ainda precisa ser efetivado para a garantia dos direitos humanos. O Conselho Federal de Psicologia é uma das entidades integrantes do Movimento.

Na mesma época, o CFP desenvolveu o site do Movimento, atualizado com notícias, publicações, fotos e vídeos sobre o tema - <http://www.meel.org.br/>.

Em 26 de junho, representantes de mais de



Em junho, o MEEL promoveu o seminário “Fundamentalismo, Modelo de Desenvolvimento e Direitos humanos”, na sede do CFP

1.19 COMUNICAÇÃO

Mantivemos a nossa parceria com o FNDC, pelo CFP e por representações de CRPs nas plenárias de maio e setembro de 2013.

As manifestações que ocorreram no Brasil a partir de junho de 2013, além de reivindicarem melhorias de transporte público, saúde e educação, chamaram atenção para a discussão da democratização da comunicação. É urgente entender que a violação do patrimônio imaterial,

espiritual, emocional provoca tanto dano quanto a violação do patrimônio econômico e um não pode sobrepor-se ao outro. Essa é uma questão que questiona a real neutralidade da mídia e dos poderes que estão atrelados a ela. A multidão que ocupa as ruas amplia a produção desejante? De que forma, nesta nova conjuntura, a Psicologia poderia atuar fomentando o desejo da livre expressão por meio do acolhimento, escuta e sua função transformadora junto ao sujeito humano?

No final de julho, o CFP veio a público, mais uma vez, para expressar seu apoio à luta pela democratização da comunicação. As manifestações, realizadas nos meses de junho e julho em todos os estados brasileiros, mostraram a necessidade de qualificar a democracia no Brasil, por meio da liberdade de expressão e de informações cada vez mais acessíveis para todas as camadas da sociedade.

Participamos do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para o Tema da Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes por meio da Classificação Indicativa (CASC-Classind) do Ministério da Justiça, que é um fórum de entidades que tem caráter consultivo e orientador no âmbito da política pública de Classificação Indicativa. Essa instância política é um instrumento de controle social, e uma de suas ações é a luta pela manutenção das faixas de vinculação horária, ora em discussão no STF.

Em 22 de agosto, o CFP participou do lançamento nacional da Lei da Mídia Democrática, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações, em Brasília. O evento contou com a presença de representantes de movimentos sociais, ativistas, personalidades públicas e políticos que apoiam a democratização da comunicação no Brasil. O PL da sociedade civil propõe a regulamentação dos artigos da Constituição de 1988, que garantem a pluralidade e diversidade e impedem monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação de massa, estabelecendo princípios para a radiodifusão sob concessão pública (rádio e televisão).



Em agosto, CFP participou do lançamento nacional da Lei da Mídia Democrática, em Brasília



Neste tema, tivemos a aprovação, em setembro de 2013, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTI) da Câmara dos Deputados, do Projeto

Acordo sobre direitos do consumidor foi firmado entre CFP e Senacon;/MJ

de Lei nº 5.921/01, que proíbe a publicidade e a propaganda para a venda de produtos infantis. A matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa, para então ser apreciada pelo Senado Federal.

Um acordo de cooperação técnica também foi firmado, no dia 20 de setembro, entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon/MJ). A parceria possibilita a construção conjunta de notas técnicas sobre direitos do consumidor com conteúdo que mereça uma análise por parte da Psicologia, como, por exemplo, a publicidade voltada para o público infantil e o uso sexista de propagandas de marcas de cerveja e suas repercussões na subjetividade, no comportamento e nas relações sociais.

No parlamento, o assunto também vem sendo debatido com o Projeto de Lei nº 2.126/11, que pretende estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Segundo o CFP, a regulação do PL, conhecido como Marco Civil da Internet, propõe princípios éticos para uma sociedade mais justa e equânime na distribuição, na veiculação e no acesso à informação, nos quais a neutralidade da rede e a preservação dos dados dos usuários são fundamentais para a liberdade de expressão.

1.20 DIA DA(O) PSICÓLOGA(O)



Em junho, o MEEL promoveu o seminário “Fundamentalismo, Modelo de Desenvolvimento e Direitos humanos”, na sede do CFP

Em homenagem ao dia da(o) psicóloga(o) comemorado no dia 27 de agosto, foi realizada uma Sessão Solene na Câmara dos Deputados, no dia 23 de agosto. O requerimento foi feito pela deputada e psicóloga Érika Kokay (PT/DF) e o ato contou com a participação do Conselho Federal. Na abertura da sessão, a deputada leu a mensagem do presidente da Casa, deputado Henrique Alves (PMDB/RN) às (aos) psicólogas (os) de todo o país, que em nome da Câmara dos Deputados parabenizou a categoria.

1.21 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE PSICOLOGIA

Foi solicitada, pelo Ministério da Educação, a participação do CFP na Avaliação dos Cursos de Psicologia.

O Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de critérios de avaliação de cursos de Psicologia reuniu-se, nos dias 6 e 7 de abril de 2013, para propor/analisar os critérios que deveriam ser usados pelo CFP nessa tarefa.

O relatório desse grupo precisa ser debatido e aprovado em plenária para entrar em execução.

O GT é formado pelos conselheiros responsáveis pelos temas formação e avaliação de cursos, além dos convidados ad hoc, Nelson Figueira Júnior e Cássio Rogério Figueiredo.

1.22 CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP)

O plano de ação para 2013, elaborado na reunião nacional do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) em 2012, foi aprovado na Apaf de dezembro de 2012. O planejamento orientou as ações deste ano e teve foco nas seguintes atividades: conclusão dos processos de pesquisa em andamento, com elaboração das referências; inclusão em consulta pública dos documentos elaborados; e publicação das referências que já passaram por consulta pública.

A Composição da Rede em 2013

Em 2013, a composição do quadro de técnicos teve mudanças significativas em relação aos outros dois anos da gestão. Houve quatro saídas de técnicos nos regionais. Além disso, com a criação de mais três regionais, mais três técnicos integraram a rede Crepop.

Consulta Pública

Em 2013, ficaram disponíveis para consulta pública dois documentos de referência, com 594 acessos e 35 contribuições aos textos. São eles:

- Documento de Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – Creas – Foram 514 acessos ao documento no site, com 29 contribuições.
- Documento de Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) em Questões Relativas à Terra – Foram 80 acessos ao documento no site, com 6 contribuições.
- Documento de Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) em Políticas sobre Álcool e outras Drogas – Foram 542 acessos ao documento no site, com 24 contribuições.

Cada unidade local do Crepop se mobiliza para divulgar e marcar os espaços de contribuições a partir da agenda das consultas públicas.

Debates online

A ferramenta do debate com transmissão online, utilizada durante as consultas públicas desde 2012, tem se mostrado cada vez mais importante no processo de divulgação e participação das(os) psicólogas(os) aos documentos de referência. É esse o espaço em que o documento é apresentado pelos especialistas que escreveram sobre o tema, como também busca estimular a categoria a contribuir com o documento que se encontra disponível.

Nesse sentido, em 2013, o Crepop optou por fazer debates online sempre que o documento entrava em consulta pública e em seguida para marcar o lançamento do documento de referência. Assim, foram realizados quatro debates online, sobre Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Educação Básica, Questões Relativas à Terra e Álcool e outras Drogas. Os debates tiveram a presença de especialistas que compunham a comissão ad hoc e convidados que contribuíram com o debate.

Os debates tiveram ao todo 4.251 pontos de acesso em todo país, com mais 200 participações por e-mail, entre perguntas, críticas e elogios ao documento.

II Seminário Nacional Psicologia no Suas: Contribuições, Desafios e Percepções

No dia 22 de agosto de 2013, o CFP/Crepop realizou o II Seminário Psicologia no Suas: Contribuições, Desafios e Percepções. Esse evento teve o objetivo de marcar a inserção e aplicação dos conhecimentos da Psicologia no Suas e debater os avanços dessa política. Além disso, o seminário foi um momento preparatório para o II Seminário do FNTSUAS, realizado em setembro para discutir a contribuição de cada categoria profissional para o Suas. Durante o debate foram contabilizados 1.963 acessos.



Encontro planeja ações para 2014

Representantes dos 23 Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e conselheiros federais que formam o consultivo do Crepop estiveram presentes na reunião nacional do Crepop nos dias 7 e 8 de novembro, em Brasília. O objetivo foi avaliar os trabalhos realizados nos últimos três anos e traçar um plano de ação para 2014, a partir das indicações de pesquisas dos últimos Congressos Nacionais da Psicologia, a serem encaminhadas para a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF).

Encontro Nacional

Representantes dos 23 Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e conselheiros federais que formam o consultivo do Crepop estiveram presentes na reunião nacional do Crepop nos dias 7 e 8 de novembro, em Brasília. O objetivo foi avaliar os trabalhos realizados nos últimos três anos e traçar um plano de ação para 2014, a partir das indicações de pesquisas dos últimos Congressos Nacionais da Psicologia, a serem encaminhadas para a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF).

Comissões ad hoc

Durante o ano de 2013, as comissões se reuniram para elaboração dos textos do documento de referência. As comissões passaram por momentos diferentes durante o ano, com reuniões de início e de finalização de texto, sejam elas presenciais, por telefone e/ou e-mail; bem como de processo de formação de comissão, descritos a seguir:

Creas: A comissão finalizou o texto e foi lançado em março de 2013.

Educação Básica: A comissão finalizou o texto e foi lançado em abril de 2013.

Mulher: A comissão finalizou o texto e foi lançado durante o CONPSI em maio de 2013.

Caps: A comissão finalizou o texto e foi lançado durante o Conasems em julho de 2013.

Questão da Terra: A comissão finalizou o texto com a ajuda de colaboradores. Foi lançado em agosto de 2013.

Álcool e Outras Drogas: A comissão finalizou o texto com a ajuda de colaboradores. O lançamento online foi realizado no dia 15 de dezembro.

Educação Inclusiva: Texto em finalização. Consulta pública prevista para o primeiro trimestre de 2014.

Mobilidade, Transporte e Trânsito: Texto em consulta pública de 13 de novembro a 20 de dezembro.

Relações Raciais: Texto em consulta pública de 9 de dezembro a 9 de fevereiro.

Emergências e desastres: A comissão foi esvaziada devido a outros GTs do Sistema Conselhos.

Hospitalar: Texto em elaboração.

Atenção Básica à Saúde: O material produzido está com especialista, para finalização do texto.

Cras: Texto em elaboração

Diversidade Sexual: Comissão em formação.

1.23 PROCESSOS DE TRANSIÇÃO



Treinamento para gestão e administração financeira do Sistema Conselhos de Psicologia

sobre a estrutura da autarquia, as ações desenvolvidas, as parcerias e as representações do CFP.

Nos dias 17 e 18 de outubro, a presidente e os tesoureiros eleitos participaram de treinamento para gestão e administração financeira do Sistema Conselhos de Psicologia. O encontro reuniu, na sede do CFP, presidentes e tesoureiros eleitos para a próxima gestão (2013-2016), tanto do federal quanto dos regionais.

No dia 1º de novembro a diretoria atual do CFP e a eleita para a nova gestão se reuniram, na sede da autarquia, em Brasília, para detalhar informações sobre a estrutura financeira e administrativa, além das ações desenvolvidas, parcerias e representações do CFP.

A transição da gestão do Conselho Federal de Psicologia teve início em setembro de 2013. O novo plenário foi eleito em agosto de 2013 para a gestão 2013-2016. Em 16 de setembro de 2013 foi enviado ofício à presidente eleita, parabenizando o grupo e informando sobre a organização para a transição. Em 21 de setembro, a presidente eleita compareceu ao CFP para uma visita informal de cortesia à atual gestão.

No dia 11 de outubro foram enviados materiais à nova diretoria com informações

Em novembro, nos dias 7 e 8, membros da diretoria da nova gestão participaram da reunião das Comissões de Orientação e Ética (COEs) e Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs) do Sistema Conselhos. O vice-presidente eleito participou, na mesma data, do Encontro Nacional do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop).

No mesmo período, nos dias 7 e 8, 12 e 13, e 20 e 21 de novembro, a equipe de transição delegada pela diretoria eleita para o XVI plenário participou no CFP de reuniões de trabalhos com os atuais coordenadores e funcionários do Conselho Federal.

De 13 a 15 de dezembro, a diretoria eleita participou das reuniões de presidentes e tesoureiros do Sistema Conselhos de Psicologia bem como da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) para se inteirarem das pautas discutidas nos Conselhos Regionais e Federal. A nova diretoria também realizou, no dia 15 de dezembro, sua primeira plenária.

A posse da nova gestão ocorreu no dia 14 de dezembro.

1.24 FIQUE LEGAL

O CFP divulgou, em 29 de junho, a ampliação do prazo para regularizar o pagamento da anuidade. A regularização, com redução de até 100% das multas e juros, podia ser feita até o dia 31 de dezembro de 2013.

1.25 CONDIÇÕES DE TRABALHO

Em 2013, o CFP fez gestão junto à Fenapsi para que a tabela com valores de referência para a cobrança de honorários, datada de 2007, fosse atualizada. Os nomes de procedimentos da parte de avaliação psicológica foram inteiramente reformulados a partir de sugestão de alguns conselheiros do CFP, mas os valores ainda deverão ser revisados.

2. EVENTOS



2.1 8º CONPSI E VII SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Ao lado do presidente do CFP, Humberto Verona, o escritor Ariano Suassuna abriu o VII Seminário de Políticas Públicas, em Fortaleza

a palestra inaugural do evento, e o sociólogo e cientista paulista Emir Sader, que encerrou o seminário. As discussões foram centralizadas em duas mesas principais com os temas “Conjuntura da Participação Social, riscos para a Democracia” e “Dispositivos estratégicos para Participação Social”. Uma novidade desta edição do seminário foi a participação do cordelista João Perón, que apresentou cordéis sobre cada tema do evento.

Psicólogas(os), estudantes e pesquisadoras(es) participaram dos debates do VII Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas, realizado em 8 de maio, em Fortaleza (CE). Cidade que também sediou o 8º Congresso Norte e Nordeste da Psicologia (Conpsi), que ocorreu de 8 a 11 de maio. O Seminário, organizado pelo CFP, foi transmitido online e alcançou 4.300 pontos conectados.

O VII Seminário contou com dois grandes pensadores: o renomado escritor pernambucano, Ariano Suassuna, que fez

CONPSI

Em seu primeiro dia, 9 de maio, o 8º Congresso Norte e Nordeste da Psicologia foi marcado por trocas de conhecimentos que se fizeram presentes, em grande parte, nas mesas redondas. O CFP coordenou seis mesas sobre temas diversos que permeiam a Psicologia e compôs duas outras mesas do evento como convidado. Entre os temas, estavam Psicologia e religião; Avaliação Psicológica; Drogas e medicalização da sociedade; Psicologia em interface com a Segurança e Justiça; Mídia, Criança e Consumo; Direito à verdade na América Latina; Psicologia, povos indígenas e comunidades tradicionais; questões de gênero, entre outras.

Um dos destaques do Congresso foi a parceria firmada entre a Psicologia de Buenos Aires e a Psicologia do Brasil, durante a mesa Direito à Verdade na América Latina, na tarde do dia 11 de maio, último dia do evento. Na ocasião, contou-se com a participação do professor de Psicologia da Universidade de Buenos Aires, Hernán Ezequiel.

PUBLICAÇÕES

Parte da diversidade de temas trabalhados pelo CFP foi apresentada com o lançamento de quatro pu-

As conselheiras federais Monalisa Barros, Deise Nascimento e Roseli Goffman participaram do 8º Conpsi, que reuniu milhares de psicólogas(os)





CFP relançou, no 8º Conpsi, referências técnicas para a prática das(os) psicólogas(os) nos Creas, na Educação Básica e o livro O Crime Louco

blicações do Conselho, em 9 de maio. O livro Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) em serviços de atenção à mulher em situação de violência foi um dos lançamentos inéditos no Conpsi, com produção do Crepop.

Na ocasião, ocorreu também o relançamento das publicações com referências técnicas para a prática das(os) psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas) e na Educação Básica, ambos do Crepop. Outro relançamento foi do livro O Crime Louco, de autoria do escritor italiano Ernesto Venturini, que havia sido lançado oficialmente na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia apenas no formato de CD. As publicações foram distribuídas no Congresso e disponibilizadas no site do Crepop e no site do CFP, gratuitamente.



DIVULGAÇÃO

Ainda em janeiro de 2013, o CFP deu início à divulgação do Seminário de Políticas Públicas e do Conpsi, que se estendeu até a véspera dos eventos por meio de notas no site do CFP, boletins eletrônicos e materiais gráficos – folders e cartazes. De 9 a 11 de maio, foi realizada cobertura in loco, com matérias diárias no site do CFP e divulgação em tempo real nas redes sociais.

2.2 VIII CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

Em 2013, foi realizado o VIII Congresso Nacional da Psicologia (CNP), com o tema Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviços da Garantia de Direitos.

As discussões foram realizadas em torno de três eixos:

EIXO 1: Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das formas de interação com a categoria.

EIXO 2: Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho.

EIXO 3: Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas.

O Congresso, que define as diretrizes da profissão para o próximo triênio, ocorreu em quatro etapas: eventos preparatórios, pré-congressos, Congressos Regionais e a etapa nacional.





Eventos preparatórios nos estados marcaram as fases que antecederam o VIII CNP, realizado no mês de maio, em Brasília

Outra inovação no VIII CNP foi a sistematização das propostas. Mais transparência e rapidez foram trazidas pelo novo sistema, o mesmo utilizado pelo governo federal, o Sisconferência. A ferramenta, desenvolvida pelo Ministério da Saúde (MS), foi utilizada para consolidar as propostas debatidas pelas(os) delegadas(os). Outra vantagem do sistema é a possibilidade de guardar todo o histórico da proposta, mostrando de qual CRP ela veio e para onde foi após a sistematização da Comissão Organizadora Nacional (Comorg) e definições da plenária na etapa nacional. O Ministério da Saúde realizou treinamento com os funcionários do CFP e representantes dos CRPs, que auxiliaram no uso do Sisconferência durante as etapas estaduais e a nacional.

O processo de contagem dos votos na etapa nacional também contou com uma inovação.

Até o VII CNP, os votos eram computados a partir dos crachás que as(os) delegadas(os) levantavam a cada proposta. No VIII CNP, a contagem foi feita por uma máquina digital de votação, entregue a cada delegada(o). Assim que eles registravam o voto, o sistema contabilizava e projetava no painel o total de votos em cada proposta, possibilitando a todas e todos acompanharem em tempo real a apuração.

Os eventos preparatórios mobilizaram aproximadamente 12 mil psicólogas(os), em cerca de 450 encontros realizados, que debateram questões da profissão e levantaram propostas que foram apreciadas e votadas nos pré-congressos. Os eventos preparatórios ocorreram de junho de 2012 até fevereiro de 2013.

A etapa seguinte, os pré-congressos, reuniram cinco mil participantes, em 202 eventos realizados em municípios e capitais brasileiras, e proporcionaram o debate e a elaboração de propostas

Foi criada uma página especial para o CNP, que trazia as principais informações para a categoria ficar por dentro das etapas preparatórias, acessar o regulamento, os textos geradores que subsidiaram os debates, as datas de cada fase, além de tirar dúvidas sobre o Congresso.

A oitava edição do CNP trouxe diversas novidades. Uma delas foi a divisão das propostas regionais e nacionais. Com essa mudança, as (os) psicólogas(os) puderam construir propostas que serão aplicadas na sua região, com foco mais específico. Ou seja, o Corep passou a ser deliberativo.



Oitava edição do CNP contou com a inovação da divisão das propostas nos níveis regional e nacional



Durante o VIII CNP, delegadas(os) reuniram-se para a votação das propostas que definiram as diretrizes da profissão para o próximo triênio

das mais diversas áreas da Psicologia e contemplaram diferentes realidades vividas pela categoria. As propostas foram divididas em nacionais e regionais. Os pré-congressos elegeram delegadas(os) para os Congressos Regionais da Psicologia (Coreps), na proporção de uma (um) para cada duas (dois) psicólogas(os) presentes no momento da eleição, totalizando 1.510. Os estudantes presentes também puderam escolher um representante por Instituição de Ensino Superior para participar dos Coreps.

No mês de abril, foram realizados 23 Coreps, que apreciaram as propostas vindas dos pré-congressos e elegeram as(os) delegadas(os) para a etapa nacional. Das(os) 1.510 delegadas(os) eleitas(os) nos pré-congressos, 1.338 compareceram aos Coreps. Cada Congresso Regional aprovou 10 propostas por eixo e, sem quantidade máxima, propostas regionais para nortear a gestão futura do próprio Conselho Regional de Psicologia.

A etapa nacional, ocorrida entre os dias 30 de abril e 2 de junho, em Brasília, reuniu 235 delegadas(os) eleitas(os) em todas as regiões do país. Ao todo, foram aprovadas 300 propostas para a próxima gestão do Sistema Conselhos e 28 moções. As transmissões online do evento alcançaram, em média, mil pontos conectados em todo Brasil.

A Mesa Diretora do VIII CNP reuniu-se, no dia 29 de junho, para finalizar o Caderno de Deliberações do Congresso. O material traz todas as propostas aprovadas, as moções e informações adicionais sobre o processo do Congresso. Todas(os) as(os) delegadas(os) do VIII CNP receberam um exemplar em suas casas. O caderno está disponível no site do CFP e do CNP.



No VIII CNP, a contagem dos votos foi feita por uma máquina digital de votação, entregue a cada delegada(o), outra inovação do evento

COMPOSIÇÃO COMORG VIII CNP	
CFP	ALÚZIO LOPES DE BRITO
CFP	MONALISA NASCIMENTO DOS SANTOS BARROS
CRP-02	MARIA CONCEIÇÃO COSTA
CRP-06	CARLA BIANCHA ANGELUCCI
CRP-11	ADRIANA DE ALENCAR GOMES PINHEIRO
CRP-12	MARILENE WITTITZ
CRP-18	MARISA HELENA ALVES BATISTA
CRP-20	LÍGIA MARIA DUQUE JOHNSON DE ASSIS

MATERIAIS PRODUZIDOS

Para divulgar o evento para toda a categoria, foram enviados, ao longo do VIII CNP, 10 boletins temáticos, produzidas 24 notícias para o site, três inserções de matéria no Jornal do Federal e um jornal especial sobre o Congresso, que foi distribuído durante a etapa nacional.

2.3 TRANSMISSÕES ONLINE

Ao longo de 2013, o Conselho Federal de Psicologia realizou nove debates com transmissões online, atingindo, ao todo, mais de 19.800 pontos conectados em todo o país. Importante ferramenta para promover discussões sobre os mais variados temas, as transmissões ao vivo possibilitam que o público participe dos debates, enviando perguntas e comentários por e-mail para serem respondidos pelos palestrantes durante o evento. Além disso, é uma forma de levar as discussões dos temas abordados pela Psicologia para várias localidades do Brasil. Os vídeos ficam disponíveis após os debates no site do CFP e na página da autarquia no YouTube <http://www.youtube.com/confederalpsicologia>.

Debate	Pontos conectados
1. A questão da terra: os indignados e a contemporaneidade	1.100 pontos
2. A atuação dos profissionais de Psicologia nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas)	3.000 pontos
3. Mulher na Mídia: Subjetividade e Cidadania	2.150 pontos
4. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica	800 pontos
5. Debate online sobre Suicídio	3.787 pontos
6. Debate online sobre Suicídio e referências para a intervenção das(os) psicólogas(os) na área	3.017 pontos
7. Debate online sobre Psicologia e Questões da Terra	278 pontos
8. II Seminário do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS)	4.564 pontos
9. Debate online sobre Atuação de psicólogas(os) em Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas	2.000 pontos

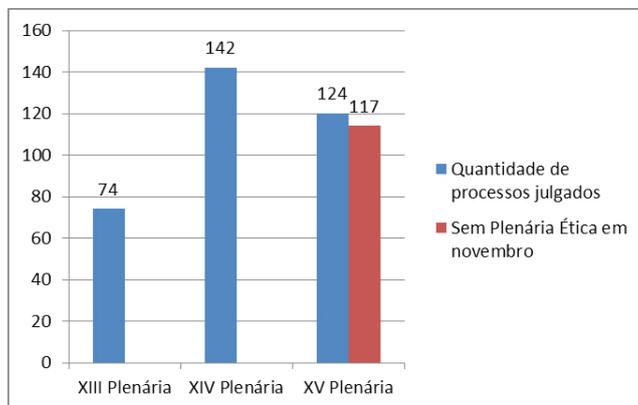
3. ORIENTAÇÕES E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL



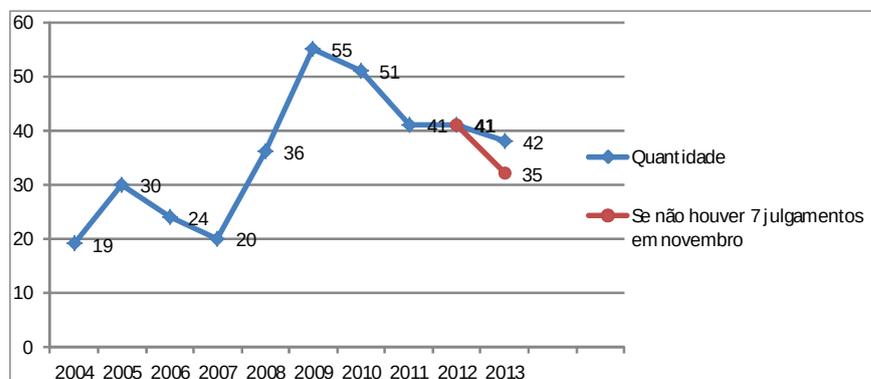
3.1 PROCESSOS ÉTICOS

Em 2013, foram julgados 40 processos éticos.

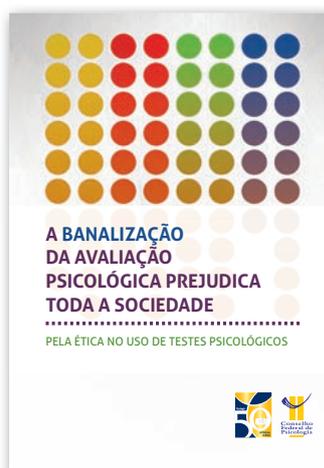
Quantidade de processos éticos julgados nas últimas 3 Gestões



Quantidade de Processos Éticos julgados de 2004 a 2012



3.2 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA



Em 2013, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) recebeu mais dois membros, em substituição a outros dois que precisaram se ausentar dos trabalhos da Comissão. Atualmente, conta com 9 convidados na Comissão, 54 pareceristas e o acompanhamento de um conselheiro do CFP.

Houve três reuniões presenciais e quatro reuniões telefônicas até o momento. Estão previstas mais três reuniões, perfazendo um total de 10 reuniões por ano. Em 2013, até o momento, a CCAP avaliou 12 testes, sendo que 11 receberam análise favorável e apenas um teve parecer desfavorável. Além desses, outros 10 continuam em análise. A CCAP avaliou também oito instrumentos para identificar se são testes psicológicos e, portanto, privativos aos psicólogos. Destes, seis deles foram considerados testes.

A CCAP manteve o diálogo com os autores e editoras, prestando esclarecimentos e fornecendo retorno acerca daquilo que precisa ser modificado para que o teste receba avaliação positiva.

Cabe lembrar, também, que outro trabalho importante mantido pela CCAP foi o acompanhamento da validade dos estudos dos instrumentos que têm seus prazos definidos na Resolução CFP nº 002/2003. Desde o ano de 2010, a CCAP tem alertado que, a partir do vencimento desses estudos, os testes terão seu uso profissional proibido, garantindo assim a qualidade dos testes e estimulando os interessados a realizarem novos estudos.

Em novembro, o CFP, por meio da CCAP, publicou nota técnica sobre o uso indevido de testes psicológicos, em que alertou serem os testes de uso restrito dos profissionais da Psicologia. Nesse sentido, alertou que seu uso por outros profissionais que não estejam habilitados e credenciados para esse fim incorre em exercício ilegal da profissão. A nota enumerou ainda orientações detalhadas para o uso correto dos testes psicológicos.

O Conselho Federal de Psicologia, em parceria com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), lançou, em 22 de março, uma campanha nacional para conscientização de profissionais e estudantes. O objetivo é defender o uso responsável e os bons resultados que podem advir dos testes psicológicos.

Em 4 de junho, o presidente do CFP se reuniu, na sede do CFP, em Brasília, com 16 representantes da segurança privada e da Polícia Federal para discutir a avaliação psicológica para porte de armas na seleção de vigilantes. O intuito foi aprimorar critérios dos testes para atender e manter a qualidade ética e técnica do trabalho da(o) psicóloga(o), tornando o processo mais viável para empresas que atuam na formação desses profissionais e que prestam serviços na área de vigilância. As entidades reconheceram a importância da avaliação psicológica, mas ressaltaram que é preciso diferenciar os testes para porte e arma comum e porte de arma funcional.

A diretoria do Conselho Federal entregou no dia 4 de setembro, uma menção honrosa aos membros da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica pelas atividades realizadas de 2002 a 2013. O certificado enfatizou a contribuição do grupo para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. A reunião ocorreu na sede do CFP, em Brasília.

O CFP esclareceu, em 7 de outubro, que revogou o artigo 85 da Resolução CFP nº 003/2007, o qual estabelecia que cada psicóloga(o) poderia atender, no máximo, dez candidatos ao exame psicológico para a concessão de carteira de motorista por jornada de oito horas de trabalho.

Essa revogação, realizada com descontentamento pelo Conselho, deu-se em decorrência de processos judiciais, que foram movidos por psicólogas(os) que trabalham em clínicas de avaliação de carteira nacional de habilitação, cujas decisões, além de suspenderem o dispositivo, determinaram a aplicação de multa diária pela sua inobservância por parte do CFP. As decisões proferidas observam que a Constituição Federal estabelece o livre exercício profissional, salvo restrições impostas pela Lei. Nesse contexto, a limitação imposta pelo artigo 85 da Resolução CFP nº 003/2007 poderia, segundo o jurídico, surtir efeito somente a partir de lei e não por meio de ato administrativo, ou seja, por meio de resolução.

3.2.1 GT AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E DIREITOS HUMANOS

Na Apaf de maio de 2013, o Grupo de Trabalho apresentou uma série de propostas como resultado de suas atividades, que culminaram na adoção de critérios de direitos humanos na avaliação psicológica, os quais foram incluídos em uma proposta de nova resolução, a qual foi produzida pelo CFP e será publicada em breve.

3.2.2 VI CONGRESSO DO IBAP

Foi realizado em Maceió, de 4 a 6 de junho de 2013, o VI Congresso do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap). Nesse Congresso, alguns membros da CCAP participaram da mesa “Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica: 10 anos de atuação”. Também houve uma reunião da CCAP, com a presença de pareceristas ad hoc convidados, a fim de apresentar o novo Satepsi. A DRT assessorou as reuniões.

3.2.3 SATEPSI

O Satepsi – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos é o serviço instituído pela Resolução CFP nº 002/2003, com o intuito de oferecer informações atualizadas sobre as etapas de cada teste psicológico em análise e a relação de testes aprovados, com inclusão e/ou exclusão de instrumentos em função do cumprimento ou não do que dispõe essa Resolução.

Em 2013, a CCAP acompanhou o desenvolvimento do novo Sistema de Testes Psicológicos – Satepsi, cujo processo de mudança se iniciou em 2011, trazendo ferramentas mais interativas, modernas e práticas para emissão de pareceres e relatorias eletrônicas, acompanhamento das avaliações e consulta de testes psicológicos mais completos. O lançamento do novo Satepsi aconteceu durante o encontro das Comissões de Orientação e Fiscalização, em 8 de novembro de 2013.

3.2.4 TESTE NEUPSILIN

Em fevereiro de 2013, com vistas ao entendimento sobre a questão, foi constituída a Comissão de Avaliação Conjunta entre os Conselhos de Psicologia e de Fonoaudiologia e elaborado um Termo de Cooperação Técnica entre os dois Conselhos, com os seguintes objetivos: identificar os construtos da Psicologia e da Fonoaudiologia presentes no teste Neupsilin, caracterizar o uso do teste na Psicologia e na Fonoaudiologia e elaborar parecer com sugestões para apreciação dos plenários dos respectivos Conselhos. A Comissão Conjunta foi formada por: Ana Paula Porto Noronha (CFP), Aluizio Lopes de Brito (CFP), Ricardo Primi (CFP), Jaime Luiz Zorzi (CFFa), Rochele Paz Fonseca (CFFa) e Letícia Lessa Mansur (CFFa).

Nesse processo, foram realizadas quatro reuniões presenciais e uma reunião telefônica e, em julho de 2013, foi finalizado parecer com consenso que o teste Neupsilin ilustra a reflexão sobre a interdisciplinaridade e pode ser utilizado por psicólogos e por fonoaudiólogos que dominem conhecimentos teórico-metodológicos.

Em síntese, a Comissão Conjunta entende que tornar o Neupsilin como um instrumento interdisciplinar significa um avanço para ambas as profissões; é zelo e não descaso. No tocante à Psicologia, avalia-se que esse é um movimento de valorização, que evitará a banalização, bem como permitirá que ela se beneficie dos testes construídos pela fonoaudiologia.

3.3 CADASTRAMENTO DE SITES

Em 2013, o Sistema Conselhos de Psicologia avaliou 211 novos pedidos de cadastro de sites, sendo que 123 foram aprovados, 57 foram reprovados e 31 não propuseram à realização de serviços psicológicos online, portanto, não se aplicam à Resolução CFP nº 011/2012. Assim, atualmente, há 195 sites aprovados (sites cadastrados somados com os sites renovados), além dos sites que estão em análise.

3.4 TÍTULO DE ESPECIALISTA

3.4.1 CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO CREDENCIADOS E RECREDENCIADOS PELO CFP EM 2013

TOTAL – 24 cursos.

O CFP credenciou 15 novos cursos e recredenciou 9 cursos em 2013. São eles:

- Neuropsicologia: 02 recredenciamentos e 01 credenciamento;
- Psicologia Clínica: 05 recredenciamentos e 07 credenciamentos;
- Psicologia Hospitalar: 02 recredenciamentos;
- Psicologia do Trânsito: 07 credenciamentos.

O CFP possui um total de 115 cursos com a validade vigente e 40 com a validade expirada, totalizando 155 cursos. São eles:

- Psicologia Clínica: 98 cursos;
- Psicologia Hospitalar: 23 cursos;
- Psicologia Organizacional e do Trabalho: 2 cursos;
- Psicologia Escolar e Educacional: 1 curso;
- Neuropsicologia: 13 cursos;
- Psicomotricidade: 1 curso;
- Psicologia do Trânsito: 12 cursos;
- Psicologia Jurídica: 3 cursos;
- Psicologia do Esporte: 1 curso;
- Psicopedagogia: 1 curso.

3.5 RESOLUÇÕES PUBLICADAS EM 2013

ANO	NÚMERO	EMENTAS
2013	01	Cria os Conselhos Regionais de Psicologia da 21ª e 22ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências.
2013	02	Cria o Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências.
2013	03	Altera a Resolução CFP nº 003/2007, publicada no DOU, Seção 01, Edição 32, Página 50, do dia 14/02/2007, que institui a Consolidação das Resoluções do CFP.
2013	04	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região para o Exercício de 2013.
2013	05	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014.
2013	06	Autoriza a prorrogação do prazo de negociação previsto na Resolução CFP nº 014/2012, publicada no DOU do dia 19 de julho de 2012, Seção I.
2013	07	Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região.
2013	08	Revoga o artigo 86 da Resolução CFP nº 18/2000, substituído pelo artigo 85 da Resolução CFP nº 03/2007, que institui a Consolidação das Resoluções do CFP.
2013	09	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 1ª região.
2013	10	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 2ª região
2013	11	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 3ª região.
2013	12	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 4ª região.
2013	13	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 5ª região.
2013	14	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 6ª região.
2013	15	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 7ª região.
2013	16	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 8ª região.
2013	17	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 9ª região.
2013	18	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 10ª região.
2013	19	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 11ª região.
2013	20	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 12ª região.
2013	21	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 13ª região.

2013	22	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 14ª região.
2013	23	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 15ª região.
2013	24	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 16ª região.
2013	25	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 17ª região.
2013	26	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 18ª região.
2013	27	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 19ª região.
2013	28	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 20ª região.
2013	29	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 21ª região.
2013	30	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 22ª região.
2013	31	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2014 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 23ª região.
2013	32	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região para o Exercício de 2013.
2013	33	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região para o Exercício de 2013.
2013	34	Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região.
2013	35	Altera a Resoluções CFP nº 043/2012, que dispõe sobre os valores de diárias, ajuda de custo e jetons a serem pagos pelo Conselho Federal de Psicologia.
2013	36	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região para o Exercício de 2013.
2013	37	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região para o Exercício de 2013.
2013	38	Estabelece a previsão orçamentária dos Conselhos Regionais de Psicologia para o ano de 2014.
2013	39	Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 22ª Região.
2013	40	Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região.

4. PRODUÇÃO DIGITAL



1. WEBSITES E HOTSITES (CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO)

- Prêmio de Psicologia e Direitos Humanos: Ditadura Civil-Militar e Repercussão sobre a Psicologia como Ciência e Profissão;
- Movimento Estratégico Estado Laico (MEEL);
- I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e II Seminário de Saúde Mental Indígena de Mato Grosso do Sul;
- Página de transmissão Mulher na Mídia: Subjetividade e Cidadania;
- Página de transmissão de lançamento do Documento de Referência do Crepop sobre a Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referências Especializado da Assistência Social – Creas;
- Página de transmissão do VII Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Democracia e participação social;
- Página de transmissão da Apaf (maio);
- Página de transmissão para evento do CFEMEA;
- Página de transmissão do VIII Congresso Nacional da Psicologia;
- Página de transmissão do debate online Suicídio: Uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia clínica;
- Página de transmissão do debate online Suicídio: O luto dos sobreviventes;
- Página de transmissão 2º Seminário Nacional do FNTSUAS;
- Página de transmissão do lançamento do Documento de Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicóloga(os) em Questões Relativas à Terra;
- Página de transmissão das Eleições 2013;
- Site Eleições Psicologia 2013 (duas propostas de interface e notificações);
- Interface do Sistema de Gestão de Ações e Atividades (SisGAA);
- Interface do CFP Transparência;
- Psicologia nos Países de Língua Portuguesa (Psi-PLP);
- IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão (CBP);
- Pré-Home do Portal do CFP.

2. SISTEMAS (CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO)

2.1 SISTEMAS DE INSCRIÇÃO

- Debate online A questão da terra: os indignados e a contemporaneidade;
- Debate online Atuação da(o) Psicóloga(o) no Creas em debate;
- Debate online Educação Básica;
- Debate Online de lançamento de consulta pública do Documento de Referências Técnicas para Atuação de psicólogas (os) em Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas;

- Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia clínica;
- II Seminário Nacional de Psicologia no Suas;
- Lançamento do Documento de Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas à Terra;
- II Seminário Nacional do FNTSUAS;
- Prêmio Ditadura e Direitos Humanos;
- VII Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas;
- Congresso Internacional Sobre Drogas: Lei, Saúde e Sociedade;
- XI Simpósio Brasileiro de Orientação Vocacional & Ocupacional;
- VII Mostra Regional de Práticas em Psicologia;
- I Encontro Nacional de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e II Seminário de Saúde Mental Indígena do Mato Grosso do Sul;
- XI Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional;
- Seminário Internacional Educação Medicalizada: Reconhecer e Acolher a Diversidade;
- V Congresso Latino-Americano de Psicologia da Ulapci (em andamento);
- V Concurso de Provas e Títulos de especialista em Psicologia Hospitalar;
- IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão.

2.2 SISTEMAS DE MANIFESTO

- Implementação e suporte ao Sistema de Manifesto online pela não aprovação do PL do Ato Médico: Veta Dilma;
- Apoio ao PL nº 3.688/2000.

2.3 SISTEMAS INTERNOS

- Manutenção do Sistema de Credenciamento de Sites;
- Manutenção do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos;
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Ações e Atividades do CFP (em andamento);
- Desenvolvimento e manutenção do Portal da Transparência do CFP;
- Desenvolvimento do Sistema de Credenciamento de Cursos da Abep;
- Desenvolvimento e manutenção do DocsWeb;
- Desenvolvimento do Sistema de Controle de Contratos (em andamento);
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Documentos (em andamento);
- Desenvolvimento do Sistema de Cadastro Geral (em andamento).

3. ANUIDADE

- Análise de arquivos de remessa;
- Análise de processamento;
- Orientação aos CRPs quanto a geração e processamento dos arquivos de remessa;
- Relatório de inconsistências de arquivos.

4. PROJETO BVS-PSI

- Monitoramento de toda a estrutura relacionada ao projeto (servidores, backup, configurações de acesso).

5. PROCESSO ELETRÔNICO E VOTAÇÃO

- Elaboração de leiaute de exportação de arquivos;
- Elaboração de páginas de redirecionamento no site do CFP;
- Elaboração de relatórios e informativos sobre o processo eletrônico;
- Acompanhar a execução de contratos relativos às empresas contratadas.

6. RECADASTRAMENTO

- Ajustes de campos para preenchimento conforme leiaute pré-definido em Apafs;
- Acompanhamento, testes e análise no processo de cadastramento;
- Elaboração de formulários de cadastramento junto à Implanta Informática;
- Avaliação e coordenação de ajustes no processo de cadastramento;
- Acompanhamento de processo de sincronismo de dados e atualização de bases;
- Análise de dados dos regionais;
- Coordenar métodos para padronização e ajustes de dados;
- Suporte ao sistema de cadastramento para as(os) psicólogas(os).

7. CADASTRO NACIONAL

- Manutenção na base de cadastro de usuário;
- Atualização periódica da base de dados;
- Monitoramento de toda infraestrutura relacionada ao Cadastro Nacional (servidores, backup, firewall).

8. PLACAS

- Valdelice Veron.

9. PLANTAS

- Congresso Nacional de Psicologia - CNP;
- Manifesto Intolerância Não;
- Leiaute plenária presidentes.

10. LOGOTIPOS

- Movimento Estratégico Estado Laico (MEEL);
- PL nº 7.663/2010.

11. EDITORIAL

- Complemento de caderno do CNP;
- Diagramação dos ofícios das eleições;
- Questões da terra.

12. CONVITES

- Violência na Escola.

13. FAIXAS

- Cura Gay (quatro de 3x0,7m).

14. PAPELARIA

- Envelope externo das eleições.

15. NEWSLETTER

- Boletim de notícias do CFP - 20130325-95;
- Boletim de notícias do CFP - 20130403-96;
- Boletim de notícias do CFP - 20130409-97;
- Boletim de notícias do CFP - 20130416-98;
- Aviso para submissão de trabalhos do Congresso Internacional sobre Drogas (CID);

- Eleições 2013: Lançamento do site das eleições;
- Eleições 2013: Esclarecimento sobre as eleições;
- Eleições 2013: Como vou votar?.

16. CERTIFICADOS (CRIAÇÃO)

- Lançamento do documento de referência do Crepop sobre a Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Creas;
- Congresso Internacional sobre Drogas – CID;
- Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica;
- III Seminário Internacional da Educação Medicalizada;
- Debate online – Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia clínica;
- XI Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (Conpe);
- Lançamento do Documento de Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas à Terra;
- I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e II Seminário de Saúde Mental Indígena de Mato Grosso do Sul;
- Debate online – Suicídio: O luto dos sobreviventes;
- Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP);
- III Seminário Internacional a Educação Medicalizada;
- VII Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas.

17. CUSTOMIZAÇÃO DE INTERFACE DE SISTEMAS DE INSCRIÇÃO

- Medicalização;
- VII Mostra Regional de Práticas em Psicologia;
- Ulapsi;
- Prêmio de Psicologia e Direitos Humanos: Ditadura Civil-Militar e Repercussão sobre a Psicologia como Ciência e Profissão;
- Congresso Internacional sobre Drogas;
- VII Mostra Regional de Práticas em Psicologia;
- I Encontro Nacional de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e II Seminário de Saúde Mental Indígena do Mato Grosso do Sul;
- III Seminário Internacional Educação Medicalizada: Reconhecer e Acolher a Diversidade;
- VII Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas.

18. ACOMPANHAMENTOS

- Desenvolvimento de nova página de transmissão (iComunicação);
- Problemas no portal do CFP (iComunicação);
- Manutenção e alterações no site da Abrapede;
- Manutenção e alterações no site da Anpsinep;
- Manutenção e alterações no site do MEEL.

19. BANNERS

- Autismo;
- Conep;
- PL nº 3.688;
- Lançamento do documento de referência do Crepop sobre a Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referências Especializado da Assistência Social – Creas;
- Recadastramento;
- CNP;
- Ato Médico;
- MEEL;
- Recadastramento de psicólogas (os);
- PL nº 7.663;
- Lançamento do Documento de Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas à Terra;
- Suicídio: O luto dos sobreviventes;
- Suicídio: Uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia clínica;
- Apaf (maio);
- Mulher na Mídia: Subjetividade e Cidadania;
- VII Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas.

20. PROJETOS MINISTÉRIO DA SAÚDE

- Geração e envio de base de dados consolidada para permitir acesso ao sistema Capes (periódicos em Psicologia);
- Geração e envio de base de dados consolidada em prol do projeto Matriz Arouca (em andamento).

5. BVS-PSI E BVS-Psi ULAPSI



A Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil é uma das mais importantes fontes de informação na área de Psicologia no Brasil. O acesso às fontes de informação da BVS-Psi, medido pelo Google Analytics, recebeu destaque em Boletim especial da Biblioteca Dante Moreira Leite e aparece no final deste relatório para que sua visibilidade e alcance possam ser analisados.

Em relação ao projeto BVS-Psi União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi), o ano de 2013 finalizou com a certificação da BVS-Psi Colômbia, em outubro. Há, atualmente, três Bibliotecas Virtuais de Psicologia certificadas: Brasil, Colômbia e Uruguai. Argentina segue rumo à certificação e o Peru e o Paraguai necessitam de mais investimentos para avançar como desejado. Os demais países não puderam iniciar seus projetos e alguns incluem informações na base de dados da BVS-Psi Ulapsi.

Cada uma das BVS-Psi investe esforços para selecionar, reunir e socializar o conhecimento científico gerado na América Latina e colocá-lo visível ao mundo. É um trabalho coletivo em prol do projeto de colocar o conhecimento organizado em acesso aberto. Organizar o conhecimento qualificado e entregá-lo à sociedade é a mola propulsora dessa rede social.

CTC

A Coordenação Técnica Científica (CTC) é responsável por intermediar o Comitê Consultivo e a equipe operacional da BVS-Psi, órgão deliberativo das decisões técnicas e políticas da Biblioteca Virtual. A CTC é formada por: um representante indicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP); um representante indicado pela Ulapsi; pelo secretário executivo do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) ou seu representante; pelo Chefe Técnico da Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) - sede da Biblioteca Virtual de Psicologia e por integrantes da equipe da coordenação técnica.

A CTC também é responsável pela avaliação de revistas para indexação na Lilacs e publicação no PePSIC, que vai se configurando como o maior portal temático de Psicologia do mundo. Neste ano, o PePSIC alcançou a 38ª posição no ranking do Webometrics, que é um dos medidores de acessos mais importantes mundialmente, na atualidade. A CTC avaliou e aprovou dois títulos que foram incluídos no PePSIC, em 2013.

A CTC, apoiada por representantes de outras entidades do FENBP, é responsável ainda pela avaliação de revistas para inclusão na Lilacs - o mais importante e abrangente índice da literatura científica e técnica da América Latina e Caribe. Em 2013, foram avaliados e aprovados 5 títulos. A Psicologia é a área temática que contribui com o maior número de títulos para a Lilacs.

Em 2013, a CTC se reuniu em cinco oportunidades, nas quais foram discutidas as questões referentes aos avanços e à promoção da BVS-Psi. Participaram das reuniões representantes do CFP, da Ulapsi, da Biblioteca do IPUSP e do FENPB.

A seguir, apresentaremos alguns dados referentes a 2013 como demonstrativos do crescimento das fontes de informação da BVS-Psi Ulapsi Brasil:

- Index Psi Periódicos - 2049 registros inseridos;
- Lilacs - 845 registros indexados;
- Index Psi Teses - 138 teses incluídas;
- Index Psi Livros - 90 livros divulgados;
- Livros eletrônicos - 110 livros indexados e incorporados à meta busca;
- Eventos - 141 inseridos.

REBAP

A alimentação e manutenção das fontes de informação é feita de forma descentralizada e cooperativa pelos bibliotecários da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP), que neste ano recebeu a adesão de mais duas bibliotecas. São agora 183 bibliotecas, que auxiliam na manutenção das fontes de informação e capacitam o usuário para a utilização da BVS-Psi. A ReBAP, juntamente com os editores, professores de Psicologia e outros profissionais da área, são os grandes promotores da Biblioteca Virtual.

BASE DE VÍDEOS

Uma nova fonte de informação foi incluída na BVS-Psi, neste ano, com o objetivo de reunir, organizar e divulgar os vídeos do CFP. Os vídeos foram indexados, resenhados e cadastrados na base de dados, que já está disponível e foi incluída na meta busca da Biblioteca Virtual. O CFP criou um logotipo para representar este espaço no site da BVS.



EVENTOS E ATIVIDADES

A seguir, estão relacionados os principais eventos e atividades especiais desenvolvidos no ano de 2013:

- 1º Fórum da Rede BVS Brasil e IV Reunião do Comitê Técnico da BVS Brasil. Abril de 2013. Evento que contou com a presença dos coordenadores das instâncias BVS temáticas certificadas no país, da Bireme/OPS/OMS, da Representação da Opas/OMS no Brasil e da Coordenação Geral de Informação e Documentação do Ministério da Saúde.
- Encontro de Editores de Periódicos de Psicologia das Américas. Julho de 2013. Evento integrado ao 34º Congresso Interamericano de Psicologia, realizado no Centro Universitário de Brasília - Uni-Ceub, em Brasília. O Encontro reuniu 36 editores de diversos países da América Latina e teve como objetivo criar um espaço de diálogo, reflexão, colaboração e cooperação entre os editores das revistas em termos de: 1) qualidade editorial (melhorias em tempos e processos editoriais, qualidade científica (qualificar a revisão por pares); 2) visibilidade (maximizar impactos acadêmicos, tais como aumento das citações e uso social do conhecimento gerado pelo uso de resultados de pesquisas científicas); 3) sustentabilidade administrativa e financeira das revistas.

- Inauguração da Estação BVS-Psi Minas Gerais – Agosto de 2013. O evento contou com a presença da coordenadora geral de Informação do Ministério da Saúde (MS), Eugênia Coelho; da bibliotecária da Bireme, Elizabeth Biruel; da representante do MS, Shirley Rodrigues; do conselheiro-tesoureiro do CRP-MG, Milton Bicalho; da bibliotecária do CDI e representante da BVS-Psi, Luciana Lacerda; do diretor do Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais (PSINDMG), Roges Carvalho; além de psicólogas (os) e funcionárias (os) do CRP-MG.
- Dia Nacional da BVS-Psi. 28 de agosto de 2013. Como tem acontecido desde o ano de 2008, o Dia Nacional da BVS-Psi foi comemorado na semana do dia da (o) Psicóloga (o) no Brasil. O objetivo da data foi promover o uso da BVS-Psi para as(os) psicólogas(os) por meio de palestras, treinamentos, cursos e outras formas de divulgação do conjunto de fontes de informação que compõem a Biblioteca Virtual de Psicologia. As atividades foram desenvolvidas em diversas bibliotecas da ReBAP e a Coordenação Técnica Científica promoveu uma atividade centralizada. Neste ano, a atividade centralizada contou com a presença do CFP e da responsável pela base de dados de vídeos do Conselho. Além da base de vídeos, foram comemoradas a inauguração da Estação BVS-Psi do Conselho Regional de Minas Gerais e a certificação da Biblioteca Virtual de Psicologia da Colômbia. Foram apresentados, ainda, dados estatísticos de acesso à BVS-Psi no primeiro semestre de 2013 e comemorado o alcance mundial das fontes de informações da Biblioteca Virtual de Psicologia.
- Capacitação à distância. Setembro de 2013. Ocorreu o primeiro treinamento para alimentação da base de dados da Ulapsi, por Skype. Foi capacitada a bibliotecária do México, que recebeu treinamento para indexar as revistas de Psicologia do México na LIL DBI Web Psi, ferramenta que alimenta as bases de dados das Bibliotecas Virtuais que utilizam o modelo Bireme.

ACESSOS À BVS-PSI MEDIDOS PELO GOOGLE ANALYTICS

1º SEMESTRE DE 2013

O Google Analytics é um serviço gratuito oferecido pelo Google que permite analisar as estatísticas de visitação de um site. Este é o primeiro informe de visitação à BVS-Psi Ulapsi Brasil divulgado.

A seguir, são apresentados os dados de visitas em relação ao número de vezes que um visitante acessou algum item da BVS-Psi. Na última linha do quadro, aparece o número de documentos salvos a partir das fontes de informação.

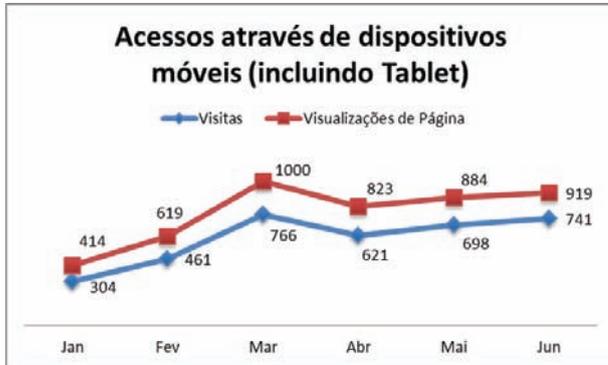
Quadro 1 – Números de visitantes e visitas

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	MÉDIA / MÊS
Visitas (1)	17.227	24.207	39.272	36.512	34.292	26.487	29.666
Visitantes únicos (2)	14.600	20.920	33.607	31.386	29.453	22.971	25.490
Visualizações de página (3)	22.143	30.589	53.029	46.354	42.933	32.483	37.922
Páginas/visita (4)	1,29	1,26	1,35	1,27	1,25	1,23	1,28
Downloads	83	71	180	153	144	129	127

Nota:(1) número de visitas únicas, ou seja, o usuário visitou o site apenas uma vez e não retornou. (2) número de visitantes cujo acesso foi contado apenas uma vez, mesmo que tenha voltado ao site. (3) número de páginas visualizadas. (4) número médio de páginas visualizadas durante uma visita ao site.

Mesmo sem uma plataforma especialmente desenvolvida para acesso por dispositivos móveis, a BVS-Psi também vem alcançando o público por esse meio.

Figura 1 - Número de visitas por dispositivos móveis.



Observamos que o acesso à BVS-Psi, a partir de dispositivos móveis, vem aumentando, com pico de acessos no mês de março de 2013.

A figura 2 apresenta o número de acessos por país, com exceção do Brasil. No primeiro semestre de 2013, a BVS-Psi foi acessada em 83 países de todos os continentes.

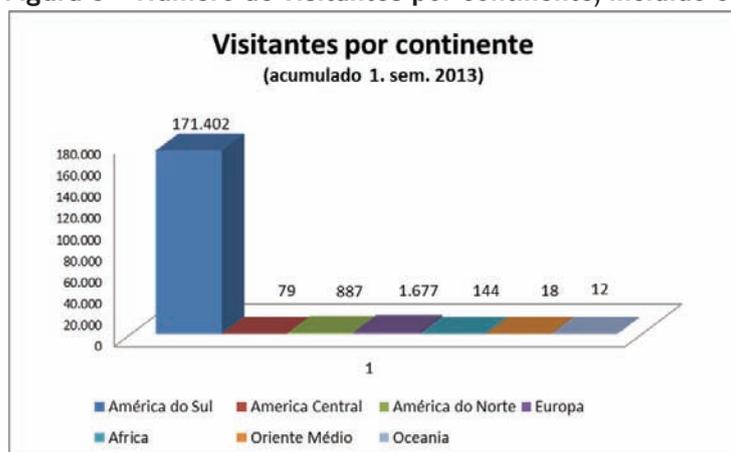
Figura 2 - Países que mais visitaram a BVS-Psi.



Notamos que Portugal é o país estrangeiro que mais acessos faz à Biblioteca Virtual, seguido dos Estados Unidos, Colômbia e México. Vale destacar os acessos vindos de Angola, o que demonstra o alcance da informação em língua portuguesa no país da África.

A figura a seguir apresenta o número de visitantes por continente. Nesta contagem, o Brasil está incluído.

Figura 3 – Número de visitantes por continente, incluído o Brasil.



A América do Sul é o continente que apresenta o maior número de consultas às fontes de informação da BVS-Psi. Mesmo com dados reduzidos, é possível observar que a Biblioteca Virtual de Psicologia é visitada em todos os continentes.

A tabela a seguir apresenta os valores absolutos acumulados dos acessos por país.

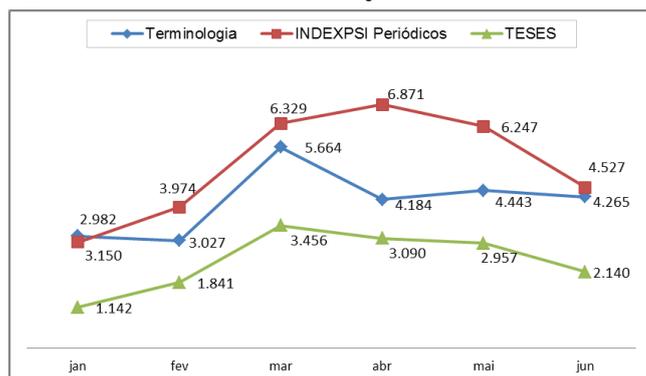
Tabela 1 – Número de visitas por país.

América do Sul	171.402	Europa	1.677	Ásia	46
Brasil	170.418	Portugal	1.253	Índia	13
Colômbia	318	Espanha	97	Japão	10
Peru	206	Reino Unido	75	China	5
Argentina	162	Alemanha	64	Armênia	3
Uruguai	93	França	60	Malásia	3
Paraguai	67	Itália	34	Casaquistão	2
Chile	49	Suíça	20	Bielorússia	2
Venezuela	48	Suécia	18	Singapura	2
Equador	19	República Tcheca	11	Rússia	1
Bolívia	18	Holanda	9	Taiwan	1
São Tomé e Príncipe	2	Côte d'Ivoire	7	Filipinas	1
Guiana	1	Polônia	5	Sri Lanka	1
Guiana Francesa	1	Bélgica	4	Tailândia	1
América Central	79	Bulgaria	3	Ucrânia	1
República Dominicana	29	Grécia	3	África	4
Nicarágua	15	Dinamarca	2	Cabo Verde	73
Costa Rica	9	Noruega	2	Moçambique	59
Panamá	8	Irlanda	1	Nigéria	5
Porto Rico	6	Eslováquia	1	Senegal	4
Guatemala	4	Áustria	1	Etiópia	1
Cuba	3	Ilhas Cayman	1	Guine-Bissau	1
El Salvador	2	Chipre	1	África do Sul	1
Honduras	2	Finlândia	1	Orientes Médio	18
Haiti	1	Hungria	1	Turquia	14
América do Norte	887	Luxemburgo	1	Israel	3
Estados Unidos	517	Romênia	1	Em. Árabes Unidos	1
México	291	Eslovênia	1	Oceania	12
Canadá	79			Austrália	10
				Nova Zelândia	1
				Timor-Leste	1

O Brasil acessou a BVS-Psi 170.402 vezes. Já Portugal, 1.253 vezes. Os Estados Unidos ficaram na terceira posição, com 517 acessos. Colômbia, Peru e México acessaram mais de 200 vezes a Biblioteca Virtual no período. Angola, Cabo Verde e Moçambique visitaram as fontes de informação 257, 73 e 59 vezes, respectivamente, somando com os demais países da África, que fizeram 361 consultas.

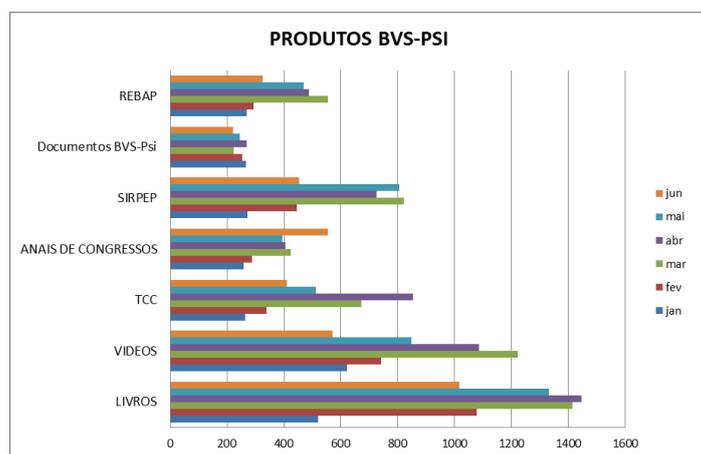
A Figura 4 ilustra os acessos às fontes de informação da BVS-Psi.

Figura 4 – Fontes de informação mais consultadas no primeiro semestre de 2013.



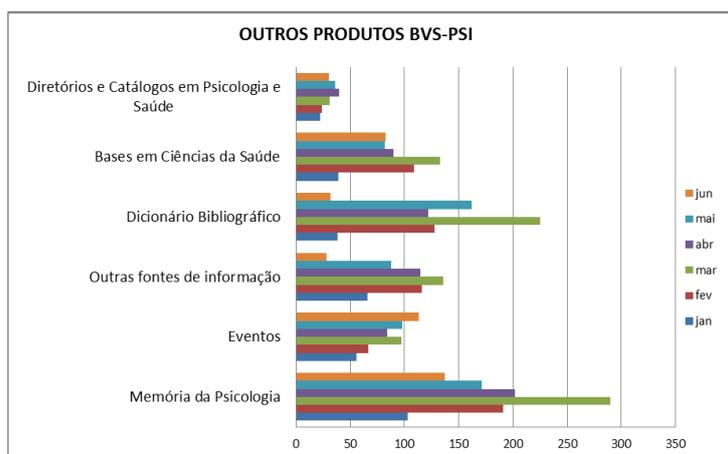
O Index Psi Periódicos foi a fonte de informação mais consultada no semestre analisado. Indexando atualmente 120 títulos, a base de dados é responsável pelo controle bibliográfico da produção nacional publicada em revistas científicas. Na sequência vem a terminologia e a base de dados de teses.

Figura 5 – Produtos da BVS-Psi com maior número de acessos.



Os livros em formato eletrônico apresentam o maior número de acessos, seguidos pelos vídeos. Os trabalhos de conclusão de cursos de graduação ficaram na terceira posição e os anais de congresso vêm logo em seguida. Sirpep é a base de dados de revistas de divulgação que receberam mais de 800 consultas em março e maio. Os documentos sobre a BVS-Psi e sobre a Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP) também receberam quantidade significativa de acessos.

Figura 6: Desempenho de outros produtos da BVS-Psi em relação à quantidade de acessos

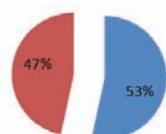


Os documentos que contam a história da Psicologia receberam o maior número de acessos, seguidos do Diretório de Eventos. O Dicionário Biográfico da Psicologia Brasileira também recebeu diversas visualizações.

Figura 7 – Origem dos acessos

Origem do tráfego

■ bvs-psi.org.br ■ Google



Formas de acesso	Nº
bvs-psi.org.br	51.708
Google	45.178

Observamos que os acessos vêm a partir do Google e do site da BVS-Psi, praticamente na mesma proporção.

Foram mais de 500 os sites que direcionaram os visitantes para o site da BVS-Psi. Os números mais relevantes são apresentados nos quadros a seguir:

BUSCADORES	Nº acessos
Bing	746
Ask	171
Yahoo	107
buscador.periodicos.capes.gov.br	181
search.mywebsearch.com	100
google.pt	96

REDES SOCIAIS / BLOGS	Nº acessos
facebook.com	777
br.answers.yahoo.com	294
psicologiaacademica.blogspot.com.br	158
psicousc2010.wordpress.com	117
psicologiaacademica.blogspot.com	99

OUTRAS BVS	N ^o acessos
regional.bvsalud.org	988
brasil.bvs.br	914
scielo.br	
pepsic.bvsalud.org	256
bvsms.saude.gov.br	247
ulapsi.bvsalud.org	190
portal.pepsic.bvsalud.org	98

CONSELHOS	N ^o acessos
site.cfp.org.br	3.872
crpsp.org.br	325
crp09.org.br	167
crp11.org.br	139
crppr.org.br	113
crp03.org.br	103

INSTITUIÇÕES DE ENSINO	N ^o acessos
ip.usp.br	1.457
unisinos.br	443
unisul.br	395
biblio.pucsp.br	267
metodista.br	230
bibliotecas.ufu.br	172
pucpr.br	170
saocamilo-sp.br	160
unama.br	160
online.unip.br	149
uftm.edu.br	146
usp.br	144
biblioteca.univalle.edu.com	143
unipac.br	138
unifor.br	124
biblioteca.facel.com.br	120
unoeste.br	114
ulbra.br	111
bce.unb.br	101

Como pode-se observar, os caminhos para acesso à BVS-Psi são de diversas instituições, o que confirma a relevância do conjunto de fontes de informação da Biblioteca Virtual no apoio ao ensino e à pesquisa. Os Conselhos de Psicologia também são entradas para a BVS-Psi, o que reforça a relevância das Estações BVS-Psi e reitera a necessidade de se ter esse ponto focal nos demais Conselhos para que a BVS-Psi se aproxime da(o) psicóloga(o) que não está nas universidades, mas que também necessita de informação atualizada na tomada de decisão para sua prática clínica ou na gestão pública.

Elaborado por: Maria Imaculada Cardoso Sampaio, coordenadora da BVS-Psi.

6. REUNIÕES



6.1 REUNIÕES

6.1.1 PLENÁRIAS

Foram realizadas 16 plenárias em 2013:

PLENÁRIAS	DIAS	LOCAL
32ª Plenária	31/01/13	Brasília, DF
33ª Plenária de Planejamento Estratégico	01 e 02/02/13	Brasília, DF
34ª Plenária	22 e 23/03/13	Brasília, DF
35ª Plenária	26 e 27/04/13	Brasília, DF
36ª Plenária Telefônica Extraordinária	04/05/13	
37ª Plenária Telefônica Extraordinária	14/05/13	
38ª Plenária	24 e 25/05/13	Brasília, DF
39ª Plenária Telefônica Extraordinária	24/06/13	
40ª Plenária	28 e 29/06/13	Brasília, DF
41ª Plenária	26 e 27/07/13	Brasília, DF
42ª Plenária	16 e 17/08/13	Brasília, DF
43ª Plenária	20 e 21/09/13	Brasília, DF
44ª Plenária Telefônica Extraordinária	02/10/13	
45ª Plenária	25 e 26/10/13	Brasília, DF
46ª e 47ª Plenárias	29/11 a 01/12/13	Brasília, DF

6.1.2 REUNIÕES DE DIRETORIA

Em 2013, foram realizadas 26 reuniões de diretoria, sendo 12 presenciais em Brasília (DF), e 14 telefônicas.

REUNIÕES PRESENCIAIS DE DIRETORIA	
DATA	LOCAL
30 de janeiro	Brasília, DF
02 de março	Brasília, DF
21 de março	Brasília, DF
25 de abril	Brasília, DF
23 de maio	Brasília, DF
27 de junho	Brasília, DF
24 de julho	Brasília, DF
15 de agosto	Brasília, DF
19 de setembro	Brasília, DF
4 de outubro	Brasília, DF
24 de outubro	Brasília, DF
28 de novembro	Brasília, DF

REUNIÕES TELEFÔNICAS DE DIRETORIA
03 de janeiro
08 de janeiro
22 de janeiro
05 de fevereiro
08 de março
05 de abril
10 de abril
13 de abril
13 de junho
11 de julho
02 de setembro
17 de setembro
01 de outubro
14 de outubro

6.1.3 ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS (APAF)

Em 2013, foram realizadas duas Apafs.

DATAS	LOCAL
18 e 19 de maio	Brasília, DF
14 e 15 de dezembro	Brasília, DF

6.1.4 REUNIÕES DE PRESIDENTES

Em 2013, foram realizadas 7 reuniões de Presidentes, sendo 3 presenciais em Brasília (DF), e 4 telefônicas.

DATAS	LOCAL
08 de abril	Telefônica
17 de maio	Brasília, DF
05 de agosto	Telefônica
20 de setembro	Telefônica
17 e 18 de outubro	Brasília, DF
04 de novembro	Telefônica
13 de dezembro	Brasília, DF

6.1.5 REUNIÕES DE TESOUREIROS

Em 2013, foram realizadas 5 reuniões de Tesoureiros, sendo 3 presenciais e 2 telefônicas.

DATAS	LOCAL
17 de maio	Brasília, DF
09 de junho	Telefônica
09 de julho	Telefônica
17 e 18 de outubro	Brasília, DF
13 de dezembro	Brasília, DF

6.1.6 REUNIÕES TELEFÔNICAS

As reuniões telefônicas são instrumentos de gestão no apoio às políticas e coordenação administrativa do CFP. Os temas são diversos, incluindo os Grupos de Trabalho retirados na Apaf; as representações internas e externas; os seminários, congressos e fóruns dos quais o CFP participa, apoia e/ou organiza; apoio a entidades parceiras e campanhas de objetivos comuns aos do CFP; gestão administrativa; apoio/orientação às gestões dos CRPs.

No ano de 2013, foram realizadas 238 reuniões telefônicas, o que soma 1.695 participantes destas.

MÊS	NÚMERO DE TELES	Nº DE PARTICIPANTES DAS REUNIÕES TELEFÔNICAS
JANEIRO	19	144
FEVEREIRO	27	218
MARÇO	36	261
ABRIL	31	199
MAIO	16	129
JUNHO	23	214
JULHO	19	162
AGOSTO	14	72
SETEMBRO	19	101
OUTUBRO	25	99
NOVEMBRO	9	96
TOTAL GERAL DO ANO DE 2013	238	1.695

6.1.7 DOCUMENTOS OFICIAIS PRODUZIDOS

Encaminhamentos/Sínteses - 19, entre Reuniões plenárias, Apafs, Reuniões de Presidentes e o VIII CNP.

Atas - 17, entre Reuniões Plenárias, Apafs, Reuniões de Presidentes e VIII CNP.

Total de documentos oficiais para arquivo do CFP: 36.

6.2 REPRESENTAÇÕES

Confira os Conselhos de Direito em que o CFP tem representação:

Conselho	Representantes	Gestão
Conselho Nacional de Saúde - CNS/ Ministério da Saúde	Rosemeire Aparecida da Silva (Titular)	2013 - 2015
Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - Conad/Ministério da Justiça	Marcus Vinícius (Titular) Marcelo Magalhães (Suplente)	2012 - 2013
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Proteção dos Direi- tos de LGBT - CNCD/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	Celso Francisco Tondin (Titular) Sandra Sposito (Suplente)	2013 - 2015
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM/Secretaria de Políti- cas para as Mulheres	Marilda Castelar (Titular)	2010 - 2013
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR/Secretaria de Políticas de Promoção da Igualda- de Racial	Maria Lúcia Silva (Suplente)	2012 - 2014
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conan- da/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	Esther Arantes (Titular)	2013 - 2014
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS/Ministério de Desen- volvimento Social e Combate à Fome	Márcia Mansur (Observadora) Deborah Akerman (Observadora)	2012 - 2014
Conselho Nacional de Segurança Pú- blica - Conasp/Ministério da Justiça	Pedro Paulo Bicalho (Titular) Adriana Eiko (Suplente)	2013 - 2014

Confira as representações do Conselho Federal em espaços públicos e da sociedade:

<u>Representação</u>	<u>Tema</u>
Conselho Nacional de Saúde - CNS/Ministério da Saúde	Saúde
Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - Conad/Ministério da Justiça	Saúde
Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - CNAIDS/Ministério da Saúde	Saúde
Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal/Ministério da Saúde	Saúde
Comissão Intersetorial de Saúde Mental - CISM/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - CIPICSUS/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CISPLGBT/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Assistência Farmacêutica - CIAF/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Recursos Humanos - CIRH/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente - Cisama/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Saúde Indígena - CISI/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem - CAISAJ/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Acompanhamento das Políticas em DST-AIDS - Ciadaids/CNS	Saúde
Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra - CISPNCNS	Saúde
Comitê de Mobilização Social da Rede de Atenção Psicossocial/Ministério da Saúde	Outro
Câmara Setorial de Serviços de Saúde/ANVISA	Saúde
Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde - CRTS/Ministério da Saúde	Saúde
Subgrupo de Acupuntura da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde (CRTS)/Ministério da Saúde	Saúde
Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos/ANS	Saúde

<u>Representação</u>	<u>Tema</u>
Câmara Técnica sobre Monitoramento da Contratualização/ANS	Saúde
Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar - Cogep/ANS	Saúde
GT de Divulgação - Cogep/ANS	Saúde
GT de Indicadores Hospitalares - Cogep/ANS	Saúde
GT SADT - Cogep/ANS	Saúde
Câmara Técnica 01 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) - Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Especialidades Cirúrgicas/Ministério da Educação	Saúde
Câmara Técnica 02 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) - Intensivismo, Urgência e Emergência/Ministério da Educação	Saúde
Câmara Técnica 03 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) - Atenção Básica/Saúde e Família e Comunidade/Saúde Coletiva/Ministério da Educação	Saúde
Câmara Técnica 04 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS)/Saúde Mental - Ministério da Educação	Saúde
Câmara Técnica 05 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS)/Saúde Funcional - Ministério da Educação	Saúde
Câmara Técnica 06 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS)/Saúde Animal - Ministério da Educação	Saúde
Fórum Permanente do Mercosul - Exercício Profissional/Ministério da Saúde	Saúde
Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde - FCFAS	Saúde
Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde - FENTAS	Saúde
Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde - FCPAS	Saúde
Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde - FNCPS	Saúde
GT de Educação e Residência Multiprofissional do FCFAS	Saúde
GT Pesquisa FENPB - MEC	Educação
Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade	Educação
Conselho Editorial da Revista da Asociación Latinoamericana para la Formación y Enseñanza de la Psicología - ALFEPSI	Educação

<u>Representação</u>	<u>Tema</u>
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Proteção dos Direitos de LGBT - CNCD/SDH-PR	Direitos Humanos
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM/SPM	Direitos Humanos
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR/SEP-PIR	Direitos Humanos
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA/SDH-PR	Direitos Humanos
Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional - CNPCT/SDH-PR	Direitos Humanos
Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em situação de Rua/SDH	Direitos Humanos
Câmara Técnica do CNDM	Direitos Humanos
Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH	Direitos Humanos
Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos - FNDDH	Direitos Humanos
Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente - FNDCA	Direitos Humanos
Rede Nacional Primeira Infância	Direitos Humanos
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS	
Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia Brasil - BVS-PSI	Outros
Biblioteca Virtual em Saúde-União Latino-Americana de Entidades de Psicologia - BVS-UIapsi (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Cuba, México, Paraguai, Peru, Uruguai)	Outros
Biblioteca Virtual em Saúde-Países de Língua Portuguesa - BVS-PLP (Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal)	Outros
UIapsi (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Cuba, México, Paraguai, Peru, Uruguai)	Outros
PSI-PLP (Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal)	Outros
APA (Associação de Psicologia Americana)	Outros
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS/MDS	Assistência Social
Comissão de Política da Assistência Social/CNAS	Assistência Social
Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - FNTSUAS	Assistência Social
Fórum Nacional de Assistência Social - FNAS	Assistência Social
Fórum Nacional de Democratização da Comunicação - FNDC	Democratização da Comunicação

Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito - CTSMA/ Denatran	Democratização do trânsito e mobilização
Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp/Ministério da Justiça	Segurança Pública
Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária/Ministério de Relações Exteriores	Emergências e Desastres
Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB	Outros
Grupo de Trabalho de Educação - FENPB	Outros
Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão)	Outros
Articulação Brasileira da Psicanálise - ABPsicanálise	Outros

6.3 CONFERÊNCIAS

Confira as conferências em que o CFP esteve presente em 2013:

Data	Evento	Representante(s)	Local
05/07/13	Conferência Livre Nacional de Educação em Respeito à Diversidade Sexual / Entrega do Prêmio Educando para o Respeito à Diversidade Sexual	Conselheiro Celso Francisco Tondin	Curitiba - PR
16 a 19/12/13	IX Conferência Nacional de Assistência Social	Conselheira Márcia Mansur	Brasília - DF
05, 06 e 07/11/2013	III Conferência Nacional de Promoção e Igualdade Racial - Conapir	Maria Lúcia Silva	Brasília - DF

6.4 ATIVIDADES DO XV PLENÁRIO

Data	Evento
11/01/13	Reunião Presencial com as Comissões Eleitorais (Especial e Regular) - Brasília - DF
16/01/13	Reunião da Diretoria do CFP e a Diretoria da Abrapede - São Paulo - SP
17/01/13	Reunião do FENPB - São Paulo - SP
18/01/13	Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Direitos Humanos - Brasília - DF
19/01/13	Reunião da Coordenação da Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos - FNDDH - São Paulo - SP

Data	Evento
21/01/13	Frente dos Conselhos Profissionais da Área da Saúde - FCPAS - Brasília - DF
24/01/13	Reunião com CFP, SDH, OAB e Secretaria de Política para Mulheres - Brasília - DF
25/01/13	Reunião da COMORG - Brasília - DF
25/01/13	Reunião do Grupo de Trabalho para Proteção de Crianças e Adolescentes vítimas de Violência Sexual - Brasília - DF
28/01/13	Reunião da Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde - FCPAS - Brasília - DF
29/01/13	Fórum Social temático - Democracia, Cidades e Desenvolvimento Sustentável - Porto Alegre - RS
29/01/13 a 30/01/13	Reunião Ordinária Coordenação Nacional FNTSUAS - Brasília - DF
29/01/13	Reunião Ordinária do Fentas - Brasília - DF
30/01/13 a 31/01/13	241ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde - CNS - Brasília - DF
30/01/13	78ª Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da saúde - FCFAS - Brasília - DF
01/02/13	Reunião do GT Conpsi e Seminário de Políticas Públicas - Brasília - DF
05/02/13	Reunião da Secretaria Executiva do CBP - São Paulo - SP
14/02/13	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
16/02/13	Reunião Presencial com as Comissões Eleitorais (Especial e Regular) - Brasília - DF
18/02/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - Fentas - Brasília - DF
19/02/13	Audiência Pública da Comissão Especial para Reformulação do Ensino Médio da Câmara dos Deputados - Brasília - DF
19/02/13	Reunião das comissões temáticas do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF
19/02/13	Reunião sobre a pesquisa com o MEC "Violência e Preconceito na Escola" - Brasília - DF
20/02/13 a 22/02/13	Reunião das Câmaras Temáticas do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CN-CD-LGBT - Brasília - DF
20/02/13 a 21/02/13	Reunião ordinária comissões temáticas do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF
20/02/13 a 21/02/13	Reunião Ordinária Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM - Brasília - DF
22/02/13 a 23/02/13	Reunião Coordenação do FNTSUAS - Brasília - DF
22/02/13 a 23/02/13	Treinamento das Comissões Regionais Eleitorais - Brasília - DF
27/02/13	Debate Online "A questão da terra: os indignados e a contemporaneidade" - Brasília - DF
01/03/13	Reunião da Coordenação Nacional da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos - Brasília - DF
01/03/13	Reunião Presencial da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica - Brasília - DF
01/03/13	Reunião sobre a pesquisa "Violência nas escolas" - Brasília - DF

Data	Evento
02/03/13	Reunião Presencial de Pesquisa “Efeitos do feminino no Exercício Profissional” - Brasília - DF
06/03/13 a 08/03/13	Seminário Internacional Infância e Comunicação: Direitos, Democracia e Desenvolvimento - Brasília - DF
07/03/13	Reunião BVS-PSI - São Paulo - SP
07/03/13	Reunião com Instituições da sociedade civil para discutir ações referentes ao tema de emergências e desastres - Brasília - DF
07/03/13	Reunião do CFP com o Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para discutir ações referentes ao tema de emergências e desastres - Brasília - DF
08/03/13	Debate online “Mulher na Mídia: subjetividade e cidadania” - Brasília - DF
08/03/13	Reunião Ordinária da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) - Brasília - DF
09/03/13	Reunião da Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH - Questões Indígenas - Brasília - DF
12/03/13 a 13/03/13	Participação dos Encontros da Frente de Drogas com Líderes de Partido e Presidentes de Comissões na Câmara - Brasília - DF
12/03/13	Reunião com deputadas(os), para tratar do PL nº 7.663 - Brasília - DF
12/03/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - Fentas - Brasília - DF
13/03/13 a 14/03/13	215ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda - Brasília - DF
13/03/13 a 19/03/13	Reunião e Audiência Pública para tratar sobre o PL - internações forçadas de usuários de álcool e outras drogas - Brasília - DF
14/03/13	Reunião do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB - São Paulo - SP
14/03/13 a 16/03/13	Seminário “Drogas e cidades: pensamentos para uma prática cidadã” - Belo Horizonte - MG
14/03/13	Seminário “Identidades Trans e Políticas Públicas de Saúde: Contribuições da Psicologia” - São Paulo - SP
15/03/13	Reunião para traçar diretrizes para o Livro dos 50 Anos da Psicologia - São Paulo - SP
16/03/13	Reunião com a Secretaria Executiva do Congresso Brasileiro de Psicologia - CBP - São Paulo - SP
16/03/13	Reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - São Paulo - SP
21/03/13 a 22/03/13	4ª reunião ordinária da CTSMA - São Paulo - SP
21/03/13	Debate Online “Atuação da(o) Psicóloga (o) no CREAS em debate” - Brasília - DF
21/03/13	Reunião Coordenação Executiva FNTSUAS - Brasília - DF
21/03/13	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
22/03/13 a 23/03/13	34ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia (CFP) - Brasília - DF
25/03/13 a 26/03/13	122ª Reunião Ordinária da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST - Brasília - DF

Data	Evento
27/03/13	Reunião da Comissão Intersetorial das Práticas Integrativas e Complementares no SUS-CIPICSUS / CNS - Brasília - DF
01/04/13	Seminário “Políticas Nacional e Estaduais de Tratamento de Drogaditos, com foco no problema das internações compulsórias” - Brasília - DF
02/04/13 a 03/04/13	Reunião do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT - Brasília - DF
02/04/13	Reunião Ordinária Audiência Pública Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - Brasília - DF
03/04/13	Audiência sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31 de 2010 - Regulamentação do exercício da Psicopedagogia - Brasília - DF
04/04/13 a 05/04/13	21ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública - Brasília - DF
04/04/13	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - Brasília - DF
04/04/13 a 05/04/13	Seminário Brasil - União Europeia de Combate à Violência Homofóbica - Brasília - DF
05/04/13	Encontro de Planejamento do Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR - Curitiba - PR
06/04/13 a 07/04/13	Reunião de Avaliação de Cursos e de Formação - Brasília - DF
06/04/13	Reunião presencial das Comissões Eleitorais (Especial e Regular) - Brasília - DF
08/04/13	8ª Reunião Ordinária - Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar - Cogep - Brasília - DF
09/04/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - Fentas - Brasília - DF
10/04/13 a 11/04/13	216ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda - Brasília - DF
10/04/13 a 11/04/13	244ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde - CNS - Brasília - DF
10/04/13	Ato Saúde+10 - Brasília - DF
11/04/13	Reunião da Comissão Editorial da revista Psicologia Ciência e Profissão - Brasília - DF
12/04/13	Reunião presencial da Comissão Avaliadora do Prêmio César Ades - São Paulo - SP
12/04/13	Reunião Presencial das Comissões Eleitorais - Brasília - DF
16/04/13 a 18/04/13	210ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - Brasília - DF
16/04/13	Reunião extraordinária do CNLGBT - Brasília - DF
16/04/13	Reunião para tratar do Projeto de Lei nº 7.633/2010 - Brasília - DF
17/04/13	Debate Online: “Lançamento das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica” - São Paulo - SP
17/04/13	Reunião da Coordenação Executiva FNTSUAS com os Conselheiros CNAS do segmento dos trabalhadores - Brasília - DF

Data	Evento
18/04/13	III Seminário da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa (Associação dos Psicólogos de Cabo Verde) - Cidade do Mindelo
18/04/13	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
18/04/13 a 19/04/13	Reunião para escrever os pareceres sobre os PLs 1687/2011 e 1825/2011 que versam sobre avaliação psicológica - Brasília - DF
19/04/13	Comissões Organizadoras e Comissão Científica do 8º Conpsi - Fortaleza - CE
19/04/13 a 20/04/13	Congresso "A Psicologia e a Demanda Social - que intervenção?" - Cidade do Mindelo
19/04/13 10:00	II Encontro da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Mesa de Abertura) - Rio de Janeiro - RJ
19/04/13	Reunião da Coordenação Executiva FNTSUAS - Brasília - DF
19/04/13 a 20/04/13	Reunião da Coordenação Nacional FNTSUAS e da Coordenação Executiva FNTSUAS - Brasília - DF
19/04/13	Reunião do Projeto MEC - Brasília - DF
20/04/13	Reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - Brasília - DF
23/04/13 a 24/04/13	XV Encontro Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social - Congemas - São Paulo - SP
25/04/13 a 26/04/13	Encontro da BVS Brasil - Rio de Janeiro - RJ
25/04/13	Evento da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Minorias da Conectas - São Paulo - SP
25/04/13	Lançamento do GT de Saúde Mental - Brasília - DF
26/04/13 a 27/04/13	Plenária do CFP - Brasília - DF
02/05/13	Reunião com o GT de processo transexualizador - Brasília - DF
03/05/13 a 05/05/13	Congresso Internacional sobre Drogas: Lei, Saúde e Sociedade - Brasília - DF
03/05/13	Reunião da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica - Brasília - DF
03/05/13	Reunião da Comorg - Brasília - DF
03/05/13	Reunião sobre o projeto de pesquisa: "Violência e Preconceito na escola" - São Paulo - SP
05/05/13	Reunião sobre a Política de Álcool e Outras Drogas - Brasília - DF
06/05/13 a 07/05/13	Oficina do Projeto dos Pluviômetros - Brasília - DF
07/05/13 a 09/05/13	217ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda - Brasília - DF
07/05/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - Fentas - Brasília - DF
08/05/13 a 09/05/13	245ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde - CNS - Brasília - DF
08/05/13 a 11/05/13	8º Congresso Norte Nordeste de Psicologia - Conpsi - Fortaleza - CE

Data	Evento
08/05/13 a 09/05/13	Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF
09/05/13 a 10/05/13	I Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura - Brasília - DF
09/05/13	Reunião de Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT - Brasília - DF
10/05/13	Reunião da Comissão Intersectorial de Saúde Mental - CISM/CNS - Brasília - DF
12/05/13	Abertura 15º Congresso Nacional da Anamt - São Paulo - SP
14/05/13	115ª Reunião da Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais - CNAIDS - Brasília - DF
14/05/13	III Semana Estadual da Luta Antimanicomial: "Que lugar ocupar?" - João Pessoa - PB
15/05/13	Reunião da Comissão de Educação - Brasília - DF
15/05/13 a 16/05/13	Reunião do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT - Brasília - DF
16/05/13 a 17/05/13	15ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT - Brasília - DF
16/05/13 a 17/05/13	6ª Reunião Ordinária da CTSMA - São Paulo - SP
16/05/13	Reunião da BVS-PSI - São Paulo - SP
16/05/13	Reunião da Comissão de Avaliação Conjunta - São Paulo - SP
16/05/13	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
16/05/13	Reunião sobre o Projeto de Pesquisa: Violência e Preconceito na Escola - Brasília - DF
17/05/13 a 19/05/13	Assembleia da Política, da Administração e das Finanças - Apaf - Brasília - DF
17/05/13	Reunião do MEEL - Movimento pelo Estado Laico - Brasília - DF
22/05/13	Projeto Pluviômetros nas Comunidades - Brasília - DF
22/05/13	Reunião da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos - Brasília - DF
22/05/13	Reunião do Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde - Brasília - DF
23/05/13	Audiência Pública Ordinária "Apresentação e debate da Agenda Propositiva para Crianças e Adolescentes em 2013" - Comissão de Seguridade Social e Família - Brasília - DF
23/05/13	Reunião FNTSUAS - Brasília - DF
23/05/13	Reunião ordinária do Fórum de Profissões Regulamentadas - Brasília - DF
23/05/13	Reunião sobre o Projeto Pluviômetros nas Comunidades - Brasília - DF
24/05/13	II Seminário Regional de Saúde Mental Indígena - Brasília - DF
24/05/13 a 25/05/13	Plenária do CFP - Brasília - DF
25/05/13	Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - São Paulo - SP
28/05/13	Audiência sobre a Reformulação do Ensino Médio na Comissão Especial de Reformulação do Ensino Médio - Brasília - DF
29/05/13	Reunião da Comissão Intersectorial de Saúde Mental - CISM/CNS - Brasília - DF
30/05/13	Comorg Nacional para o VIII CNP - Brasília - DF
30/05/13	Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas

Data	Evento
30/05/13 a 02/06/13	VIII Congresso Nacional da Psicologia - CNP - Brasília - DF
04/06/13 a 05/06/13	Reunião Ordinária Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM - Brasília - DF
04/06/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - Fentas - Brasília - DF
04/06/13	Reunião sobre avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo - Brasília - DF
05/06/13	Reunião com o Conselho Nacional de Juventude - Brasília - DF
05/06/13 a 06/05/13	Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Brasília - DF
05/06/13	Seminário de lançamento da Pesquisa MEC - Brasília - DF
06/06/13 a 07/06/13	Reunião Conasp - Brasília - DF
08/06/13	Reunião da rede FNDCA - Brasília - DF
08/06/13	Reunião Presencial das Comissões Eleitorais (Especial e Regular) - Brasília - DF
10/06/13	9ª Reunião Ordinária - Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar - Cogep - Rio de Janeiro - RJ
11/06/13 a 13/06/13	Reunião Ordinária Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS - Brasília - DF
11/06/13	Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - Conad - Brasília - DF
13/06/13	Audiência sobre o PL nº 3.688/2000 - Prestação de serviços de Psicologia e Assistência Social nas escolas públicas de educação básica - Brasília - DF
13/06/13	I Seminário Saúde Mental e Atenção Psicossocial: de um cenário de avanço dos direitos ao avanço da instalação dos serviços - Florianópolis - SC
13/06/13	Reunião do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB - São Paulo - SP
13/06/13	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
14/06/13 a 15/06/13	Reunião Coordenação Nacional FNTSUAS - Brasília - DF
14/06/13 09:30	Reunião da Secretaria Executiva do IV CBP - São Paulo - SP
14/06/13	Reunião sobre a PLP - São Paulo - SP
15/06/13	Reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - Brasília - DF
17/06/13	Audiência Pública Redução da Maioridade Penal - Brasília - DF
19/06/13	Reunião com o senador Antônio Valadares acerca do PLC nº 37/2013 - Brasília - DF
19/06/13 10h	Reunião da Comissão do Crepop sobre Álcool e outras Drogas - Brasília - DF
20/06/13	MEEL - Audiência Pública Efetivação dos Direitos Humanos no Brasil: 10 anos de Relatórios em Direitos Humanos - Brasília - DF
20/06/13	Seminário “Fundamentalismo, Modelo de Desenvolvimento e Direitos Humanos - MEEL” - Brasília - DF

Data	Evento
25/06/13	Audiência Pública sobre Saúde Mental - Brasília - DF
27/06/13	Manifestação contra o Ato Médico - Brasília - DF
27/06/13	Reunião do Conselho Nacional da Saúde - Brasília - DF
28/06/13 a 29/06/13	40ª Plenária do CFP - Brasília - DF
28/06/13 10h	Audiência Pública Saúde Indígena - Brasília - DF
02/07/13 17h30	Reunião sobre o PL do Ato Médico - Brasília - DF
04/07/13	Reunião sobre Projeto de Pesquisa: "Violência e Preconceito na Escola" - Campinas - DF
05/07/13	Prêmio Educando para o Respeito à Diversidade Sexual - Curitiba - PR
06/07/13	Reunião da Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH - Brasília - DF
07/07/13 a 10/07/13	XXIX Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems - Brasília - DF
10/07/13 a 11/07/13	219ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda - Brasília - DF
10/07/13 a 11/07/13	247ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde - CNS - Brasília - DF
10/07/13 a 13/07/13	III Seminário Internacional A Educação Medicalizada - São Paulo - SP
15/07/13 a 19/07/13	XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia - Brasília - DF
15/07/13	4ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional LGBT - Brasília - DF
15/07/13	Visita ao CFP dos participantes do XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia - Brasília - DF
17/07/13 a 19/07/13	23ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) - Cuiabá - MT
17/07/13	Reunião da Frente dos Conselhos Profissionais da Área de Saúde - Brasília - DF
18/07/13	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
23/07/13 a 24/07/13	134ª Reunião da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos - CIRH/CNS - Brasília - DF
23/07/13 a 24/07/13	Reunião Coordenação Executiva FNTSUAS - Porto Alegre - RS
23/07/13 a 25/07/13	Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Porto Alegre - SC
24/07/13	Debate Online "Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia clínica" - Brasília - DF
24/07/13	Reunião Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Coffito - Brasília - DF
24/07/13	Reunião para entrega do PL nº 3.338/2008 (30 horas) - Brasília - DF
26/07/13 a 27/07/13	41ª Plenária do CFP - Brasília - DF

Data	Evento
26/07/13	Reunião de Grupo de Trabalho em conjunto com a Polícia Federal - Brasília - DF
29/07/13 a 30/07/13	Reunião do Conselho Nacional de Saúde - CNS - Brasília - DF
30/07/13	Mobilização matutina do Conanda e do Fórum FNDCA - Brasília - DF
30/07/13 a 31/07/13	Reuniões do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação FNDC - Brasília - DF
31/07/13 a 01/08/13	16ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT - Vitória - ES
31/07/13 a 01/08/13	Reunião do Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional - CNPCT/SDH-PRv - Brasília - DF
01/08/13 a 03/08/13	Encontro Nacional da Renila - Belo Horizonte - MG
01/08/13	Lançamento da Campanha da Semana Mundial da Amamentação - 2013 - Brasília - DF
01/08/13	Reunião da BVS-PSI - São Paulo - SP
02/08/13 a 03/08/13	Reunião do Projeto de Pesquisa "Violência nas Escolas" - São Paulo - SP
02/08/13	Reunião e treinamento sobre eleições - Brasília - DF
02/08/13	Reunião Presencial da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica - Brasília - DF
03/08/13	Reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - Brasília - DF
05/08/13	Ato Coordenação do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública - Saúde + 10 - Brasília - DF
05/08/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - Fentas - Brasília - DF
07/08/13 a 09/08/13	I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos - Dourados - MS
12/08/13 a 16/08/13	220ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda - Brasília - DF
13/08/13 a 15/08/13	Ato Médico - Corpo a corpo no Congresso Nacional com concentração no CFP - Brasília - DF
13/08/13 a 16/08/13	Seminário Internacional sobre Regulação do Trabalho e das Profissões em Saúde - Brasília - DF
14/08/13	Mobilização do Conanda e Conjuc - Brasília - DF
14/08/13 a 17/08/13	XI Conpe - Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional - Uberlândia - MG
19/08/13	Coletiva de Imprensa - Ato Médico - Brasília - DF
19/08/13 a 20/08/13	III Seminário de Avaliação Psicológica - Cuidados e Compromissos - Recife - PE
19/08/13	Projeto de Monitoramento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW) - Brasília - DF
20/08/13 a 21/08/13	Atividade Ato Médico - Vigília junto ao Congresso Nacional para acompanhar a votação dos vetos pelo Congresso Nacional - Brasília - DF

Data	Evento
20/08/13	Reunião das comissões temáticas do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF
21/08/13 19:30	Debate online “Suicídio: o luto dos sobreviventes” - Brasília - DF
21/08/13 a 22/08/13	Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF
22/08/13 a 23/08/13	9ª Reunião Ordinária da CTSMa - São Paulo - SP
22/08/13 09h	Entrega do PL sobre Mídia Democrática - Brasília - DF
22/08/13 10h30	II Seminário Nacional de Psicologia no Suas - Online - Brasília - DF
22/08/13 10:00	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
22/08/13 tarde	Reunião sobre o Seminário do FNTSUAS - Brasília - DF
23/08/13 a 24/08/13	Reunião do FNTSUAS - Brasília - DF
23/08/13 15h	Sessão Solene na Câmara dos Deputados - Dia do Psicólogo - Brasília - DF
26/08/13 a 28/08/13 08:00	23ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp - Brasília - DF
26/08/13 a 28/08/13	Plantão Eleições - Brasília - DF
26/08/13	Reunião na área técnica de saúde mental da Secretaria de Atenção à Saúde - Ministério da Saúde - Brasília - DF
28/08/13	5ª Plenária do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública - Saúde+10 - Brasília - DF
28/08/13 a 29/08/13	Oficina FNEPAS: Avanços e desafios da formação no SUS - Brasília - DF
28/08/13	Reunião do Frente dos Conselhos Federais da Área da Saúde contra o Ato Médico - FCPAS - Brasília - DF
29/08/13	Debate online: “Publicação do Documento de Referência para Atuação de Psicólogas(os) em Questões Relativas à Terra” - Brasília - DF
29/08/13	Reunião da Comissão Editorial da Revista Psicologia Ciência e Profissão - Brasília - DF
29/08/13	Reunião extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde - FCFAS - Brasília - DF
29/08/13	Reunião Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas
03/09/13 a 04/09/13	Reunião Ordinária Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM - Brasília - DF
04/09/13	Reunião sobre PSI-PLP - Itatiba - SP

Data	Evento
05/09/13 a 07/09/13	Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP – Curitiba – PR
05/09/13 a 06/09/13	I Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental da Abrasme – São Paulo – SP
05/09/13	Reunião de Delimitação de Pesquisa: “Análise Custeio: Comunidades Terapêuticas e Caps AD III – -”
10/09/13 a 13/09/13	221ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda e FNDCA – Brasília – DF
10/09/13	Audiência Pública sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – PLC nº 37 – Brasília – DF
10/09/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde – Fentas – Brasília – DF
11/09/13 a 12/09/13	249ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde – CNS – Brasília – DF
12/09/13	Reunião do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB – São Paulo – SP
13/09/13	Reunião da Secretaria Executiva do CBP – São Paulo – SP
14/09/13	Reunião da Comissão Nacional de Direitos Humanos – CNDH – Brasília – DF
14/09/13	Reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade – Brasília – DF
17/09/13	Reunião das comissões temáticas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – Brasília – DF
18/09/13	Reunião do FCPAS – Brasília – DF
18/09/13 a 19/09/13	Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – Brasília – DF
19/09/13	Reunião Coordenação Executiva e Nacional do FNTSUAS – Brasília – DF
19/09/13	Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF
19/09/13	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde – FCFAS – Brasília – DF
20/09/13 a 21/09/13	II Seminário Nacional FNTSUAS – Brasília – DF
21/09/13	Plenária do CFP – Brasília – DF
23/09/13 a 24/09/13	Ciclo de Debates “Proteção e Defesa Civil” – Brasília – DF
27/09/13	Cerimônia de abertura – IV Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte – Abrapesp – São Paulo – SP
01/10/13 a 01/10/02	10ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Serviços para Saúde da ANVISA – Brasília – DF
03/10/13 a 06/10/13	Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – Abrapso – Florianópolis – SC
08/10/13 a 10/10/13	222ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda – Brasília – DF
08/10/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde – Fentas – Brasília – DF

Data	Evento
09/10/13 a 10/10/13	250ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde - CNS - Brasília - DF
14/10/13	Reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - Brasília - DF
17/10/13 a 19/10/13	5º Encontro Nacional dos Conselhos Profissionais - Florianópolis - SC
17/10/13	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
22/10/13	Reunião das comissões temáticas do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF
23/10/13 a 24/10/13	Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF
24/10/13	Reunião Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas
25/10/13 a 26/10/13	Plenária do CFP - Brasília - DF
25/10/13 a 26/10/13	Reunião Coordenação Nacional FNTSUAS - Brasília - DF
05/11/13 a 07/11/13	223ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda - Brasília - DF
05/11/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - Fentas - Brasília - DF
06/11/13 a 07/11/13	251ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde - CNS - Brasília - DF
09/11/13	Reunião da Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH - Brasília - DF
09/11/13	Reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - Brasília - DF
12/11/13	117ª Reunião da Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais - CNAIDS - Brasília - DF
19/11/13	Reunião das comissões temáticas do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF
20/11/13 a 21/11/13	Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF
21/11/13	Reunião do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB - São Paulo - SP
21/11/13	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
22/11/13	Reunião da Secretaria Executiva do CBP - São Paulo - SP
22/11/13 a 23/11/13	Seminário Nacional da Comissão Nacional de Direitos Humanos - Brasília - DF
26/11/13 a 27/11/13	Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR - Brasília - DF
28/11/13	Reunião Coordenação Executiva FNTSUAS - Brasília - DF
28/11/13 10:00	Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas

Data	Evento
29/11/13 a 01/12/13	Plenária do CFP - Brasília - DF
03/12/13 a 05/12/13	224ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda - Brasília - DF
03/12/13 a 04/12/13	Reunião Ordinária Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM - Brasília - DF
07/12/13 a 10/12/13	3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil - Brasília - DF
10/12/13	Reunião Ordinária do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - Fentas - Brasília - DF
11/12/13 a 12/12/13	252ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde - CNS - Brasília - DF
12/12/13 10:00	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde - FCFAS - Brasília - DF
12/12/13 10:00	Reunião Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas
13/12/13 a 15/12/13	Assembleia da Política, da Administração e das Finanças - Apaf - Brasília - DF
14/12/13	Reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - Brasília - DF
15/12/13 a 16/12/13	Reunião Executiva ou Nacional e Plenária do FNTSUAS - Brasília - DF
16/12/13 a 19/12/13	IX Conferência Nacional de Assistência Social - Brasília - DF

7. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



7.2 ARTIGOS PUBL

Em 2013, a Assessoria de Comunicação do CFP contabilizou 214 contatos de jornalistas de jornais, rádios, revistas e televisão, pedindo indicação de fontes da Psicologia. Os contatos referem-se tanto à mídia espontânea quanto ao resultado de contatos feitos pelo CFP sugerindo pautas para matérias.

Veículos (ordem alfabética):

1. A Pública Agência de Notícias (São Paulo)
2. Agência Brasil (Brasília)
3. Agência da AIDS (Brasília)
4. Agência Radioweb (Brasília)
5. Band News (Brasília)
6. Blog da Folha de Pernambuco (Recife)
7. Brasil Econômico (Brasília)
8. Canal Futura (Rio de Janeiro)
9. Carta Capital (Brasília)
10. CBN (Brasília)
11. CCTV News (China)
12. Correio Braziliense (Brasília)
13. Diário Catarinense (Santa Catarina)
14. Diário de Maringá (Paraná)
15. Diário de São Paulo (São Paulo)
16. Diário do Nordeste (Fortaleza)
17. EBC (Brasília)
18. EPTV Globo (São Paulo)
19. EPTV/TV Globo (Ribeirão Preto)
20. Estadão (São Paulo)
21. Estadão (Brasília)
22. Estado de Minas (Belo Horizonte)
23. Fantástico (Rio de Janeiro)
24. Folha de S. Paulo (Brasília)
25. G1 (Brasília)
26. G1 (São Paulo)
27. Galileu (São Paulo)
28. Globo News / Entre Aspas (São Paulo)
29. Globonews (São Paulo)
30. Globonews / Jornal Hoje (São Paulo)

31. Hoje em Dia (Belo Horizonte)
32. Jornal A Tribuna (São Paulo)
33. Jornal Brasil de Fato (Brasília)
34. Jornal do Brasil (São Paulo)
35. Jornal do Trem (Belo Horizonte)
36. Jornal O Dia (Rio de Janeiro)
37. Jornal O Hoje (Goiânia)
38. Jornal Século Diário (Espírito Santo)
39. Metro (Brasília)
40. O Globo (São Paulo)
41. O Globo (Brasília)
42. Portal IG (São Paulo)
43. Portal Mídia News (Cuiabá)
44. Portal Mix (Bahia)
45. Portal UAI (Minas Gerais)
46. Rádio Aparecida (São Paulo)
47. Rádio Brasil Atual (São Paulo)
48. Rádio Câmara (Brasília)
49. Rádio Estadão (São Paulo)
50. Rádio Gaúcha (Porto Alegre)
51. Rádio Guaíba (Porto Alegre)
52. Rádio Justiça (Brasília)
53. Rádio Metrópole (Bahia)
54. Rádio Nacional (Brasília)
55. Rádio Nacional da Amazônia
56. Rádio Senado (Brasília)
57. Rádio UFMG (Belo Horizonte)
58. Record News (São Paulo)
59. Revista do Iesb (Brasília)
60. Revista Época (São Paulo)
61. Revista Sou Mais Eu (São Paulo)
62. Revista Voto (Brasília)
63. SBT (Brasília)
64. TV Band (Brasília)
65. TV Brasil (Brasília)
66. TV CNT (Brasília)
67. TV Cultura (Brasília)
68. TV Globo (Brasília)
69. TV Record (Brasília)

70. TV Senado (Brasília)
71. UOL (São Paulo)
72. Zero Hora (Porto Alegre)

Temas pautados:

1. Acupuntura.
2. Adaptação de crianças após mudança de cidade.
3. Adaptação de crianças durante a adoção.
4. Posicionamento do CFP em relação à possibilidade de universitários do curso de Psicologia precisarem prestar serviço ao SUS por dois anos, conforme já foi determinado para os estudantes de medicina a partir de 2015.
5. Alienação parental.
6. Atendimento psicológico no SUS.
7. Ato Médico.
8. Aumento do número de consultas com psicólogos em 32%.
9. Bem-estar no trabalho.
10. Bullying.
11. Campanha “Não à medicalização da vida”.
12. Carta do CFP ao Conad.
13. Caso do estupro de estrangeira em van no Rio de Janeiro. O que leva as pessoas a cometerem esse crime?
14. Comentar casos de estupro em Brasília – qual a dificuldade que essas pessoas passam após o ocorrido.
15. Pesquisa sobre diferenças neuropsicológicas e intelectuais de dois tipos de assassinos, os impulsivos e os predatórios.
16. Comissão da Verdade.
17. Como algumas pessoas respondem em situações de pressão, como, por exemplo, em situação de júri.
18. Como ausência do pai influencia na criminalidade.
19. Como jogos de violência influenciam na vida das pessoas.
20. Como o Facebook pode afetar a vida das pessoas.
21. Perfil do comportamento da juventude brasileira.
22. Comportamento masculino no trânsito e a correlação com o índice de acidentes.
23. Comunidades Terapêuticas.
24. Impacto do conteúdo impróprio para crianças e adolescentes na mídia.
25. Cura Gay.
26. Debate sobre internação compulsória.
27. Decisão 5ª Vara/RJ sobre a prática da acupuntura por psicólogos (os).
28. Declarações de Marco Feliciano contra a posição do CFP no seminário Psicologia e Sexualidade, na Câmara.

29. Depressão no trabalho.
30. Depressão pós-férias.
31. Desastres Naturais.
32. Especial da rádio Senado sobre o Dia do Psicólogo: fala sobre os PLs e a profissão.
33. Dia Mundial do Orgulho LGBT com foco no PDC nº 234/11.
34. Entrevista sobre temas gerais das políticas públicas de saúde.
35. Estatuto do Nascituro.
36. Fala do papa Bento contrária à legalização das drogas.
37. Financiamento de Comunidades Terapêuticas.
38. Geração pós-gay e violência homofóbica.
39. Hiperatividade – quadro Pergunte ao Doutor.
40. Importância do teatro na vida de crianças e autistas.
41. Incêndio em Santa Maria, aspectos psicológicos em sobreviventes e familiares.
42. Influência dos pais no sucesso profissional dos filhos.
43. Internação compulsória.
44. Internação forçada, impactos do PL nº 7.663/12 e o 4º Relatório de Inspeção do CFP.
45. Internação voluntária.
46. Laicidade.
47. Lei Maria da Penha.
48. Luta Antimanicomial.
49. Mães que estão mais atentas às necessidades de seus bebês, que respeitam a singularidade da criança e não seguem manuais têm recebido o título de mães com apego.
50. Adoção de crianças e adolescentes, abrangendo a importância dos vínculos familiares, o processo de tentativa de reconstrução dos vínculos das crianças e adolescentes com a família e adaptação no processo de adoção.
51. Jovens e adultos homossexuais que são submetidos a “tratamento médico” em clínicas de dependentes de drogas para se converterem heterossexuais.
52. Matéria sobre trânsito e comportamento.
53. Medicalização em estudantes.
54. Mudanças na imagem da mulher após tratamento de câncer.
55. Não conciliação da vida pessoal e da vida profissional.
56. Novo Manual de Doenças Mentais.
57. Pais gerenciarem mesada dos filhos.
58. Pesquisa afirma que fumantes sofrem mais emocionalmente que não fumantes.
59. Pesquisa sobre uso do celular no trânsito.
60. Posição do CFP com relação ao PDC nº 234/11.
61. Posicionamento do CFP sobre PL nº 7.663/10.
62. Possibilidade de outros profissionais também terem que trabalhar no SUS durante um tempo, assim como aconteceu com os médicos.

63. Preconceito no ambiente de trabalho.
64. Projeto de Lei nº 2.785/11, do Executivo, segundo a qual os filhos poderão fazer visitas periódicas aos pais nos presídios.
65. Psicologia do Trânsito.
66. Psicologia no trabalho e os impactos do mau uso na internet.
67. Quadro geral da Psicologia e as condições de trabalho da categoria.
68. Redução da maioria penal.
69. Relações entre trabalho e família.
70. Relatório da 4ª Inspeção em Unidades Psiquiátricas.
71. Reportagem sobre a portaria do Ministério da Saúde que diminui a idade mínima para fazer a cirurgia de mudança de sexo de 21 para 18 anos.
72. Resolução 001/99.
73. Revista vexatória de crianças nos presídios.
74. Saudade.
75. Saúde mental dos imigrantes brasileiros quando voltam ao País.
76. Sobre pedidos na corregedoria da PM - o que prevalece nas reclamações é a violência contra a mulher. Como isso se desdobra, trabalho violento e se o comportamento fica agressivo em casa.
77. Solicitou número de sites aprovados para atendimento online.
78. Suspensão da Resolução Depoimento Sem Dano.
79. Terapia sexual.
80. Trabalho e Formação Profissional sobre a linguagem corporal no ambiente de trabalho.
81. Trabalho infantil doméstico - riscos e traumas de criança forçada a trabalhar.
82. Uso de medicamentos de tarja preta por crianças.
83. Vida pós-licença maternidade para mães e filhos.
84. Vídeo Feliciano criticando o CFP.
85. Violência contra a mulher.
86. Aspectos psicológicos em decorrência da violência e da crueldade.

7.2 ARTIGOS PUBLICADOS

19 de fevereiro de 2013 – Folha de S.Paulo

A banalização de medidas autoritárias

Humberto Verona

1 de março de 2013 – Correio Braziliense

Redução da maioria penal: eles perdem, o Brasil também

Humberto Verona

27 de maio de 2013 – Jornal GGN (Blog do Nassif)

Drogas: internar não é solução

Humberto Verona

17 de maio de 2013 – Jornal do Brasil

Por trás da cura

Paulo Roberto Ceccarelli

3 de julho de 2013 – Site do CFP

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal está equivocada

Ana Mercês Bahia Bock

1º de setembro de 2013 – Site do CFP

Psicologia, religião, espiritualidade e laicidade

Humberto Verona

Maio de 2013 – Jornal do Federal

Laicidade ainda que tardia

Pedro Paulo Bicalho

7.3 PUBLICAÇÕES

Em 2013, foram lançadas as seguintes publicações:

Crepop



- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 58 p.



- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Caps - Centro de Atenção Psicossocial / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 132 p.



- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - Creas / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 58 p.



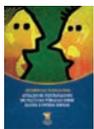
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 82 p.



- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas à Terra / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 122 p.

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012. 58 p.[1]

[1] A publicação foi editada em 2012, porém foi impressa somente em novembro de 2013.



- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Políticas sobre Álcool e Outras Drogas / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 82 p.

Livros



- A) CASAGRANDE, Domenico; TORESINI, Lorenzo; VENTURINI, Ernesto (autores). MATOS, Virgílio de (Organizador). KARAM, Maria Lúcia (Tradutora). O crime louco. Brasília: CFP, 2012. 351 p.



- B) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relatório do ano temático da avaliação psicológica 2011/2012. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 46 p.



- C) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Drogas, Direitos Humanos e Laço Social. Brasília: CFP, 2013. 160 p.



- D) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Regulação dos serviços de Saúde Mental no Brasil. Brasília: CFP, 2013. 160 p.



- E) LHULLIER, LOUISE A. (organizadora). Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho/Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.157p.

- F) LHULLIER, LOUISE A. (organizadora). Psicologia: Uma profissão de muitas e diferentes mulheres/Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP/UFSC, 2013. 250 p.



G) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Suicídio e os Desafios para a Psicologia/ Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 200 p.



H) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. A Verdade é Revolucionária: Testemunhos e Memórias de Psicólogas e Psicólogos sobre a ditadura civil e militar/ Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 600 p.

Cartilhas, Relatórios e outros



A) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. VIII CNP Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas profissionais a serviço da garantia de direitos: Manual do Participante. Brasília: CFP, 2013. 80 p.



B) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. VIII CNP Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas profissionais a serviço da garantia de direitos: Caderno de Deliberações. Brasília: CFP, 2013. 96 p.



C) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Série Drogas e Cidadania (Quadrinhos) – Episódio I SUS: A Solução que a Sociedade Brasileira Construiu. Brasília: CFP, 2013. 12 p.



D) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Série Drogas e Cidadania (Quadrinhos) – Episódio II – Crack: Epidemia ou sintoma? Brasília: CFP, 2013. 12 p.



E) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Série Drogas e Cidadania (Quadrinhos) – Episódio III – A volta dos manicômios. Brasília: CFP, 2013. 12 p.



F) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Série Drogas e Cidadania (Quadrinhos) – Episódio IV – Medicalização e sociedade. Brasília: CFP, 2013. 12 p.



G) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Série Drogas e Cidadania (Quadrinhos) – Episódio V- + uma história. Brasília: CFP, 2013. 12 p.



H) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Série Drogas e Cidadania (Quadrinhos) – Episódio VI-gentrificação: cidades segregadas. Brasília: CFP, 2013. 12 p.



I) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Redução da Idade Penal: Socioeducação não se faz com prisão /Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 56 p.



J) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (SÃO PAULO). Carta de Serviços sobre estágios e serviços-escola. Brasília: CFP, 2013. 24 p.



K) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 14ª REGIÃO (MATO GROSSO DO SUL). I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos – Propostas. Brasília: CFP, 2013. 20 p.



L) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da(o) psicóloga(o). Brasília: CFP, 2013. 22 p.



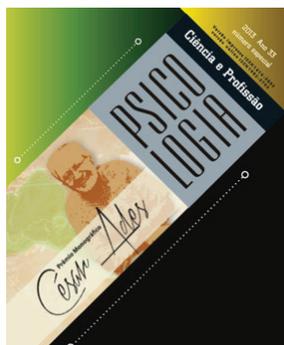
M) CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cartilha – Avaliação Psicológica 2013. Brasília: CFP, 2013. 54p

Em andamento:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Mostra de Práticas Psicológicas / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

PERIÓDICOS

a) Revista Psicologia: Ciência e Profissão



Em 2013, a Revista Psicologia: Ciência e Profissão publicou 68 artigos distribuídos em quatro edições. Em dezembro, foi lançada uma edição especial com os 14 artigos vencedores do Prêmio Monográfico César Ades.

Durante o ano, a revista recebeu 290 artigos, dos quais 156 estão em processo de avaliação, 24 foram aprovados para publicação, e os 110 restantes foram rejeitados por não se adequarem ao padrão da revista.

No dia 11 de dezembro de 2013 foi lançado um número especial da Revista Psicologia Ciência e Profissão inteiramente dedicado aos manuscritos contemplados no Prêmio Monográfico César Ades: Desafios para o Futuro da Psicologia, instituído pelo XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia e realizado em 2013.

O Prêmio foi inspirado nas discussões protagonizadas pelo Professor César Ades, quando Presidente do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, de 2010 a 2012, ocasião em que, estimulado pelos desafios postos pela realidade social e pelos rumos da pesquisa, da ciência e da profissão, em Psicologia, participou da articulação de um grupo de trabalho formado por pesquisadores de várias áreas da profissão, atuando em diversas instituições, de

diferentes regiões do país e sob diversas abordagens teóricas, para, em conjunto, realizarem um Seminário sobre o Futuro da Psicologia, que ocorreu em 2011, em São Paulo. Portanto, os trabalhos publicados nessa edição revelam a importância e os desafios para a construção de uma agenda estratégica para o futuro da Psicologia no Brasil e na América Latina.

Compuseram a Comissão Editorial da revista:

- Editora Responsável: Marilene Proença Rebello de Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo (SP) - Brasil);
- Neusa Maria de Fátima Guareschi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS) - Brasil);
- Henrique Figueiredo Carneiro (Universidade de Pernambuco, Garanhuns (PE) - Brasil);
- Marcelo da Silva Araújo Tavares (Universidade de Brasília, Brasília (DF) - Brasil);
- Nilson Gomes Vieira Filho (Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM) - Brasil);
- Luis Antônio dos Santos Baptista (Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (RJ) - Brasil).

b) Boletins

O boletim de notícias do CFP, com periodicidade semanal, divulga as notícias mais recentes da autarquia. Durante o ano de 2013, foram enviados 44 boletins.

Para comunicados urgentes e conteúdo temático, são enviados boletins especiais. Ao longo do ano, foram 33.

c) Jornal do Federal

O Jornal do Federal, periódico que apresenta matérias e textos diversos na área de Psicologia e relata as atividades que envolvem o Sistema Conselhos de Psicologia, teve três edições no ano de 2013, sendo que a edição nº 107, de junho de 2013, trouxe informações sobre o processo eleitoral e as chapas que estavam concorrendo ao federal e aos regionais.

Confira os Jornais produzidos em 2013:



1. Jornal do Federal nº 106 – Maio 2013
2. Jornal do Federal nº 107 – Junho 2013
3. Jornal do Federal nº 108 – Novembro de 2013

7.4 NOTAS E MANIFESTOS

Em 2013, o CFP participou de diversas mobilizações e manifestações em defesa dos interesses da categoria. Ao todo, foram elaboradas 19 iniciativas, envolvendo manifestos e notas públicas sobre temas polêmicos como Ato Médico, política de drogas no Brasil, homossexualidade, laicidade, entre outros.

7 de outubro – CFP divulga esclarecimento sobre mudança na avaliação psicológica no contexto do trânsito.

4 de setembro – O Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso do Sul (CRP-14) manifestam-se sobre situação ocorrida na cidade de Paranaíba (MS), em que professor de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi ameaçado pelo prefeito do município.

29 de agosto – A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia manifesta publicamente seu repúdio ao assassinato do líder quilombola Teodoro Lator de Lima, conhecido como Senhor Lator, executado no dia 19 de agosto, em Belém, capital paraense.

22 de agosto – CFP posiciona-se a favor do programa Mais Médicos, do Ministério da Saúde.

21 de agosto – Nota do CFP sobre o Ato Médico. Vitória da Psicologia e da Saúde: Congresso mantém vetos.

27 de julho – CFP divulga Manifesto Nacional do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Saúde (Fentas), do qual é integrante, pela manutenção do veto parcial da presidenta Dilma Rousseff à Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, conhecida por Ato Médico, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da medicina.

23 de julho – O Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) divulgou moção de repúdio à tentativa de redução da idade para responsabilização penal. CFP entende que qualquer proposta que modifique o sistema constitucional que reconhece prioridade e proteção especial a crianças e adolescentes é inconstitucional.

19 de junho – Conselho Federal de Psicologia divulga manifesto em defesa do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL).

17 de junho – CFP posiciona-se contra a aprovação do PL do Ato Médico, com ferramenta de envio de manifestos aos parlamentares e nota pública contrária à aprovação do Projeto de Lei Suplementar (PLS) nº 268/2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina, conhecido como Ato Médico.

14 de junho – CFP se manifesta e divulga vídeo que mostra as implicações do PL do Ato Médico caso seja aprovado.

12 de junho – Nota do CFP sobre ação do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad).

12 de junho – No Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) explicitou sua posição em defesa da garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

6 de junho – CFP é contrário à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 33/2012, que prevê possibilidade de desconsideração da inimizabilidade penal.

24 de maio – CFP elabora nota de apoio à Resolução nº 1/1999, que orienta profissionais da área a não usar a mídia para reforçar preconceitos contra os homossexuais nem propor tratamento para curá-los.

17 de maio – O Conselho Federal de Psicologia (CFP) apoia a Carta em Defesa da Razão e da Vida, contrária ao Projeto de Lei nº 7.663/10, de autoria do deputado Osmar Terra (PMDB/RS), que prevê mudanças na Lei Antidrogas nº 11.343/06.

10 de abril – O Conselho Federal de Psicologia (CFP) manifestou-se em frente ao Congresso Nacional contra a intolerância em relação ao tema das drogas do Brasil.

25 de março – CFP divulga parecer contrário ao PL nº 7.663/10, que altera a política de drogas brasileira, e envia carta aos líderes das bancadas na Câmara dos Deputados.

7 de fevereiro – O Conselho Federal de Psicologia (CFP) manifesta publicamente seu repúdio às declarações do pastor Silas Malafaia, feitas em 3 de fevereiro, durante um programa de entrevistas exibido pelo SBT.

18 de janeiro – Conselho Federal de Psicologia posiciona-se contra a internação compulsória como medida emergencial para tratamento de drogas, revela a falta de cuidado, de atenção à saúde dos usuários, além de reafirmar a falha do Estado na criação e aplicação de políticas públicas.

7.5 SITES

- Criança e Adolescente - <http://criancaeadolescente.cfp.org.br/>.
- XI CONPE (Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional) - <http://conpe.com.br/>.
- VII Congresso Nacional da Psicologia - <http://cnp.cfp.org.br/>.
- A Psicologia pela igualdade étnico-racial - <http://relacoesraciais.cfp.org.br/>
- VII Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas - <http://politicaspublicas.cfp.org.br/>.

7.5.1 Site em fase de produção

- Reformulação do site Drogas e Cidadania - <http://drogasecidadania.cfp.org.br/>.

7.6 PÁGINAS DE TRANSMISSÃO

- II Seminário Psicologia no Suas: Contribuições, desafios e percepções - <http://www2.pol.org.br/aovivo/suas2013/>.
- Suicídio: O luto dos sobreviventes - <http://www2.pol.org.br/aovivo/debate-suicidio-luto/>.
- A questão da terra: os indignados e a contemporaneidade - <http://www2.pol.org.br/aovivo/terra/>.
- Psicologia e Creas: Identidade e desafios - <http://www2.pol.org.br/aovivo/creas/>.
- Coletiva a sobre a situação dos Guarani Kaiowá e as medidas a serem tomadas para buscar soluções - <http://www2.pol.org.br/aovivo/coletiva/>.
- Seminário “Psicoterapia nas Políticas Públicas em Saúde”

7.7 REDES SOCIAIS

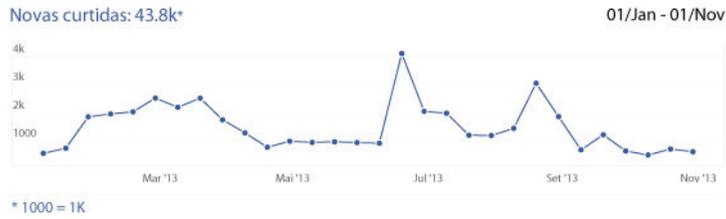
Em 2013, o Conselho Federal de Psicologia cresceu ainda mais nas redes sociais que utiliza (Facebook, Twitter e Youtube) e fortaleceu o uso como instrumentos potencializadores do diálogo e atendimento entre o CFP, psicólogas, psicólogos e a sociedade em geral.

Os canais de comunicação em mídias sociais mostraram-se extremamente positivos para a divulgação de notícias, pois estas passaram a ser discutidas por meio de comentários e tweets, que foram amplamente compartilhados.

Além disso, os canais de comunicação foram utilizados para cobertura de eventos promovidos pelo CFP como debates, seminários (presenciais ou online) e plantões especiais, como a votação da Lei do Ato Médico (12.842/13) e o processo eleitoral do Sistema Conselhos que, pela primeira vez, contou com votação online.

Crescimento

O Facebook teve crescimento exponencial desde o início de 2013. A página do CFP chegou a 81.215 curtidas/likes. Apenas neste ano, mais de 43 mil pessoas curtiram a página. Durante a semana das Eleições 2013, a página do CFP obteve 3.517 curtidas/likes e as postagens do plantão e resultados do processo eleitoral foram exibidas (impressas) para 3.6 milhões de perfis.



No Twitter, o CFP chegou a 9.858 seguidores, com crescimento de mais de 2 mil seguidores apenas em 2013.



O CFP divulgou, em seu canal no Youtube (<http://youtube.com/confederalpsicologia>), 305 vídeos em 2013. Com 2.164 inscritos, o canal já teve 368.166 visualizações.

Em 2013, o canal teve crescimento de 1.112 inscritos.



Em 2013, o canal contou com 127.970 visualizações, resultando em 649.768 minutos assistidos. Os locais de reprodução preferidos são:

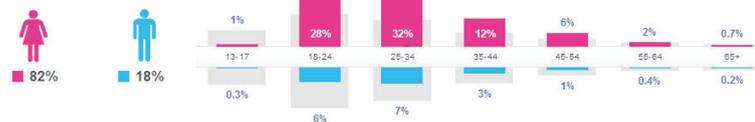


Público nas redes sociais

Os canais de comunicação do CFP são frequentados por profissionais, estudantes e pessoas interessadas e ligadas aos temas que fazem interface com a Psicologia. Destaca-se, entre as redes, a maior participação feminina entre quem segue e curte o CFP:

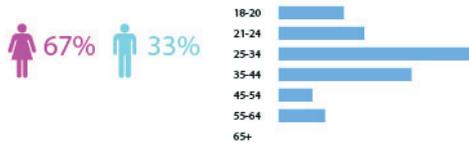
Facebook

IDADE E SEXO DE QUEM CURTIU A PÁGINA DO CFP

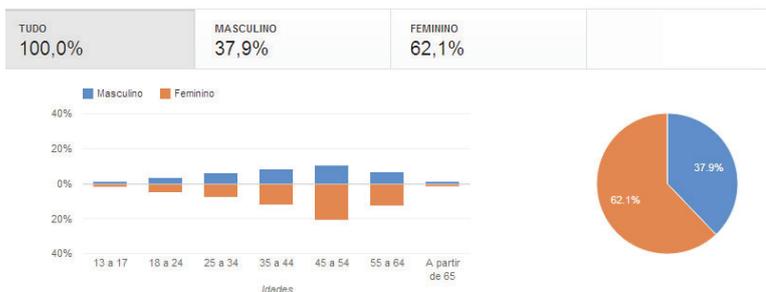


Twitter

IDADE E SEXO DOS SEGUIDORES



Youtube



Conteúdo

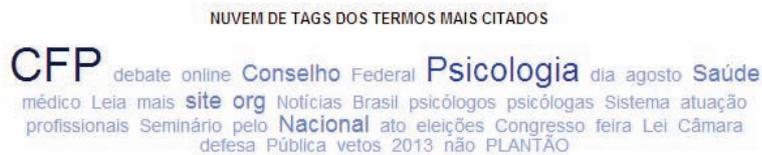
O Conselho Federal de Psicologia utilizou seus canais de comunicação para reforçar a divulgação de eventos, notas técnicas, notícias e outros assuntos de interesse da categoria. As publicações nas redes seguiram os seguintes formatos:

- Somente texto;
- Texto com imagem (banners, infográficos ou fotos);
- Imagens;
- Vídeos.

No Facebook, foram postadas 630 publicações enquanto no Twitter foram postadas 232 publicações em 2013.

No Facebook, as publicações receberam o total de 259.601 curtidas/likes (soma do número de curtidas/likes nas publicações e nos comentários) e 20.173 comentários nas publicações, resultando em uma média de 31 comentários por publicação. No Twitter, as publicações receberam o total de 561 respostas diretas e alcançaram mais de 1.3 milhão de perfis na rede.

Termos mais citados nas postagens de 2013

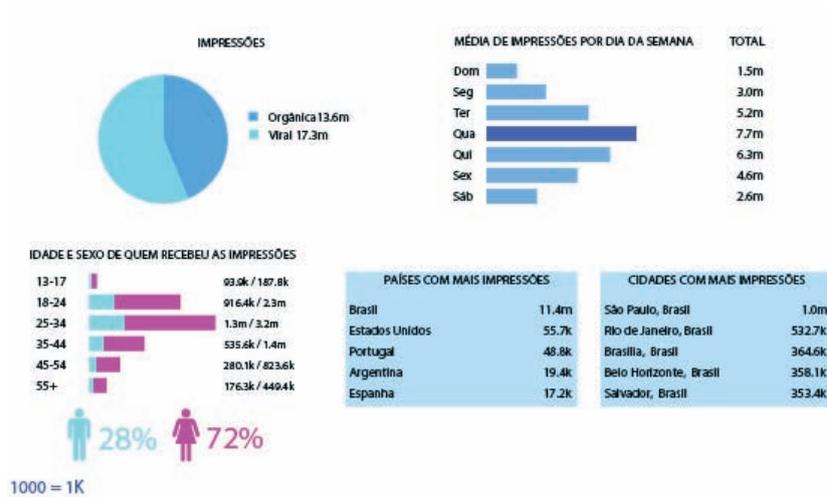


Alcance e impacto das publicações

Em 2013, as publicações do CFP foram impressas (exibidas) para mais de 12 milhões de perfis no Facebook.

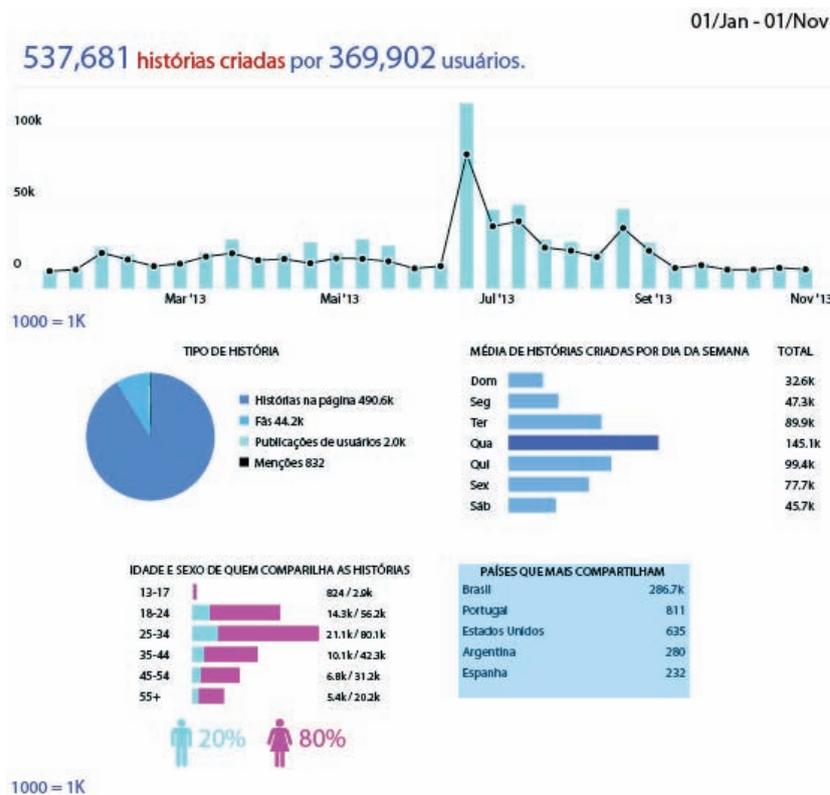
Impressão é a medida de quantas vezes nossas publicações apareceram dentro do Facebook. É a soma do número de pessoas que viram direto na página do CFP, em compartilhamentos ou outras aparições na “Linha do Tempo” – através de quem segue ou de quem curte uma publicação do CFP.





Compartilhamento

Em 2013, o CFP aumentou o diálogo com a categoria, promovendo debates sobre os pontos criados e divulgados nos canais de comunicação utilizados. Ao longo do ano, foram criadas mais de 570 mil histórias por terceiros. Essas histórias são todas as interações que ligadas ao conteúdo postado pelo CFP ou compartilhadas pela rede, feitas por quem curtiu a página do CFP ou quem não curtiu, mas se identificou com o tema e fez algum comentário ou compartilhou a informação.



Publicações mais vistas no ano

- Nota do CFP: aprovação do PDC nº 234/2011 é um retrocesso para os Direitos Humanos.



Alcance:	622.592
Curtidas/likes:	23.243
Comentários:	2.616
Compartilhamentos:	13.146

- Vitória da Saúde: Psicologia comemora decisão corajosa da presidenta Dilma ao vetar parcialmente o PL do Ato Médico.



Alcance:	589.312
Curtidas/likes:	20.465
Comentários:	1.787
Compartilhamentos:	10.919

- Nota pública do Conselho Federal de Psicologia sobre PL do Ato Médico.



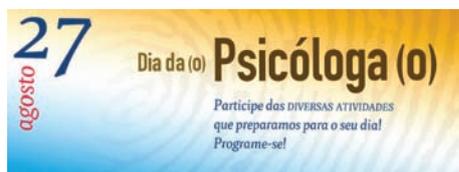
Alcance:	530.944
Curtidas/likes:	17.187
Comentários:	1.631
Compartilhamentos:	11.146

- O Ato Médico não pode ser aprovado!



Alcance:	331.776
Curtidas/likes:	9.825
Comentários:	1.253
Compartilhamentos:	7.611

- Psicóloga(o), confira as diversas atividades que preparamos para o seu dia!



Alcance:	172.096
Curtidas/likes:	7.643
Comentários:	1.017
Compartilhamentos:	2.657

8. ADMINISTRATIVO FINANCEIRO



No período de janeiro a setembro de 2013, a receita do CFP atingiu R\$ 19.264.704,88, que representa 81,81% da prevista, e as despesas atingiram R\$ 18.066.390,38, que representam 76,78% do fixado, obtendo-se superávit orçamentário parcial no montante de R\$ 1.198.314,50.

Na análise patrimonial no período acima, comparado com o exercício de 2012, o Conselho Federal de Psicologia obteve superávit patrimonial até 30/09/2013 de R\$ 218.181,03, aumentando seu patrimônio líquido em 1,58%.

Auditoria

Foram realizadas auditorias contábeis e de gestão em todos os Conselhos Regionais e no Conselho Federal, pelas empresas UHY Moreira Auditores e Maciel Auditores S/S, abrangendo o exercício de 2012, de forma a verificar os procedimentos adotados para a autarquia e as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU).

Comparativo de Receita e Despesa do Conselho Federal de Psicologia			
Receita (em reais)	2011	2012	2013*
Receitas Correntes	17.188.081,74	18.282.531,55	18.333.840,46
Receita Patrimonial	1.220.600,56	713.774,98	204.853,98
Receita de Serviços	17.012,64	16.907,82	93.155,34
Transferências Correntes (Cota Parte)	15.746.449,43	17.174.608,13	17.713.520,72
Outras Receitas Correntes	204.019,11	377.240,62	322.310,42
Receitas de Capital	1.564.136,10	256.088,64	930.864,42
Amortização de Empréstimos (CRPs)	364.136,10	256.088,64	930.864,42
Outras Receitas de Capital (superávit proposto)	1.200.000,00	-	-
Total da Receita	18.752.217,84	18.538.620,19	19.264.704,88
Despesa (em reais)	2011	2012	2013*
Despesas Correntes	16.644.159,56	22.933.635,82	17.976.072,78
Despesas de Custeio	14.348.787,55	20.035.079,07	15.883.547,38
Transferências Correntes	2.295.372,01	2.898.556,75	2.092.525,40
Despesas de Capital	1.918.215,32	1.597.196,43	90.317,60
Investimentos (aquisição de equipamentos)	1.073.215,32	1.056.896,43	30.317,60
Inversões Financeiras (empréstimos aos Regionais)	845.000,00	540.300,00	60.000,00
Transferências de Capital (inadimplência/reservas)			
Total da Despesa	18.562.374,88	24.530.832,25	18.066.390,38
Superávit / (Déficit) do Exercício	189.842,96	-5.992.212,06	1.198.314,50

* Nota: Os valores demonstrados para o exercício de 2013 compreendem o período de janeiro a setembro de 2013.

9. ASSESSORIA PARLAMENTAR



Frente à necessidade de uma maior articulação institucional do Conselho Federal de Psicologia com o Congresso Nacional, foi instituído na estrutura do CFP uma instância capaz de acompanhar os Projetos de Lei de interesse da Psicologia e dar suporte na interlocução com o Congresso Nacional.

Em sua estrutura organizacional está a Divisão de Relações Parlamentares do Conselho Federal de Psicologia com a atribuição de auxiliar o Plenário em sua representação política e legislativa e ocupar-se das relações com o Congresso Nacional. Também cabe à Divisão acompanhar a tramitação de projetos e disseminar informações sobre as matérias de interesse da Psicologia discutidas pelos parlamentares para obter sua adesão. Além disso, ajuda a organizar a agenda de eventos e compromissos dos representantes do CFP junto aos congressistas e acompanhar reuniões e audiências das Comissões.

Em 2013, o CFP acompanhou a tramitação de mais de cem projetos de lei. Entre os projetos prioritários, estão:

- PL nº 4.364/12, que altera a Lei nº 5766 de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia;
- PLS nº 402/2008, que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da Dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica;
- PL nº 6.126/2013, que altera a Lei nº 12.842 (conhecida por Lei do Ato Médico), de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina;
- PL nº 3.338/2008, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos psicólogos;
- PL nº 5.440/2009, que dispõe sobre o piso salarial dos profissionais de Psicologia;
- PL nº 3.512/2008, que dispõe sobre a regulamentação da Psicopedagogia;
- PL nº 3.688/2000, que dispõe sobre a introdução de assistente social e psicólogo no quadro de profissionais de educação em cada escola;
- PLS nº 247/2012, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes;
- PLC nº 37/2013, que reformula o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas;

- PLS nº 228/2010, que inclui entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino à promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying;
- PL nº 60/1999, que dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual e estabelece que o atendimento deverá ser imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento do ponto de vista físico e emocional da vítima;
- PL nº 5.680/2013, que dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional;
- PEC nº 20/1999, que reduz para 16 (dezesesseis) anos a idade para imputabilidade penal;
- PL nº 5.369/2009, que Institui o Programa de Combate ao “Bullying”;
- PLC nº 134 de 2009, que institui o Sinase - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; cria um plano individual de cumprimento das medidas socioeducativas, que poderá ocorrer em programa de meio aberto ou programa de privação de liberdade, com requisitos específicos para cada espécie; e transfere ao Executivo os programas socioeducativos, atualmente sob responsabilidade do Judiciário;
- PL nº 5.921/2001, que proíbe a publicidade/ propaganda para a venda de produtos infantis;
- PLS nº 593/1999, que dispõe sobre a permissão da aplicação de medidas sócioeducativas aos infratores que atingirem a maioridade penal;
- PL nº 267/2011, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante;
- PL nº 478/2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências;
- PLS nº 112/2006, que dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência;
- PLS nº 236/2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro;
- PL nº 929/2007 (PLC nº 235/2009), que dispõe sobre o Dia Nacional de Atenção à Dislexia;
- PL nº 1.549/2003, que disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências;

- PL nº 4.312/2008, que garante aos pacientes internados involuntariamente que não tenham antecedentes criminais o direito à revisão de sua internação, no mínimo a cada 6 (seis) meses, exigir que a avaliação seja feita por médico que não o responsável pela internação psiquiátrica;
- MPV nº 621/2013, que institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências;
- PL nº 3.397/2012, que garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escarpelamento;

* PL nº 1.687/2011, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a avaliação psicológica nos cursos de reciclagem de motoristas infratores.

10. COORDENAÇÃO JURÍDICA



No desenvolvimento das atividades da Coordenação Jurídica ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2013, foram desenvolvidas as seguintes ações e atividades:

- 1 Desenvolvimento de medidas extrajudiciais, administrativas e judiciais, na forma e nos termos previamente ajustados com o CFP, acompanhando e defendendo seus interesses em Brasília (DF), e excepcionalmente em todo território nacional;
- 2 Assessoramento jurídico ao Plenário, à Diretoria e demais setores do Conselho Federal de Psicologia;
- 3 Elaboração de pareceres, contratos, convênios, memorandos, ofícios, petições, recursos e outros instrumentos jurídicos típicos do exercício profissional de advogado, além da elaboração dos instrumentos normativos do CFP (Resoluções, Instruções Normativas, Portarias etc.);
- 4 Assessoramento e prestação de consultoria, quando necessário, nos processos decorrentes do exercício profissional de competência do CFP;
- 5 Acompanhamento judicial de processos que tramitaram em outros Estados da Federação.
- 6 Elaboração de pareceres nos editais de licitação do Conselho Federal de Psicologia nas modalidades Pregão, Tomada de Preços, Convite e Leilão;
- 7 Elaboração de pareceres conclusivos sobre as diversas consultas formuladas, mormente sobre a realização de procedimentos licitatórios, o exercício profissional, procedimentos na área trabalhista, além de resposta às consultas formuladas pelos Conselhos Regionais de Psicologia;
- 8 Orientação quanto à tramitação de processo ético nos novos Conselhos Regionais de Psicologia;
- 9 Acompanhamento das reuniões do fórum dos Conselhos Federais de Profissão Regulamentada, bem como de audiências no Congresso Nacional acompanhando proposições de interesse da psicologia;
- 10 Assessoramento jurídico à Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças - Apaf;
- 11 Acompanhamento, direcionamento, assessoramento do Sistema Conselhos de Psicologia no Processo Eleitoral.

11. OUVIDORIA



APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria é o canal através do qual o cidadão participa de forma efetiva dos diversos assuntos que dizem respeito à Psicologia. A sua criação surgiu da necessidade apontada pelos profissionais da área durante o VII Congresso nacional da Psicologia, ocorrido entre os dias 3 a 6 de junho de 2010.

MISSÃO DA OUVIDORIA

Por meio da ouvidoria, a categoria dos profissionais psicólogos e de outros setores da comunidade em geral podem exercer seus direitos de cidadania, quer criticando, elogiando, sugerindo ou questionando as medidas que venham ao encontro dos interesses da coletividade.

A ouvidoria tem como uma de suas metas a busca eficaz e a solução dos questionamentos que aportam sob a forma de demandas, visando sempre por meio de informações e sugestões, o aprimoramento da prestação de serviços, permitindo-se o conhecimento do grau de satisfação do usuário dos serviços e mecanismos de soluções oferecidos pela instituição. Por isso, constitui-se em um importante instrumento de interação entre o órgão e o ambiente na busca de soluções de conflitos, colaborando eficazmente para a continuidade de programas de qualificação.

DADOS LEVANTADOS PELA OUVIDORIA DO CFP

Desde o início efetivo de suas atividades, em 30 de agosto de 2011, a Ouvidoria do CFP já perfez aproximadamente 2200 atendimentos, somados os contatos virtuais, telefonemas e demandas recebidas e encaminhadas. Destes, pouco mais de 700 contatos ocorreram apenas no ano de 2013. Destacam-se entre os contatos mais realizados, os atendimentos via e-mail e sistema telefônico. Desse total, no ano de 2013, um percentual de 56,5% das demandas foram recebidas via e-mail e 43,5% por telefone.

A porcentagem de resposta para as demandas recepcionadas e contatos recebidos fica em torno de 37% por parte do Conselho Federal de Psicologia, tendo em vista que os outros 63% ficam por conta dos Conselhos Regionais que respondem diretamente aos Demandantes com devolutiva de atendimento à Ouvidoria por se tratar de demandas específicas e locais.

CFP E CRPs

Atualmente, do total de demandas recepcionadas, cerca de 10% encontra-se em fase de análise e providências para resposta pelos setores competentes do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia.

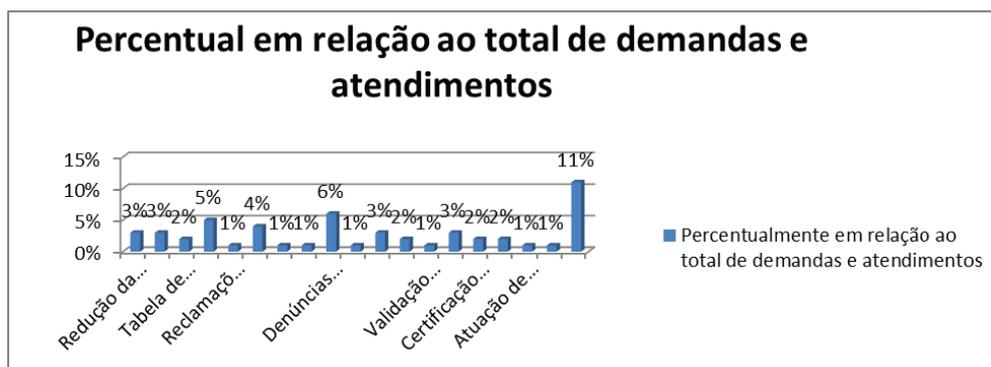
Entre os diversos temas relativos às demandas atendidas ou que são mais frequentemente apresentadas, destacam-se:

- Redução da jornada de trabalho para o profissional psicólogo;
- Piso salarial;
- Atendimento prestado pelos Conselhos Regionais;
- Valor da anuidade;
- Inadimplência e suas consequências;
- “Cura para homossexualidade”;
- Estatuto da Diversidade;
- Ato Médico;
- Denúncias de sites que oferecem testes psicológicos cuja aplicabilidade é exclusiva dos psicólogos;
- Denúncias contra a conduta de profissionais psicólogos;
- Regulamentação específica sobre o psicólogo enquanto perito judicial;
- Expedição de atestado de saúde por psicólogo;
- Cadastro nacional de psicólogos;
- Legislação sobre reconhecimentos de práticas psicológicas;
- Validação de testes de avaliação;
- Aposentadoria do psicólogo;
- Realização de prova para especialista;
- Certificação ou reconhecimento de cursos de pós-graduação pelo CFP;
- Atribuições do profissional de Psicologia;
- Atuação de psicólogos brasileiros no exterior e de psicólogos estrangeiros no Brasil;
- Política antimanicomial;
- Psicologia na grade curricular do ensino médio;
- Os psicólogos e sua atuação profissional junto aos Detrans e à fiscalização do exercício profissional pelos Conselhos Regionais de Psicologia.

Além dessas demandas, houve também, ao longo de 2013:

- Denúncias éticas;
- Reclamações quanto à falta de informações sobre procedimentos éticos;
- Orientações aos profissionais;
- Reclamações sobre atendimento;
- Renegociação de anuidades em aberto;
- Redução de juros e multas;
- Atuação das comissões de fiscalização;
- Fiscalização em clínicas de saúde mental;

Ouvidoria/CFP			
Atividades			
Demandas relevantes mais acolhidas pela Ouvidoria			
Tipo de Assunto/Demanda	Percentualmente em relação ao total de demandas e atendimentos	Atendimentos	Demandas
Redução da jornada de trabalho	3%	67	33
Piso salarial	3%	67	33
Tabela de Honorários profissionais	2%	45	21
Ato Médico	5%	112	54
Reclamações quanto à atuação do CFP	1%	23	11
Reclamações quanto à atuação dos CRPs	4%	90	43
Os Psicólogos e o Poder Judiciário	1%	23	11
A Aposentadoria do Psicólogo	1%	23	11
Denúncias de sites com testes gratuitos	6%	135	65
Expedição de atestado de saúde por psicólogo	1%	23	11
Cadastro Nacional de Psicólogos	3%	67	33
Informações sobre práticas psicológicas	2%	45	21
Validação de testes de avaliação psicológica	1%	23	11
Realização de prova para especialista	3%	67	33
Certificação de pós-graduação pelo CFP	2%	45	21
Atribuições do profissional de Psicologia	2%	45	21
Atuação de psicólogos nacionais e estrangeiros	1%	23	11
Os psicólogos e os Detrans	1%	23	11
Demandas diversificadas ou de menor relevância	11%	248	120
Total de atendimentos e demandas pelo Conselho Federal de Psicologia	41,50%	923	454
Atendimentos e demandas acolhidas pela Ouvidoria e direcionadas aos Conselhos Regionais	47,50%	1079	518
Total	100%	2.250	1.092



PROJETOS DA OUVIDORIA

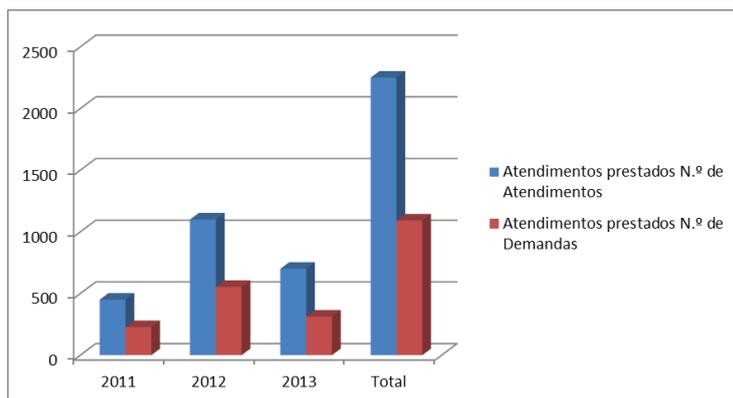
- Ampliar o número de atendimentos;
- Dialogar direta e intensamente com os Conselhos Regionais, visando o atendimento das demandas acolhidas no menor espaço de tempo possível;
 - Adequar e fomentar o sistema de gerenciamento de ouvidoria, objetivando o controle de qualidade com relação à satisfação dos demandantes em relação ao atendimento prestado pelo Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e a própria Ouvidoria;
 - Discutir com os setores do Conselho Federal de Psicologia e com os Conselhos Regionais de Psicologia, mecanismos de otimização de serviços, fluxo de demandas e prazos concorrentes que possam apresentar formas eficazes de solução.

AVALIAÇÃO

Houve aumento significativo em relação aos atendimentos e demandas da Ouvidoria nos últimos dois anos. Em 2011, houve em torno de 450 atendimentos e 217 demandas. Já em 2013, até o momento, houve aproximadamente 700 atendimentos e 314 demandas. Os “atendimentos”, assim denominados, englobam os “diversos contatos” recebidos e remetidos pela Ouvidoria, via e-mail, atendimentos via telefone com resposta imediata, contatos com demandantes, Conselhos Regionais e contatos com os diversos setores da instituição.

O número total de demandas cadastradas, finalizadas ou em andamento somam aproximadamente 1.092 e o total de contatos realizados, pouco mais de 2.250. Do total de demandas recebidas pela Ouvidoria, cerca de 7%, ou seja, 88 demandas ainda estão em aberto ou sendo resolvidas.

Ouvidoria/CFP		
Atividades		
Atendimentos prestados		
Ano	Nº de Atendimentos	Nº de Demandas
2011	450	227
2012	1100	553
2013	700	312
Total	2250	1092



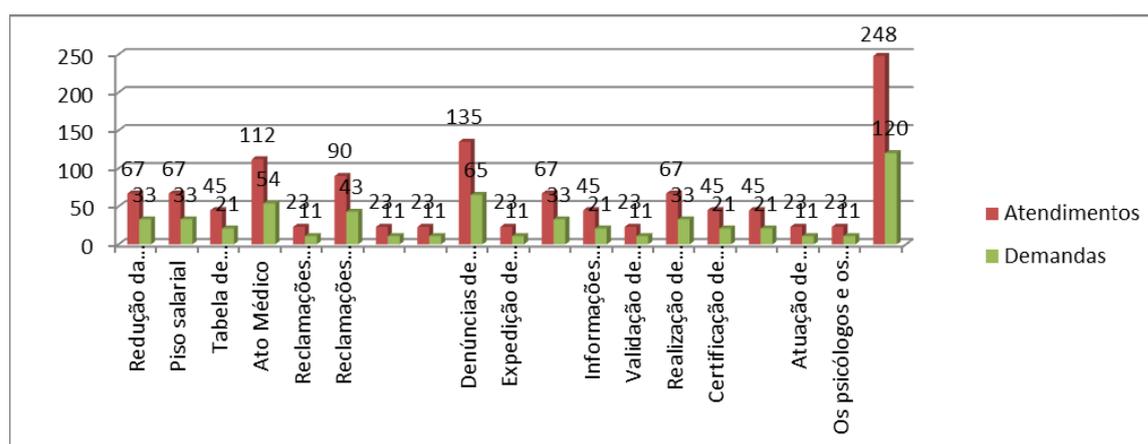
Ouvidoria/CFP

Atividades

Demandas relevantes mais acolhidas pela Ouvidoria

Tipo de Assunto/Demanda	Percentualmen- te em relação ao total de de- mandas e aten- dimentos	Atendimentos	Demandas
Redução da jornada de trabalho	3%	67	33
Piso salarial	3%	67	33
Tabela de Honorários profissionais	2%	45	21
Ato Médico	5%	112	54
Reclamações e críticas quanto à atuação do CFP	1%	23	11
Reclamações e críticas quanto à atuação dos CRPs	4%	90	43
Os Psicólogos e o Poder Judiciário - Regulamentação específica sobre o psicólogo enquanto perito judicial e orientações quanto ao procedimento quando de suas nomeações como assistentes jurídicos	1%	23	11
A Aposentadoria do psicólogo	1%	23	11
Denúncias de sites que oferecem testes psicológicos cuja aplicabilidade é exclusiva dos psicólogos	6%	135	65
Expedição de atestado de saúde por psicólogo	1%	23	11
Cadastro Nacional de Psicólogos	3%	67	33
Informações sobre legislação a respeito de reconhecimento de práticas psicológicas	2%	45	21
Validação de testes de avaliação psicológica	1%	23	11
Realização de prova para especialista	3%	67	33

Certificação ou reconhecimento de cursos de pós-graduação pelo CFP	2%	45	21
Atribuições do profissional de Psicologia	2%	45	21
Atuação de psicólogos brasileiros no exterior e de psicólogos estrangeiros no Brasil	1%	23	11
Os psicólogos e sua atuação profissional junto aos Detrans e a fiscalização do exercício profissional pelos Conselhos Regionais de Psicologia	1%	23	11
Demandas diversificadas ou de menor relevância	11%	248	120
Total de atendimentos e demandas pelo Conselho Federal de Psicologia	41,5%	923	454
Atendimentos e demandas acolhidas pela Ouvidoria e direcionadas aos Conselhos Regionais	47,5%	1079	518
Total	100%	2.250	1.092



12. CORPO FUNCIONAL DO CFP

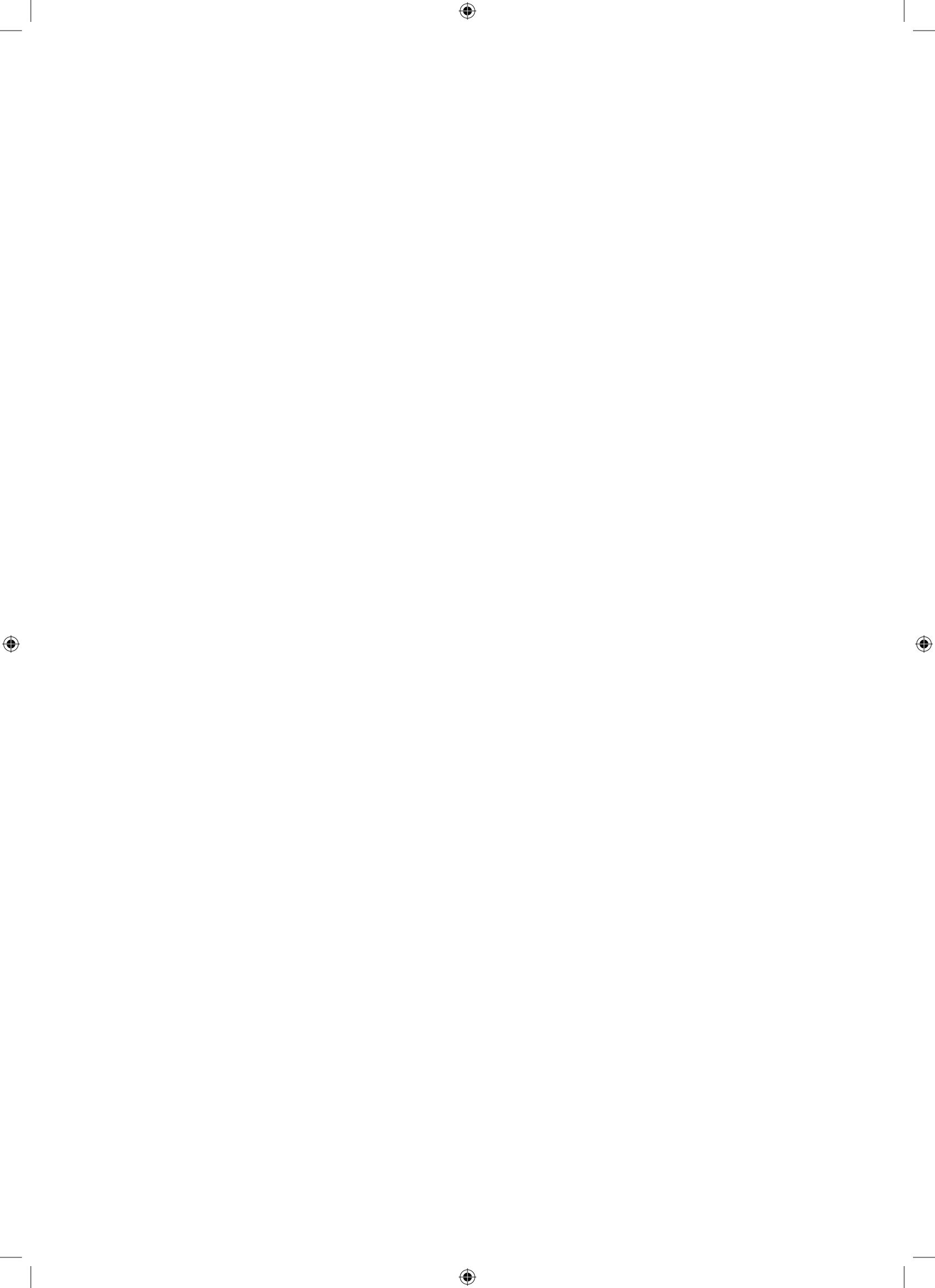


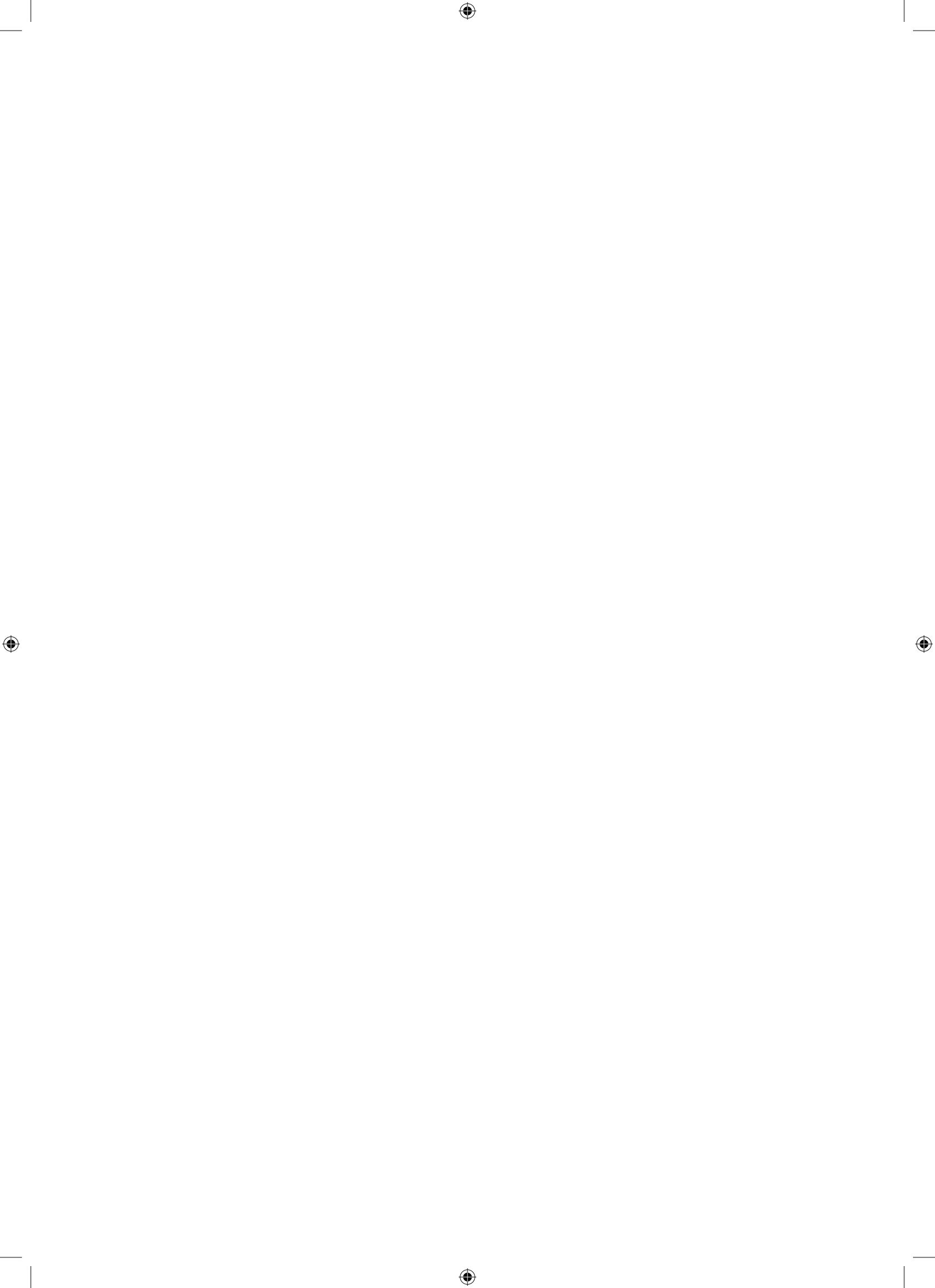
QUADRO DE FUNCIONÁRIOS - OUTUBRO/2013

COORDENAÇÃO	DIVISÃO	NOME
ADMINISTRATIVA FI- NANCEIRA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	GILSON DE SOUZA OLIVEIRA
	APOIO LOGÍSTICO	WLADMIR ROGERIO DOS REIS
		ALEXANDRE DE MEDEIROS JACOB
		ISABELA KANJO NASSER
	COMPRAS	RONALDO FIRMO FURTADO
		CALEB OLIVEIRA FREITAS
	CONTÁBIL	HELDER BAPTISTA DA SILVA
		JOSE ARNALDO DE GOIS JUNIOR
		RENAN GUIMARAES COSTA
	DESENVOLVIMENTO	LEOMAR DA SILVA SANTANA
		ELTON RAMOS DA SILVA
		IVAN MORAES DE OLIVEIRA
		KARINA ROCHA DA C P ANTUNES
		RAFAEL PEREIRA PERDIGÃO
	FINANCEIRA	ROSANGELA DUARTE DE ALMEIDA
		JOSE ELI DE VASCONCELOS FILHO
		LUDIMILA ROSA DE MATOS
	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	LISLLY TELLES DE BARROS
		THIAGO DE MÉLO PACHECO
		VERÔNICA DUARTE R DE ARAÚJO
	INFRA-ESTRUTURA E SUPORTE	ANTONIO CARLOS R DE OLIVEIRA
		CLEISON REIS SANTOS
		DENIS CLEON COELHO DA SILVA
		MARCELO SIQUEIRA GONÇALVES
	SUPORTE	ANTONIO CARLOS EVERTON MUNIZ
		DANIEL HENRIQUE DE ARAUJO
		DIEGO RAMOS CASTRO
FABIO ALMEIDA DA TRINDADE		
MACELO DE SOUZA ALVES		
POLIANA KILIAN G DE C VIEIRA		
ASCOM	ASCOM	ANA CLARA DE MEDEIROS ARAUJO
		CAROLINA MENKES REIS
		FERNANDA DE ARAÚJO MENDES
		FLAVIA INHAE M. DE C. SILVA
		LÍVIA DOMENEGHETTI DAVANZO
		MARCOS CAVALCANTE NOBRE
		PABLO EMILIO M F LEANDRE
		PRISCILA DELGADO DE CARVALHO
		FERNANDA DE ARAÚJO MENDES
		ASCOM/ EDITORAÇÃO
MARCELA ALICE DE ANDRADE		

CG	ABEP	CAROLINA PEREIRA BARBOSA
	CG	YVONE MAGALHÃES DUARTE
		MICHAEL MOLINARI ANDRADE
		ANA INES SOUZA
SE	VERONICA PIERRE COSTA	
COJUR	COJUR	FERNANDO AUGUSTO M NAZARÉ
OUVIDORIA	OUVIDORIA	ANIELEN DE OLIVEIRA MAGALHÃES
		PAULO JULIANO GARCIA CARVALHO
RELAÇÕES CORPORATIVAS	CREPOP	NATASHA RAMOS REIS DA FONSECA
	EVENTOS	KLEBISTON T DOS R FERREIRA
		ROGER CAEL DE MAGALHAES MELLO
		GUSTAVO SIQUEIRA GONÇALVES
	REFERÊNCIAS TÉCNICAS	LÍVIA MARINHO AVELINO DA SILVA
		FABIOLA BORGES CORREA
		RAFAEL MENEGASSI TANIGUCHI
		ANA MARIA TORRES DE SOUSA MAIA
		MARIANA DOS RESI VERAS
		SARA JULIANA B GUADANHIM
		YLO BARROSO CAIADO FRAGA
		MARIZA B GUIMARÃES MOREIRA
	RELAÇÕES AUTÁRQUICAS	CAMILA DIAS DE LIMA ALVES
CARLENE DE SOUZA DIAS REZENDE		
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	JERUSA ATAIDE N. VASCONCELOS
	RELAÇÕES COM A SOCIEDADE	JOAO VINICIUS MARQUES
	RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	MIGUEL MENDONÇA DE ALVARENGA
		ADRIANA LILIAN N DE QUEIROZ
		DANIELA RIBEIRO MUNDIM E SILVA
	RELAÇÕES COM O PARLAMENTO	GABRIEL CESAR DIAS DANTAS
		LUIZ FELIPE PEREIRA DOLES
AFASTADOS	ROMÉU OLMAR KLICH	
	ROMÁRIO DIAS SANTOS	
	VERACY DA SILVA FERNANDES - AUXILIAR ADMINISTRATIVA	
TATIANA SANTOS FREITAS GOMES - ASSISTENTE DE SECRETARIA		
RENATO CESAR BISPO DE ARAUJO - ASSESSOR DA COORDENADORIA TÉCNICA		









Conselho
Federal de
Psicologia

